

TEXTO DE APOIO SOBRE A AGENDA 21 LOCAL
PLANO DE ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NO SÉCULO XXI
OU
UMA AGENDA PARA O SÉCULO XXI¹

Marcos Olímpio Gomes dos Santos²

Plano esquemático

Introdução.....	5
I Significado / definição / conceito de Agenda 21 Local.....	6
II Principais conceitos relacionados.....	10
III Breve significado / definição / conceito de Agenda 21 Global.....	11
IV Finalidades genéricas a atingir com a AL21.....	13
V Modelos ou ciclos metodológicos (fases) para o desenvolvimento de Agendas 21 Regionais/Locais e dinâmica participativa (quem) (como).....	15
VI Plano de acção (plurianual) e plano de actividades (anual).....	23
VII Temáticas / Estrutura.....	30
VIII Princípios.....	34
IX Potencialidades e limitações das ALs21.....	36
X Plano de monitorização / seguimento e avaliação.....	38
XI Indicadores referentes ao caminho para a sustentabilidade.....	39
XII Participação dos actores, organização e funcionamento.....	43
XIII Organização e funcionamento.....	46
XIV Fundamentação.....	47
XV Articulação com outros instrumentos de intervenção.....	48
XVI A situação actual.....	84
XVII Antecedentes que precederam a AL21.....	85
XVIII A Agenda 21 Escolar (A21E) – Um Caso Particular da Agenda 21 Local.....	96
Considerações finais.....	100
Referências fundamentais.....	101
Referências complementares.....	104

Évora

11 de Agosto de 2012

¹ Texto em construção reformulado com base na versão inicial de Junho/2006, elaborada com base fundamentalmente nas seguintes referências:

<http://students.fct.unl.pt/users/fnf/al21/>

http://www.geoscopio.org/medioambiente/temas/agenda_local_21/introduccion.php

² Sociólogo. Investigador externo do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” da Universidade de Évora. (mosantos@uevora.pt).

SIGLAS

ACCRU	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
AMDE	Associação de Municípios do Distrito de Évora
CDS / UN	Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
CIVITAS	Centro de Estudos de Cidades e Vilas Sustentáveis
CLAS	Conselho Local de Acção Social
CLASG	Conselho Local de Acção Social de Grândola
CLASVNF	Conselho Local de Acção Social de Vila Nova de Famalicão
CNADS	Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPADA	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
DPSIR	Modelo <i>Driving Forces – Pressures – State – Impact – Response</i>
GEOTA	Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
IA	Instituto do Ambiente
IAR	Indicador de Assimetria Regional
ICLEI	International Council for Local Environmental Initiatives (Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais)
ICN	Instituto da Conservação da Natureza
IDS	Instituto para o Desenvolvimento Social
IULA	International Union of Local Authorities (União Internacional das Autoridades Locais)
LPN	Liga para a Protecção da Natureza
MOPTH	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação
ONG	Organização Não Governamental
ONGA	Organização Não Governamental para o Ambiente
ONGD	Organização Não Governamental de Desenvolvimento
ONGE	Organização Não Governamental
PDM	Plano Director Municipal
PIENDS	Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PIH	Plano Integrado de Habitação
PNPA	Plano Nacional da Política de Ambiente
PNONGD	Plataforma Nacional das Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento
POAAP	Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas
POAP	Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PP	Plano de Pormenor
PU	Plano de Urbanização
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
QUERCUS	Associação Nacional de Conservação da Natureza
REA	Relatório de Estado do Ambiente
SIDS	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
ZDCU	Zona de Defesa e Controle Urbano
ZEE	Zona Económica Exclusiva

ABSTRACT

O texto tem como finalidade proporcionar alguns conhecimentos sobre a Agenda 21 Local (designada também por vezes de Agenda Local 21, e abreviadamente por AL21).

Apresenta-se assim inicialmente 2 tópicos relacionados com AL21, seguidos do significado de Agenda 21 Global, após o que se aborda ainda outros tópicos relacionados também com a AL21.

São assim apresentados os pontos que seguem: i) Significado / definição / conceito de Agenda 21 Local; ii) Principais conceitos relacionados; iii) Breve significado / definição / conceito de Agenda 21 Global; iv) Finalidades genéricas a atingir com a AL21; v) Modelos ou ciclos metodológicos (fases) para o desenvolvimento de Agendas 21 Regionais/Locais e dinâmica participativa (quem) (como); vi) Plano de acção (plurianual) e plano de actividades (anual); vii) Temáticas / Estrutura; viii) Princípios; ix) Potencialidades e limitações das ALs21; x) Plano de monitorização / seguimento e avaliação; xi) Indicadores referentes ao caminho para a sustentabilidade; xii) Participação dos actores, xiii) organização e funcionamento; xiv) Fundamentação; xv) Articulação com outros instrumentos de intervenção; xvi) A situação actual; xvii) Antecedentes que precederam a AL21 e, xviii) A Agenda 21 Escolar (A21E) – Um Caso Particular da Agenda 21 Local.

Palavras chave: Agenda 21 Local; Desenvolvimento sustentável; Agenda 21 Global, Agenda 21 Escolar

ÍNDICE

Introdução.....	5
I Significado / definição / conceito de Agenda 21 Local.....	6
II Principais conceitos relacionados.....	10
III Breve significado / definição / conceito de Agenda 21 Global.....	11
IV Finalidades genéricas a atingir com a AL21.....	13
V Modelos ou ciclos metodológicos (fases) para o desenvolvimento de Agendas 21 Regionais/Locais e dinâmica participativa (quem) (como).....	15
5.1. Propostas Genéricas.....	15
5.1.1. Modelo A.....	16
5.1.2. Modelo B.....	17
5.1.3. Modelo C.....	18
5.1.4. Modelo D.....	19
5.1.5. Modelo E.....	20
5.1.6. Traços comuns aos vários modelos.....	21
5.2. Exemplos de adaptação concreta dos modelos apresentados.....	21
5.2.1. AL21 de Zaragoza.....	21
5.2.2. AL21 da Extremadura.....	22
VI Plano de acção (plurianual) e plano de actividades (anual).....	23
VII Temáticas / Estrutura.....	30
VIII Princípios.....	34
IX Potencialidades e limitações das ALs21.....	36
X Plano de monitorização / seguimento e avaliação.....	38
XI Indicadores referentes ao caminho para a sustentabilidade.....	39
11.1. Indicadores comuns europeus.....	40
11.2. Indicadores locais específicos.....	41
XII Participação dos actores, organização e funcionamento.....	43
XIII Organização e funcionamento.....	46
XIV Fundamentação.....	47

continua

XV	Articulação com outros instrumentos de intervenção.....	48
	15.1. Plano de Desenvolvimento Social.....	49
	15.1.1. Significado.....	49
	15.1.2. Finalidade do Plano de Desenvolvimento Social.....	49
	15.1.3. O PDS como processo de Planeamento Estratégico.....	49
	15.1.4. As vantagens de um Plano de Desenvolvimento Social.....	50
	15.1.5. Actores envolvidos na elaboração e implementação do plano.....	51
	15.1.6 O PDS de Grândola.....	53
	15.1.7. O PDS de Famalicão.....	57
	15.2. Planos Estratégicos.....	59
	15.2.1. O Processo de Planeamento Estratégico de Vendas Novas.....	60
	a) Metodologia para a Elaboração do Plano Estratégico.....	62
	b) O Processo de Participação.....	67
	c) Estratégia de Desenvolvimento de Vendas Novas.....	68
	d) Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento.....	69
	e) Políticas por Domínio Estratégico.....	70
	f) Os Projectos.....	71
	g) Estrutura Orgânica de Elaboração do Plano.....	72
	15.2.2. O Caso de Évora.....	73
	a) O plano estratégico de Évora: metodologia de faseamento.....	73
	b) O diagnóstico.....	75
	c) Objectivos estratégicos do plano.....	81
	d) Ideias-chave e estratégias de intervenção.....	81
	e) Um objectivo geral.....	82
	f) Quatro estratégias de intervenção e quinze objectivos específicos.....	82
XVI	A situação actual.....	84
XVII	Antecedentes que precederam a AL21.....	85
	17.1. A partir de 1992 (inclusivé).....	85
	17.2. Antecedentes anteriores a 1992.....	92
XVIII	A Agenda 21 Escolar (A21E) – Um Caso Particular da Agenda 21 Local.....	96
	Considerações finais.....	100
	Referências fundamentais.....	101
	Referências complementares.....	104

INTRODUÇÃO

Os territórios, nomeadamente os concelhos enfrentam problemas diversos (ambientais, sociais, económicos) cuja resolução ou atenuação exige uma intervenção continuada e persistente sob a forma dum processo de mudança controlada.

Essas mudanças ao nível territorial têm de ser precedidas ou acompanhadas de medidas de âmbito mais vasto, nas quais se enquadrem, e que possam proporcionar um contexto favorável à actuação dos diversos actores que no terreno concretizam actividades em benefício das populações.

Havendo problemas que são comuns, e podendo esses problemas ser combatidos com métodos adaptados a partir de uma matriz de referência, foi lançado em 1992, numa conferência da ONU, o desafio aos poderes locais de todo o mundo para que iniciassem a implementação de um processo de mudança com base num novo instrumento de acção.

Assim, de acordo com as orientações saídas da Cimeira da Terra (ou CNUAD / Rio-92 / ECO-92), dever-se-ia ter começado a implementar generalizadamente em Portugal desde 1996, esse instrumento de planeamento designado por Agenda 21 Local, ou AL21.

O atraso de que o país enferma no que se refere a esta assunto, requer um esforço no sentido de se divulgar o espírito e a letra da Agenda 21 Local, e incentivar os actores a empenharem-se na concretização do processo conducente à melhoria das condições de vida dos habitantes de um território³.

Com este texto procura-se proporcionar aos leitores menos familiarizados com a problemática da Agenda 21 Local, a informação de base para que possam aprofundar posteriormente os seus conhecimentos, apresentando-se para o efeito algumas referências que podem ser ou adquiridas ou consultadas, nomeadamente na Internet.

³ Através do qual se visa nomeadamente: i) Promover o desenvolvimento sustentável de um território; ii) Incentivar a cidadania, mediante consolidação da democracia participativa; iii) Aumentar os níveis de confiança e optimismo da população; iv) Definir um rumo e uma estratégia; v) Dar visibilidade aos problemas e legitimidade às soluções; vi) Integrar políticas e articular intervenções; vii) Promover a transparência, o acesso à informação e os níveis de conhecimento; viii) Gerir conflitos e promover consensos; ix) Responsabilizar os vários agentes locais e, x) Inovar nas políticas locais e encontrar soluções criativas e mais eficientes. (Adaptado com base no site da AL 21 de Ourique: <http://www.agenda21-ourique.com/pt/go/agenda-21-local>).

I - SIGNIFICADO / DEFINIÇÃO / CONCEITO DE AGENDA 21 LOCAL

São várias as definições de Agenda 21 Local como por exemplo:

- a) "... Processo participativo, multissetorial, para alcançar os objectivos da Agenda 21 global no nível local, através da preparação e implementação de um plano de acção estratégica, de longo prazo, dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local"⁴ e através do qual a comunidade, junto com o poder público, aprende sobre suas dificuldades, identifica prioridades e movimenta forças que podem transformar sua realidade;
- b) Processo de desenvolvimento de políticas municipais para o alcance da sustentabilidade local, cuja implementação depende, directamente, da construção de parcerias entre autoridades locais e outros actores (quer locais, quer supra locais a nível regional ou nacional).
- c) Instrumento de planeamento de políticas públicas que envolve quer o governo (aos níveis local regional e nacional), quer a sociedade civil, num processo amplo e participativo de consulta sobre a identificação dos problemas ambientais, sociais e económicos locais, complementado com o debate sobre soluções para esses problemas através da identificação e implementação de acções concretas que visem o desenvolvimento sustentável local.⁵
- d) Processo de intervenção modelado em planos de acção para um desenvolvimento sustentável à escala territorial, concebido pelas autoridades locais com a colaboração em particular de todos os sectores da comunidade local, actores supra locais, e dos cidadãos em geral, devendo proporcionar uma série de princípios e ferramentas de gestão direccionados para a planificação sustentável no âmbito local;
- e) Uma AL21 é uma forma de plano estratégico de desenvolvimento fundamentado em indicadores e elaborado em bases minimamente consensuais com a sociedade civil organizada.

Como se depreende, a noção de "processo contínuo" encontra-se inerente ao conceito de Agenda 21 Local, pelo que este instrumento de desenvolvimento (sustentável) não pode ser entendido como um único acontecimento, documento ou actividade. Em tal processo, uma

⁴ ver http://www.aquiraz.ce.gov.br/agenda21-perg_resp.asp

⁵ adaptado de http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=18&id_conteudo=1081

comunidade aprende a conhecer as suas debilidades / pontos fracos e a identificar as suas potencialidades e recursos, encontrando-se apta (e após ter percorrido esta etapa), a efectuar a escolha das linhas de orientação que vão torná-la uma comunidade sustentável.

Os resultados das opções tomadas na fase de definição das linhas de orientação, são vertidos num Plano Estratégico Municipal (actualizável) baseado na integração (com critérios sustentáveis), das políticas ambientais, económicas e sociais do município, e que surge da participação e tomada de decisões consensualizadas entre os representantes políticos, outros actores locais (Organizações Sem Fins Lucrativos, Entidades Com Fins Lucrativos / Empresas), pessoal técnico municipal, cidadãos do município em geral, e ainda actores supra locais relevantes para a vida do município.

No espírito e na letra da Agenda 21 Local deverá ficar claro que o desenvolvimento sustentável só acontecerá se for explicitamente planeado, pelo que a implementação deste instrumento requer por parte dos respectivos promotores a firme rejeição de que as forças de mercado ou mecanismos semelhantes podem resolver os sérios problemas de integração das questões ambientais, económicas e sociais.

O objectivo principal da Agenda consiste, portanto, na formulação e implementação de políticas públicas, por meio de uma metodologia participativa, que se traduza num plano de acção plurianual e subsequentes planos de actividades anuais, atinentes à consecução de um cenário desejável pela comunidade local e, que tenha em consideração a análise das respectivas vulnerabilidades e potencialidades sociais, culturais, ambientais e económicas.

Assim, com a implementação da **AGENDA 21 LOCAL** visa-se atingir num território os seguintes objectivos:

Conhecimento da realidade municipal, através do estudo das variáveis ambientais, sociais e económicas que integram essa realidade, de forma a identificar os problemas locais e assegurar o êxito da gestão municipal.

A melhoria da gestão municipal (ambiental, económica e social), mediante a aplicação das recomendações decorrentes da análise constante no diagnóstico integral do município.

Definição do modelo de futuro mais adequado para o município e seus habitantes: ou seja, cidadãos em geral, representantes políticos, pessoal técnico municipal, e outros actores implicados na vida do município.

Consecução prática do referido modelo de futuro, através da definição, implantação e concretização dos Programas e Projectos de Actuação incluídos no Plano de Acção Local Plurianual (que também pode ser designado por Plano Estrutural Municipal), e operacionalizados nos Planos de Actividades Anuais

Melhoria contínua da gestão municipal e, por conseguinte, da qualidade e condições de vida dos habitantes do município.

A Agenda Local 21 é pois um processo para a definição de políticas locais conducentes ao desenvolvimento sustentável, e implica por parte dos promotores e de outros actores implicados:

- Administrar e melhorar o desempenho do próprio governo local no que se refere ao desenvolvimento sustentável;
- Integrar metas de desenvolvimento sustentável nas práticas, políticas e actividades do governo local;
- Agendar e promover medidas com vista à consciencialização e educação das populações no que se concerne ao desenvolvimento sustentável;
- Implementar mecanismos de consulta e participação comunitária;
- Constituir parcerias que viabilizem o processo;
- Assegurar a mensuração, monitoria e divulgação dos avanços para a sustentabilidade

Ao serem as autoridades locais as promotoras do processo da **AGENDA 21 LOCAL**, podem-se destacar no processo os seguintes elementos positivos:

Quadro I único - Elementos positivos associados à promoção da AL21

O compromisso político.	Mediante a assinatura da carta de Aalborg, as autoridades locais comprometem-se a lutar por alcançar a sustentabilidade local.
Definição de políticas integrais/integradas.	As políticas sectoriais deverão adoptar uma perspectiva mais global cujo objectivo comum seja a sustentabilidade.
Desenvolvimento de linhas estratégicas específicas.	Através do diagnóstico municipal, que permite conhecer as debilidades, ameaças, forças e oportunidades do município, definir-se-ão as linhas de actuação concretas e específicas para o município.
Intensificação das relações intermunicipais e supramunicipais.	É positivo dispor de mecanismos que permitam o intercâmbio de experiências e informação entre municípios de maneira que se consiga o maior êxito e benefício do processo da Agenda 21 Local .
Fortalecimento da participação e implicação dos cidadãos.	O processo de implantação da Agenda 21 Local requer a participação de políticos, técnicos e demais membros de autoridades e organismos locais, e de colectivos sociais e económicos. A participação activa dos cidadãos e a sua implicação no processo, mediante diferentes sistemas de comunicação, supõe um grande esforço fundamental e essencial por parte das autoridades locais, esforço que se vê recompensado por uma maior qualidade dos resultados e uma maior garantia dos mesmos.

Fonte: ICLEI

Em resumo, uma agenda 21 Local pode ser definida, de forma sintética, como um processo de intervenção contínua (plasmado num documento, escrito, de cariz estratégico, partilhado, acessível, e evolutivo), visando a aplicação do desenvolvimento sustentável à escala duma colectividade e o reforço da respectiva capacidade de iniciativa. Ancorada num processo de diagnóstico e acompanhamento participativos, a Agenda 21 Local articula e coordena as políticas públicas locais, e confere coerência aos objectivos dos actores da sociedade civil local, Define-se assim como um projecto federador que favorece a sustentabilidade a nível local, baseado numa visão colectiva, posteriormente consubstanciada num projecto da, e para a comunidade, projecto esse para cuja concretização cada cidadão é instado a implicar-se, a agir e a participar na actualização periódica, acompanhamento regular e avaliação cíclica.⁶

A AL21 encontra-se contemplada num documento enquadrador designado por Agenda 21 Global cujo significado será apresentado no ponto 3⁷, ponto esse que será precedido pela apresentação dos principais conceitos relacionados com o próprio conceito de AL21 local.

⁶ Excerto adaptado de http://www.cerdd.org/article.php3?id_article=367

⁷ Documento onde consta que "Em 1996, toda autoridade local deveria ter consultado os seus cidadãos e desenvolvido uma Agenda 21 Local para a comunidade".

II - PRINCIPAIS CONCEITOS RELACIONADOS

Em estreito relacionamento com o conceito de AL21 encontram-se vários conceitos bastante úteis que permitem elaborar um quadro conceptual para melhor se conhecer e actuar ao nível local. Entre esses conceitos destacamos os seguintes:

- Agenda 21 Global
- Ambiente
- Desenvolvimento sustentável
- *Empowerment*
- Governância
- Indicadores e Índices
- Orçamento Participativo
- Participação
- Planeamento Estratégico
- Plano de Acção Plurianual
- Plano de Actividades Anual
- Qualidade de Vida
- Sustentabilidade⁸

Alguns destes conceitos já foram referenciados nas páginas anteriores, outros constarão ou em pontos seguintes deste texto ou no Léxico que se encontra em preparação.

⁸ A qual pode ser de 2 tipos: 1º Sustentabilidade fraca: Acredita que basta apenas manter o stock de capital total (natural e artificial) ao longo das gerações, defendendo que caso o capital natural diminua, essa diminuição poderá ser compensada pelo aumento do capital artificial; 2º Sustentabilidade forte: Defende que o capital natural deve ser mantido ou aumentado entre as gerações, não sendo ambos os tipos de capital substitutos mas sim complementares, devendo ser geridos em separado.

(in <http://www.centrovegetariano.org/Article-279-O%2Bdesenvolvimento%2Bsustent%25E1vel.html>)

Segunda a Civitas, sustentabilidade assenta nos doze princípios seguintes: i) Prevenção; ii) Precaução; iii) Poluidor-Pagador; iv) Cooperação; v) Integridade ecológica; vi) Melhoria contínua; vii) Equidade intra e inter-gerações; viii) Integração; ix) Democracia; x) Subsidiariedade; xi) Envolvimento da comunidade e transparência, e, xii) Responsabilização. (Ver: <http://civitas.dcea.fct.unl.pt/faqs.php>)

III - BREVE SIGNIFICADO / DEFINIÇÃO / CONCEITO DE AGENDA 21 GLOBAL

A Agenda 21 Global (da qual decorre a Agenda 21 Local), tópico que será desenvolvido mais à frente, é um protocolo que contém uma lista de compromissos e acções a serem desenvolvidas no século XXI em direcção ao Desenvolvimento Sustentável, e designa-se assim porque se refere às preocupações com o nosso futuro comum, a partir do século XXI. Este documento foi assinado por mais de 150 países,⁹ durante a CNUAD (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano - a Rio 92), que teve lugar na cidade do Rio de Janeiro, entre 26 de Agosto e 4 de Setembro do ano de 1992, consistindo num dos mais importantes compromissos assumidos pelo mundo, na tentativa de assegurar a sobrevivência humana, relançando a economia e preservando a saúde e os recursos naturais do planeta para as presentes e futuras gerações.

Para se entender o significado de Agenda 21 Global torna-se necessário evidenciar as suas principais dimensões, que são as cinco seguintes:

1. É, conforme referido acima, o principal documento aprovado na CNUAD / Rio-92 / ECO-92 (a mais importante das conferências alguma vez organizadas pela ONU).
2. É a mais consistente proposta que contempla sugestões sobre como se pode alcançar o desenvolvimento sustentável, isto é, de como se pode continuar o desenvolvimento de países e comunidades sem destruir o meio ambiente e com maior justiça social.
3. Consiste num planeamento do futuro que acolhe acções de curto, médio e longo prazo, reafirmando a ideia esquecida de que podemos e devemos estabelecer um elo de solidariedade entre nós e nossos descendentes, as futuras gerações.
4. Consiste num roteiro de acções concretas, que inclui metas, recursos e responsabilidades definidas.
5. Deve ser um plano estabelecido através de consenso, envolvendo todos os actores e grupos sociais activos que se pronunciem e se comprometam com a implementação das propostas aprovadas em órgãos próprios. Requer a constituição de uma parceria entre governos e sociedades, consistindo num programa estratégico, universal, para que seja alcançado o desenvolvimento sustentável no século XXI.

A Agenda 21 Global constitui portanto um guia para a actuação de governos e comunidades que visam promover o desenvolvimento sem prejuízo para o ambiente.

⁹ Em algumas publicações é referida a presença no evento de representantes governamentais de 170 ou 172 ou 179 países, e de 1500 ONG.

À semelhança do que foi feito pelos países que se reuniram e elaboraram a Agenda 21 Global, também as cidades, os bairros, os clubes, as escolas e outros podem elaborar a sua própria Agenda21 (esta local), visto não existir um modelo universal de Desenvolvimento Sustentável, que possa ser aplicado para todas as configurações territoriais, na medida em que são múltiplas as diferenças culturais e potenciais, próprias de cada área geográfica. Portanto cada território deverá conceber o seu próprio estilo de Desenvolvimento Sustentável, proporcionando-se neste processo a cada cidadão o direito a participar na escolha do seu futuro, e por consequência, também aos habitantes de uma comunidade o direito (e o dever) de se expressarem sobre o que pretendem e o que não querem que seja considerado no planeamento do seu futuro.

Os 5 princípios básicos da Agenda 21 Global, são os seguintes:

- 1 – Promoção dum processo de planeamento participativo para planeamento do futuro de forma sustentável em níveis locais, regionais e globais.
- 2 - Encaminhamento de propostas dentro de uma abordagem integrada e sistémica das dimensões económica, social, ambiental e político-institucional.
- 3 - Envolvimento de todos os actores sociais na discussão dos principais problemas, garantindo a sustentabilidade dos resultados.
- 4 - Formação de parcerias e compromissos para a solução das problemáticas a curto, médio e longo prazos.
- 5 - Desenvolvimento de produtos, propostas e projectos concretos, exequíveis e mensuráveis.

IV - FINALIDADES GENÉRICAS A ATINGIR COM A AL21

No seguimento do que já foi referido acima, retoma-se e detalha-se neste ponto o objecto da Agenda 21 Local, para referir que com a implementação deste instrumento num território, que enferma sempre de um conjunto de problemas característicos do tipo em que se engloba esse território (que grosso modo pode ser congestionado, sub-desenvolvido ou deprimido), procura-se atingir as seguintes finalidades:

- Melhorar o quadro de vida em geral e a qualidade do ambiente,
- Suscitar as trocas e a participação dos habitantes na vida da território,
- Contribuir para a resolução de problemas que afectam as populações no seu quotidiano (transportes, lixos, qualidade do ar, exclusão ...),
- Sensibilizar os empresários para que os aspectos sociais e ambientais sejam tomadas em consideração em cada projecto económico desenvolvido no município,
- Promover uma imagem valorizada do município junto:
 - dos habitantes,
 - dos parceiros institucionais ou económicos,
 - de outros município (vizinhos, geminados,...)
 - dos meios de comunicação social

Ou seja, com a AL21 pretende-se proporcionar aos habitantes de qualquer território o acesso a uma qualidade de vida satisfatória, assente em esferas fundamentais da existência humana tais como: i) Educação, ii) Cultura e Desporto, iii) Acção Social, iv) Saúde, v) Habitação e Urbanismo, vi) Saneamento e Salubridade, vii) Protecção Civil, viii) Abastecimento Público e Actividades Económicas, ix) Comunicações e Transportes e x) Meio Ambiente.

Subjacente a esta grelha de temas encontra-se a ideia de sustentabilidade, finalidade esta a atingir com a AL21, e condição indispensável para a garantia de um futuro equilibrado em que as actuais e as gerações vindouras disponham de requisitos ambientais, económicos e sociais adequados, pois a sustentabilidade local é função do equilíbrio entre sustentabilidade ambiental, sustentabilidade económica e sustentabilidade social, as quais se encontram definidas nos parágrafos seguintes.

Sustentabilidade ambiental porquanto os seres humanos dependem das funções do ambiente, que assimila resíduos, e lixo e disponibiliza recursos essenciais (água, clima, ar depurado, alimentos, fixação de CO₂, esparecimento, etc), sendo indispensável que tais funções se mantenham sem perturbações.

Sustentabilidade económica

Porque é imperioso contrariar os efeitos negativos do sistema económico actual que assenta muito na apropriação e exploração do capital natural (recursos renováveis e não renováveis), o que origina que este se converta num factor limitante do desenvolvimento económico.

A sustentabilidade económica implica por um lado o desenvolvimento baseado no conhecimento da capacidade de carga do ambiente para não agredi-la e, permitir a recuperação e regeneração do sistema natural face às pressões externas, e por outro lado uma optimização do uso dos recursos disponíveis, que permita o desenvolvimento da base económica, e a obtenção com menor consumo de recursos, dos mesmos, ou inclusivamente de maiores benefícios.

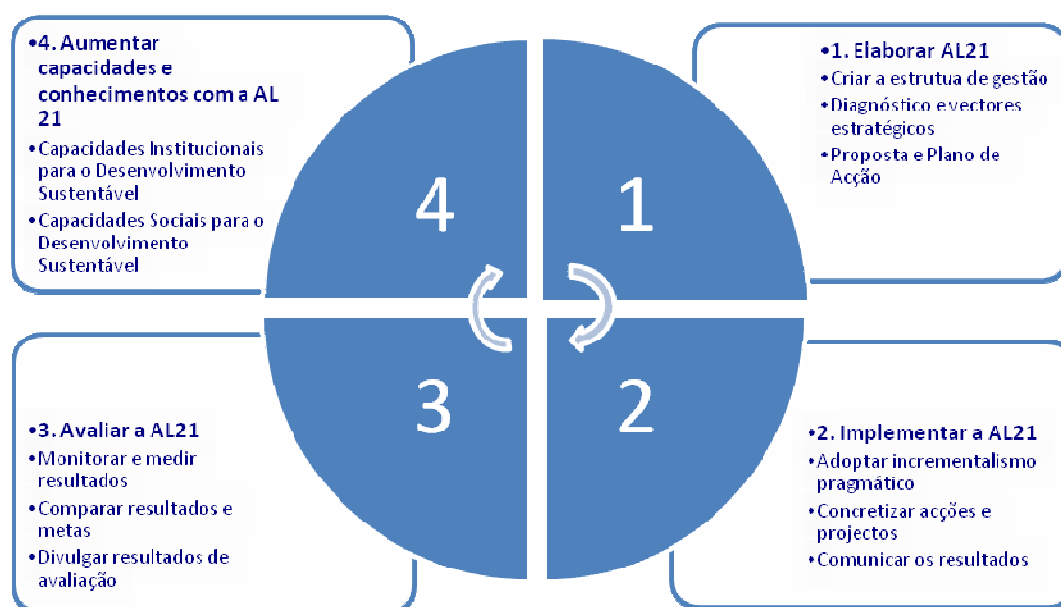
Sustentabilidade social que conjuntamente com os princípios anteriores, visa possibilitar a satisfação plena das necessidades da geração presente, garantindo que as gerações futuras possam satisfazer as suas. Para que seja alcançada a sustentabilidade social é imprescindível apostar na formação, informação e consciencialização de todos os cidadãos, de forma que participem, de maneira mais ou menos activa, no projecto da Agenda 21 Local, procurando-se assim que seja uma participação bem fundamentada. Estes devem rever-se e sentir-se implicados em todas as fases do processo.

V - MODELOS OU CICLOS METODOLÓGICOS (FASES) PARA O DESENVOLVIMENTO DE AGENDAS 21 REGIONAIS/LOCAIS E DINÂMICA PARTICIPATIVA (QUEM) (COMO)¹⁰

Propostas Genéricas

Embora se possa verificar que em cada território concreto, as fases a percorrer para implementação de uma AL21 dependam das características locais,¹¹ há no entanto um modelo (ou ciclo) genérico, comum a todos os processos, como o que se apresenta abaixo.

Figura V única. – Modelo ou ciclo genérico aplicável ao processo de implementação da AL21



Fonte: AMDE - Projecto "DITAL 21" (<http://www.amde.pt/document/447750/453271.pdf>)

Como se constata, o modelo comum inclui as seguintes quatro grandes etapas do ciclo de planeamento da Agenda 21 Local: Elaboração; Implementação; Monitorização e Avaliação; e Aprendizagem e Aumento de Capacidades para a A21L. Com base nesta matriz são desenhados e aplicados modelos mais específicos como os que seguidamente se apresenta.

¹⁰ Adaptado de <http://www.fadesalagoinhas.hpg.ig.com.br/agenda21-Auditoria%20PLANO.htm>

¹¹ Nomeadamente o número de organizações aí sedeadas, dimensão geográfica, base económica, número e gravidade dos problemas ambientais, número e gravidade dos problemas sociais, insuficiências em infra-estruturas e equipamentos, etc.

Modelo A

Encontra-se associado a territórios em que o processo é mais aligeirado do que em outros, consistindo na observância das fases que se seguem à criação das condições iniciais. Neste modelo o processo de implementação da AL21 decorre ao longo dos quatro seguintes ciclos, formulados didáctica e cientificamente em conjunto com a comunidade local: (i) **Planeamento** (Estratégico Comunitário); (ii) **Desenvolvimento**; (iii) **Controle** e (iv) **Acções Pró Activas Comunitárias**.

Ciclo (i) - Planeamento Estratégico Comunitário

Durante o qual a equipe técnica responsável pela elaboração da AL21, trabalha com os representantes do município e da comunidade, no sentido de: 1) explicitar os *princípios, directrizes e objectivos da Agenda 21* a nível local; e, 2) identificar e priorizar (num auto-diagnóstico) as principais questões sociais, económicas e ambientais locais (*pontos fracos ou debilidades e pontos fortes ou potencialidades*). Durante este ciclo terá de ser fomentada a reflexão e o debate sobre a qualidade social, económica e ambiental do município, e perspectivada uma visão de futuro (*visão de sucesso*), indispensável para a elaboração de Planos de Acção Comunitários (AL21). Este Plano (que inclui as macro medidas) deverá servir de quadro de referência e apresentar as *directrizes* para outros instrumentos de intervenção, como por exemplo o Pacto de Conduta Sócio Ambiental (Termo de Compromisso) e os *Planos de Actividades ou Planos Sectoriais* visando o desenvolvimento sustentável regional/local.

Estratégia Metodológica: assenta na articulação e mobilização dos habitantes locais e representantes de organismos exteriores, para participarem na realização do “*Fórum de Planeamento Estratégico para construção da AL 21*” (que pode consubstanciar-se num *workshop de até 3 dias*).

Recursos: incluem a equipe técnica responsável pela implantação da Agenda 21 (monitores); material de divulgação e mobilização (mails, cartazes, ofícios); material didáctico (*data show*, retroprojector, textos sobre planeamento estratégico, etc); apoio logístico (instalações, alimentação, etc.).

Produtos/Resultados: consistem no *Diagnóstico da Percepção Comunitária (Auto-Diagnóstico)* das principais questões sociais, económicas e ambientais; definição de *metas*; elaboração de Plano de Acção Estratégico para o desenvolvimento sustentável - **AL21**. Neste ciclo, a comunidade elegerá comissões onde terão assento representantes dos sectores que compõem o tecido sociológico (público, empresarial e não lucrativo), de quem se espera que contribuam para a implementação e controle das acções conducentes à concretização da **AL21**. Esses representantes (agrupados nas diversas comissões) actuarão, também, como facilitadores e

multiplicadores em todo processo de gestão estratégica para o desenvolvimento sustentável, a nível local.

Ciclo (ii) - Desenvolvimento Estratégico Comunitário

Durante o qual se procura dotar os intervenientes no processo, de conhecimentos indispensáveis, mediante a *capacitação e treino estratégicos* da Comissão AL21, com vista à promoção de um ambiente de qualidade, proporcionado a esses intervenientes a informação e preparação em métodos e instrumentos de gestão que possibilitem alcançar as metas traçadas, tendo em vista o cumprimento do *Plano de Acção Estratégico* da AL21.

Ciclo (iii) - Controle Estratégico Comunitário

Ao longo do qual há que proceder a uma auto-avaliação do Plano da AL21 para: verificar a efectividade, a eficiência e a eficácia das acções planeadas e implementadas, e, identificar as necessidades de melhoria em função de *Indicadores de Relevância* estabelecidos para concretização dos processos de acompanhamento e controle, apontados nos Relatórios 3 Gerações (descritos mais abaixo).

Ciclo (iv) - Acções Pró Activas Comunitárias

Fase em que as comissões constituídas discutirão com as comunidades locais (em função dos resultados apurados nos Relatórios 3 Gerações), a utilização de método(s) que possibilitem a estas actuar sobre a realidade social, económica e ambiental, através da análise crítica do Plano de Acção Estratégico da AL21, na busca da melhoria contínua da qualidade.

Nesse ciclo, deverão ser elaborados Relatórios de Reflexão e Planos através dos quais se visa conseguir as Melhorias das Agendas 21 Regionais/Locais.

Modelo B

Outros autores apresentam um modelo que compreende uma sequência estruturada nas 8 fases seguintes:

- Decisão e compromisso por parte da administração local na concretização dos passos necessários para que seja desencadeado o processo;
- Promoção junto dos habitantes de comunidades locais, associações de moradores, escolas, empresas e colectividades, dos conceitos e pressupostos inerentes à AL21. Iniciativa essa que pode ser desempenhada por um pequeno grupo de trabalho, cujo esforço representará grande avanço, facilitando a aprendizagem da população no tocante à construção da Agenda 21 Local para o município, e aprimorando a capacidade de participação nos processos decisórios e de gestão.
- Definição do método de trabalho, da recolha de informações sobre algumas das questões básicas para o município e explicitação das orientações inerentes ao exame

das possibilidades de financiamento para a implementação da Agenda 21 Local. Iniciativas que também podem ser desempenhada pelo mesmo grupo.

- Constituição da equipa de técnicos da autarquia que vão acompanhar o trabalho da equipa contratada para assessorar a elaboração da AL21 local
- Criação do fórum ou conselho (composto por representantes de todos os sectores da comunidade) para elaborar, acompanhar e avaliar programa de desenvolvimento sustentável integrado para o município, tarefa que deve ficar a cargo da câmara municipal (ou seja, constituição de um órgão de participação dos cidadãos: fórum, conselho, etc.)
- Realização de um diagnóstico global do município para ajudar a identificar e hierarquizar os problemas evitando-se tanto quanto possível que se caia em visões excessivamente parciais
- Aprovação consensualizada de um Plano de Acção abrangendo uma série de programas que abordem, a médio e longo prazo, os problemas de sustentabilidade que tenham sido considerados mais relevantes.
- Monitorização e avaliação do processo

Modelo C

Ou como se vê nesta outra proposta um pouco mais complexa

- Assunção da responsabilidade, por parte do governo local, na dinamização do processo e lançamento da iniciativa (divulgação através dos canais disponíveis; sensibilização dos potenciais parceiros e constituição da equipa de ligação municipal);
- Constituição dum grupo multi-sectorial de parceiros que supervisione o processo da AL21, devendo integrar representantes de todos os sectores do município, e que será formalmente envolvido no desenvolvimento e implementação de todas as acções conducentes à consecução das etapas a considerar na AL21
- Realização de uma auditoria à sustentabilidade (diagnóstico), com a participação activa do grupo de parceiros, considerando as condições e tendências sociais, económicas e ambientais da comunidade.
- Clarificação e aprofundamento da visão para a comunidade, baseada na apreciação das conclusões da auditoria e definição de prioridades por parte dos representantes da comunidade;
- Criação de condições que possibilitem elaborar, discutir e implementar o plano de acção, mediante a clara identificação de objectivos, prioridades, metas, funções e responsabilidades, fontes de financiamento e actividades de trabalho

- Explicitação dos termos da monitorização periódica, da avaliação anual e da elaboração de relatórios de progresso sobre a performance na realização do plano de acção da AL21, com recurso à utilização de indicadores adequados.

(adaptado de <http://www.iclei.org/ICLEI/la21.htm>)

Modelo D

Já para a CIVITAS, o processo de implementação da Agenda 21 Local pode compreender os seguintes seis passos fundamentais:

Quadro V.1. – Passos ou a percorrer numa AL21

PASSOS A PERCORRER	CONTEÚDO
PREPARAÇÃO DO TERRENO	Identificar e organizar todas as estruturas do município (e nomeadamente as que vão participar na ligação com a equipa técnica exterior), traçar as estratégias e preparar os recursos a disponibilizar na Agenda 21 Local com ajuda da autarquia.
CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS	Esclarecer a comunidade (contribuindo para um entendimento geral sobre o processo) e desenvolver abordagens de envolvimento e mobilização dos participantes no processo da Agenda 21 Local.
DETERMINAR A VISÃO	Traçar objectivos e metas, seleccionar indicadores; definir onde se pretende chegar (visão).
CRIAR UM PLANO DE ACÇÃO	Preparar um documento das acções que se vão realizar para que cada meta seja atingida - inclui o prazo, orçamento e responsáveis pela execução.
IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO	Criar um sistema de gestão interno para o cumprimento municipal; monitorar as actividades e identificar possíveis mudanças nos serviços.
AVALIAÇÃO E REVISÃO PERIÓDICA	Realizar avaliações e revisões periódicas usando os indicadores para verificar se as metas foram efectivamente atingidas.

(Adaptado de: ICLEI)

Conforme é referido no site da Civitas,¹² os passos referidos permitem: i) Abranger a Comunidade na preparação de um Plano de Acção em que o desenvolvimento é sustentável a longo prazo, através de um envolvimento efectivo de uma comunidade representativa; ii)

¹² Ver <http://civitas.dcea.fct.unl.pt/faqs.php>

Determinar a Visão, os objectivos, prioridades e metas a atingir para concretizar a visão do futuro, através de um abordagem integrada; iii) Trabalhar em conjunto com os vários stakeholders para alcançar os objectivos propostos, e iv) Incluir procedimentos de monitorização e relato, incluindo o uso de indicadores específicos do local para analisar a evolução.

Modelo E

Para o autor deste texto, o processo de implementação de uma AL 21 pode, grosso modo, ocorrer ao longo das seguintes fases:

1. Fase prévia ou de concertação e lançamento (decisão de avançar com o processo; organização da equipa interna; esclarecimento e mobilização da população; contactos para estabelecimento de parcerias e compromissos iniciais; elaboração do caderno de encargos; abertura de concurso ou consulta ao mercado para selecção da equipa técnica; escolha e contratação da equipa; entrosamento entre as equipas interna e externa); cerimónia de lançamento do processo e realização de sessões descentralizadas de apresentação às populações do município;
2. Planificação e programação / calendarização das fases seguintes;
3. Realização do pré diagnóstico / diagnóstico preliminar / Estudo inicial do território (ambiental, demográfico, económico, educacional, etc., e essencialmente com base em informação disponível e entrevistas exploratórias), que se deverá traduzir na identificação dos problemas locais;
4. Realização do Diagnóstico Integral / Diagnóstico complementar e prospectivo (através da identificação participada de problemas e respectivas causas);
5. Constituição do *Forum* Estratégico e de Grupos de Trabalho Temáticos;
6. Determinação pelos grupos temáticos e pelo *Fórum* da visão e das grandes linhas de orientação (linhas estratégicas e objectivos), com base no diagnóstico já realizado;
7. Elaboração, implementação e seguimento/monitorização do Plano de Acção Local Plurianual e dos Planos de Actividades Anuais
 - 7.1. Criação de um programa de actividades e acções
 - 7.2. Processo de informação aos cidadãos
 - 7.3. Execução do Plano de Acção e dos Planos de Actividades
 - 7.4. Reapreciação do sistema de indicadores
 - 7.5. Aplicação do Plano de Seguimento / Monitorização;

8. Avaliação periódica;
9. Processo de retroalimentação e início de novo ciclo.

Traços comuns aos vários modelos

Os passos referidos em qualquer uma das propostas anteriores permitem:

- **ESCLARECER, SENSIBILIZAR E MOBILIZAR A COMUNIDADE** para a preparação dum Plano de Acção visando o desenvolvimento sustentável a longo prazo, através do envolvimento efectivo dum conjunto de participantes representativo da comunidade, que identificará os principais problemas e necessidades locais, e apontará as prioridades a tomar em consideração.
- **DETERMINAR A VISÃO**, os objectivos, prioridades e metas a atingir para concretizar a visão do futuro, através de uma abordagem integrada.
- **TRABALHAR EM CONJUNTO** com os vários stakeholders (interessados) para que sejam alcançadas as orientações adoptadas.
- **ESTABELEECER PROCEDIMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO**, incluindo o uso de indicadores específicos adequados ao local para analisar a evolução do processo.

Exemplos de adaptação concreta dos modelos apresentados

AL21 de Zaragoza

No caso da implementação da AL21 de Zaragoza foi adoptada uma série de medidas de carácter progressivo baseadas no seguinte esquema:

1. Realização de uma **auditoria geral** da cidade, com o fim de dispor de dados precisos que permitissem uma adequada planificação em função dos problemas detectados.
2. Definição dos **objectivos**, em consequência dos resultados obtidos na fase anterior.
3. Estabelecimento de um **plano de acção**, composto por uma série de actuações diferenciadas em **auditorias e acções específicas**, cuja valorização se encontrasse directa e permanentemente relacionada com os indicadores que iriam ser seleccionados. Plano de acção este resultante das duas fases prévias, consistindo a respectiva missão na consecução dos objectivos propostos.
4. Selecção de uma série de indicadores capazes de reflectir a realidade da cidade, assim como a incidência das actuações na sustentabilidade do território. Indicadores que deveriam ter por sua própria definição, um carácter permanente que permitisse a sua dupla função de mensuração e de seguimento.

AL21 da Extremadura

Neste caso, o faseamento e a planificação temporal estabelecidos para implementação do processo foram os que constam no quadro seguinte.

Quadro V.2. – Fases estabelecidas para implementação da AL21

Fases	Fase 0 Sensibilização da população	Fase 1 Planificação do projecto	Fase 2 Recompilação de Informação	Fase 3 Diagnóstico	Fase 4 Plano de Acção	Fase 5 Seguimento	Fase 6 Declaração Ambiental
Tempo	1 semana	8 semanas	8 semanas	12 semanas	24 semanas		3 semanas
Instrumentos / Produtos	Plano de participação dos cidadãos	Programação concreta de actuações. Definição de tarefas e responsabili- dades	Memória descritiva	Relatório da situação	Plano de Acção	Sistema de indicadores	Documento de síntese Declaração Ambiental

Fonte: adaptado de Junta de Extremadura – Consejería de Desarrollo Rural (2004)

Instrumentos indispensáveis neste processo, conforme já referido, são o Plano de Acção (plurianual), o Plano de Actividades (Anual) e outros documentos associados, instrumentos sobre os quais incide o próximo ponto

VI - PLANO DE ACÇÃO¹³ (PLURIANUAL) E PLANO DE ACTIVIDADES (ANUAL) PLANO DE ACÇÃO (PLURIANUAL)

O plano de acção é um documento com uma periodicidade plurianual (por exemplo 3 anos) que baliza metodologicamente o processo de planeamento, para o desenvolvimento participativo de uma AL21 (concepção e preparação, implementação e controle), tendo em vista uma co-gestão cidadã - axioma do desenvolvimento sustentável e desiderato das comunidades.

No Plano de Acção podem e devem constar as designadas Rotas de Informação para o Meio Ambiente Sustentável, e os ciclos metodológicos de implementação, através dos quais se visa não só harmonizar as acções nele incluídas com as tendências mundiais de gestão ambiental, mas também manter a observância da qualidade total, à qual se encontra subjacente a importância da capacitação estratégica dos diversos sectores (público, privado e comunitário), para a construção, desenvolvimento e controle de Agendas 21, a nível local, de modo a que sirva aos habitantes e responsáveis do município, no que concerne às suas expectativas sobre o cumprimento dos respectivos compromissos sociais económicos e ambientais.

O Plano de Acção é também considerado como um instrumento de planeamento, que permite identificar com clareza:

O QUÊ? (quais as medidas a serem tomadas?), em função da questão seguinte;

PORQUÊ? (quais os problemas / insuficiências, as causas dos desvios em relação ao desejável?);

PARA QUÊ? (quais os objectivos traçados, resultados esperados e metas a alcançar?);

ONDE? (qual a zona de incidência ou raio de abrangência das medidas a concretizar?);

COMO? (qual o método e procedimentos a empregar?);

QUEM? (quais os responsáveis pela implementação e controle das medidas), e com que parcerias?);

QUANDO? (qual o prazo para execução das medidas?); e

QUANTO? (quais os recursos necessários para implementação das medidas?).

A elaboração do Plano de Acção, pode então ser definida como uma actividade criteriosa, onde se estabelece os fins a atingir, os meios a empregar, a oportunidade do seu uso, e os resultados a esperar.

¹³ Adaptado de <http://www.fadesalagoinhas.hpg.ig.com.br/agenda21-Auditoria%20PLANO.htm>

Mais detalhadamente, no Plano de Acção tem de se dar resposta aos às seguintes questões prévias:

O QUÊ?

Em conformidade com os princípios da Declaração do Rio de Janeiro/92, e documentos subsequentes, o Plano de Acção deve prever um processo de capacitação dos actores em Gestão Estratégica Comunitária, visando desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objectivos a alcançar, os recursos do município, e as mudanças de cultura e oportunidades resultantes do desenvolvimento da Agenda 21 ao nível local.

POR QUÊ? (RELEVÂNCIA DO PLANO DE ACÇÃO)

Porque cada território, constitui um sistema ou universo que inclui subsistemas e dinâmicas sociais, económicas e ambientais, políticas e culturais, associadas a procedimentos, acções e públicos específicos, pelo que o sucesso de construção, implementação e controle de Agendas 21 Regionais/Locais, o que requer o estabelecimento de mecanismos de informação, planeamento e gestão, que contribuam para a promoção de condições conducentes ao desenvolvimento de sociedades sustentáveis, objectivo fundamental da Agenda 21;

Porque no caso da AL21 a respectiva elaboração e implementação requer a adopção de um planeamento metodológico, cientificamente concebido, que permita guiar a acção, com base na *gap analysis* (análise do diferença entre 'onde se está' e 'onde se quer chegar');

Porque através do Plano de Acção (enquanto instrumento de intervenção onde consta a identificação de métodos e procedimentos científicos), se visa adequar as medidas adoptadas às especificidades de cada região/localidade, como as que devem ser concretizadas nas Agendas 21 Locais;

Porque verificando-se a exigência da instrução correcta dos diversos actores que compõem o cenário social, é essencial a prévia capacitação de raciocínio estratégico dos representantes dos sectores público, privados e comunitário, que se consubstancie primeiro em diagnósticos, e depois em planos e acções, atendendo ao se preconiza e determina na letra da Agenda 21, nos quadros de mudança de cultura em que vivemos; e à importância ímpar, de desenvolvimento, preservação e controle do ambiente natural e construído.

Este instrumento, cientificamente elaborado, deve ser enformado e estruturado de forma o mais simples possível, devendo como qualquer plano ser flexível e dinâmico, constituindo um elemento norteador indispensável para o desenvolvimento de Agendas 21 Locais, recorrendo-se para sua implementação e controle aos dois seguintes recursos: i) as *Rotas de Informação para o Meio Ambiente Sustentável*, - RIMAS - e ii) os *ciclos metodológicos*.

PARA QUÊ? (OBJETIVOS DO PLANO DE AÇÃO)

O plano de acção deve contemplar os seguintes objectivos

Informar todos os destinatários (decisores locais, autoridades regionais e nacionais, população em geral e outros interessados) sobre as propostas de construção e desenvolvimento da AL21, enquanto instrumento de apreciação, da conveniência e oportunidade do desenvolvimento das linhas de orientação, objectivos e acções propostos.

Sistematizar Roteiros Estratégicos e Roteiros de Informação sobre o Meio Ambiente Sustentável (RIMAS), para a construção, desenvolvimento e controle da AL21, constituindo-se como guia metodológico de intervenção, em consonância com as tendências mundiais da gestão ambiental e da qualidade, de modo a servir de ferramenta e prática de gestão e educativa e interactiva, para adopção dos seguintes tipos de acções:

- Acções Correctivas, destinadas a eliminar ou reduzir danos ou insuficiências no subsistema ambiente e nos outros subsistemas (económico, educativo, social ...);
- Acções Recuperativas, através das quais se procura reciclar, reutilizar, reinserir;
- Acções Preventivas, destinadas a evitar ou minimizar efeitos gravosos para o subsistema ambiente e para os outros subsistemas, concebidas e concretizadas antes dos fenómenos ocorrerem;
- Acções Proactivas, relacionadas com as preventivas, através das quais se visa de uma forma activa actuar para que seja alcançada a visão traçada para o município, estimulando nos cidadãos uma conduta sustentável.

Contribuir para a manutenção e consolidação de parcerias intersectoriais (apelando à convergência de vontades técnicas, sociais e políticas), e para uma gestão estratégica da intervenção (actualização do plano, educação e auditoria), integrada e integradora, para a qual este processo, cientificamente concebido, deve estar vocacionado, inserido num esforço de busca do simples e do facilitador,

ONDE? (ASPECTOS ESPACIAIS DO PLANO DE AÇÃO)

O desenvolvimento do Plano de Acção, decorre num território ou Zona de Intervenção onde se fazem sentir as necessidades dos habitantes do município conforme compromissos sociais, económicos e ambientais, assumidos na sequência de um diagnóstico pluri-dimensional.

COMO? (ROTEIROS ESTRATÉGICOS¹⁴ DE INFORMAÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL)

Como já foi referido, a AL21, é um instrumento de planeamento, de carácter curativo, preventivo, recuperador e educativo, acolhendo a adopção de medidas proactivas, constituindo também um desafio indutor da capacitação estratégica dos actores envolvidos no processo (representantes dos sectores público, privado e terceiro sector), com vista ao desenvolvimento de comunidades sustentáveis.

Para tanto deverá o Plano de Acção basear-se nos resultados ou contemplar a concretização dos 4 seguintes roteiros estratégicos: filosófico, científico, técnico e produtivo, para a construção, desenvolvimento e controle da AL21.

ROTEIRO FILOSÓFICO¹⁵ (Visão)

É o percurso seguido para se chegar à Visão, conduzindo à formulação das respostas ao que *deve ser / para onde se quer ir*, estabelecendo Princípios e Directrizes, de acordo com o contexto social, económico -ambiental regional/local e as finalidades da Agenda 21.

Este Roteiro parte dos princípios preconizados pela Agenda 21, e possibilita traçar as directrizes regionais/locais, identificando assim, alternativas que associem os benefícios do desenvolvimento da Agenda 21, às realidades, necessidades e interesses naturais das populações e de instituições, na procura de que seja transformado “*o que é*” naquilo “*que deve ser*”, para que se alcance uma co-gestão cidadã, integrada e integradora.

Neste Roteiro adopta-se como visão, a ideia de fomentar, em cada comunidade, a gestão das condições e qualidade de vida dos habitantes aí residentes, preparando-os para compreender, como podem de modo simples, planear, desenvolver, avaliar, controlar, gerir e agir para viver melhor.

ROTEIRO CIENTÍFICO (Missão)

Guia a formulação das respostas ao *que é / porque é*, estabelecendo Objectivos, Metas e Métodos, apoiando-se nos dados apresentados pelas ciências, para os processos de construção e desenvolvimento participativos na AL21.

No âmbito deste roteiro cabe traçar as incumbências (missão) de planear, metodologicamente, a elaboração, implementação e controle (mediante o recurso à utilização de métodos e técnicas adequados) do processo de Gestão Estratégica Comunitária, o que implica o estabelecimento

¹⁴ De **Rota** (Caminho; direcção; rumo; curso; percurso - o modo e a forma de fazê-lo; experiências, por meio das quais, os indivíduos alcançam a auto-realização, e, ao mesmo tempo, aprendem a contribuir para a construção de melhores comunidades e de um melhor futuro) e **Estratégia** (meios postos em prática para sair-se bem de qualquer coisa; observância e análise para verificar meios e condições favoráveis para alcançar um objectivo, uma meta). (Aurélio)

¹⁵ De **Filosofia**: *Ciência geral dos seres, dos princípios, das causas e das coisas. Sistema de princípios e directrizes destinados a agrupar uma certa ordem de fatos para os explicar. Fundamentos. Razão; Sabedoria.* (Aurélio)

de linhas de orientação (finalidades e objectivos) e metas, em conformidade com os princípios e directrizes apontados na Agenda 21, para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis.

Neste roteiro adopta-se (para prosseguimento da visão e missão que o inspiram) o Método PDCA (Planeamento, Desenvolvimento, Controle e Acção proactiva): método científico utilizado para identificação, caracterização e análise das causas de um *problema* ou questão, visando a sua solução e a consecução de metas, mediante implementação do processo de ensino aprendizagem sócio-ambiental, capaz de gerar a capacitação e desenvolvimento comunitários.

ROTEIRO TÉCNICO¹⁶

Guia a formulação das respostas ao *como / qual o controle*, estabelecendo Instrumentos e Procedimentos, para os processos e práticas que permitem a implementação e acompanhamento da Agenda 21 Regional/Local.

Este roteiro indica que o Plano deve socorrer-se de técnicas, procedimentos e ferramentas, constantes em *Normas* internacionais e nacionais sobre *Sistemas de Gestão (ISO/ABNT)*, numa tentativa de tornar o mais simples possível, as fases de planeamento, de desenvolvimento, e de controlo, bem como a melhoria contínua do processo de construção e implementação da AL21.

O planeamento estratégico proposto e aprovado poderá então, desenvolver-se de modo a resultar em Planos de Acção Comunitários (instrumentos de planeamento), que se constituirão em Agendas 21 Regionais / Locais.

Atendendo a que o Plano constitui um instrumento de acompanhamento e controle, deve contemplar a utilização de Relatórios 3 Gerações, referenciados nos programas mundiais da qualidade, como instrumento básico para o controle do desenvolvimento e dos resultados dos Planos de Acção, e para a gestão balizada pelas directrizes incluídas na Agenda 21.

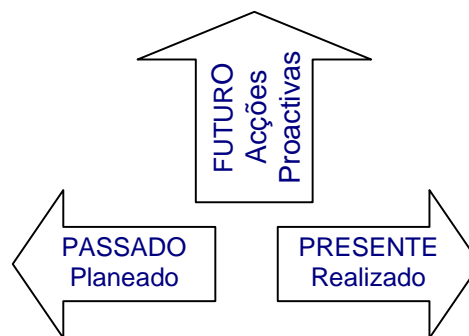
O Relatório 3 Gerações deve indicar claramente, a evolução dos *Planos de Acção Comunitários*, de modo a sugerir tomadas de decisão proactivas, para o sucesso da AL21. É portanto um instrumento de controlo que avalia a efectividade das medidas implementadas e a eficácia dos planos, em todos os seus aspectos, ou seja:

- o quê e quanto do planeado foi realizado;
- em que prazo;
- a que custo;
- com que retorno;

¹⁶ De **TÉCNICA**: *A parte material ou o conjunto de processos de uma ciência, arte ou ofício, maneira, jeito, aptidão ou habilidade de executar ou fazer algo, prática.* (Aurélio)

- de que forma;
- quais os responsáveis pelas acções;
- quais as dificuldades encontradas;
- qual a contribuição de cada medida para a Meta; e
- qual o Plano de Acção Proactivo a ser elaborado para a correcção dos desvios e optimização dos resultados.

Fig. VI única – Dimensões do Relatório 3 Gerações



ROTEIRO PRODUTIVO¹⁷

Guia a formulação das respostas ao *para que / que resultados*, estabelecendo Processos para a Gestão Estratégica Participativa da AL21.

Em consonância com a visão, a missão e as linhas de orientação nele expressas, o Plano deve, através da implementação de ciclos metodológicos a observar para o desenvolvimento da AL21, contribuir também para a capacitação de bem raciocinar estrategicamente, os representantes dos munícipes, de forma a proporcionarem mais valias no Processo de Gestão Estratégica.

Esse Processo de Gestão Estratégica, associado ao Plano, visa numa fase inicial promover o auto-diagnóstico, a auto-avaliação e o auto-controle comunitários, através da implementação de roteiros estratégicos de informação (RIMAS) e de ciclos metodológicos (planeamento, desenvolvimento, controle e acções proactivas). Procura-se deste modo representar o exercício de participação social, na construção, implementação e controle da AL21, tendo em mira a co-gestão responsável do meio ambiente humano - axioma do desenvolvimento sustentável.

¹⁷ De PRODUÇÃO: Acto ou efeito de produzir, criar, gerar, elaborar, realizar, pôr em prática um conhecimento para realizar um trabalho, resultado de um trabalho ou esforço, criação de bens ou de serviços capazes de suprir necessidades. (Aurélio)

A elaboração dum plano de acção plurianual implica a posterior desagregação em planos de actividades anuais, complementados com o respectivo orçamento, documentos dos quais após a sua vigência, a entidade por eles responsável dá a conhecer o que foi efectivamente realizado e o quanto de facto se gastou, através de um Relatório de Execução e Contas do Exercício.

VII - TEMÁTICAS / ESTRUTURA

Para que os resultados e as propostas sejam transmitidos aos interessados em geral e apropriados pela população local, em particular, é imprescindível que sejam disponibilizados em suporte físico, devendo a informação constante nos documentos finais ser sistematizada em pontos que de uma forma lógica e harmoniosa elucidem os leitores sobre os conteúdos e mensagens a serem divulgados. Uma das propostas para sistematizar essa informação é a que inclui por exemplo os 4 seguintes eixos:

1º Dimensões sociais e económicas, onde se examinam os problemas de desenvolvimento e os factores humanos, juntamente com aspectos chave da base económica e da tomada de decisões integradora destas dimensões.

2º Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento. É geralmente o eixo mais substancial da Agenda e apresenta o leque de recursos que têm de ser considerados em detalhe para se conseguir um desenvolvimento sustentável aos níveis local, nacional e global.

3º Reforço do papel dos grupos principais, que contempla a necessidade de dar ênfase à participação da comunidade, através dos seus diferentes grupos para conseguir alguns feitos que as autoridades municipais não podem levar a cabo por si mesmas.

4º Meios de execução, que aborda os meios para alcançar os objectivos de um futuro sustentável. Inclui aspectos técnicos, financeiros, educativos, legais, institucionais, etc.

A diversidade de situações territoriais de acordo com especificidades endógenas origina uma também diversificada panóplia de temáticas seleccionadas para inclusão em Als21, conforme se pode constatar abaixo:

Em Athis-Mons (França), os órgãos responsáveis pela redacção da AL21 seleccionaram para estruturar o documento os seguintes temas:

1. Alojamento
2. Energia
3. Poluições urbanas
4. Transportes
5. Consumos
6. Saúde
7. Modo de urbanização e ordenamento do território
8. Solidariedade com os países em vias de desenvolvimento
9. Emprego e desenvolvimento económico

<http://www.mairie-athis-mons.fr/agenda21/document.htm>

Em Santa Cruz (Brasil) os temas considerados como os mais adequados à realidade local foram os que se seguem:

1. Agricultura
2. Biodiversidade & Gestão dos Ecossistemas
3. Educação
4. Energia
5. Habitação
6. População
7. Saúde Pública
8. Recursos e Reciclagem
9. Justiça Social
10. Tecnologias Tóxicas & Gestão de Resíduos
11. Transportes
12. Economia Viável

<http://www.crossroad.to/text/articles/la21sc298.html>

Já em Goiás (Brasil também), a AL21 foi elaborada com base numa estrutura mais simplificada que acolheu os seguintes pontos:

1. Contexto Social
2. Contexto Económico
3. Contexto Ambiental
4. A Sociedade Civil
5. Gestão Ambiental
6. Tendências Actuais

http://www.agenciaambiental.go.gov.br/geogoiias/geo_soci_civi4_3.php

Na AL21 de Madrid, área urbana que se debate com problemas específicos, foram considerados os seguintes temas, que revelam profundas preocupações ambientais:

1. Gestão integral da água;
2. Gestão dos resíduos;
3. Contaminação atmosférica;
4. Contaminação acústica;
5. Educação ambiental;

6. Saúde e riscos ambientais;
7. Natureza e biodiversidade;
8. Informação e comunicação;
9. Actividades económicas;
10. Mercado de trabalho;
11. Urbanismo e habitação;
12. Acessibilidade e mobilidade;
13. Integração social;
14. Energia e mudanças climáticas;
15. Património cultural, lazer e turismo;
16. Segurança e saúde laboral.

Em Friburgo (Suíça), a realidade local originou a selecção dos tópicos abaixo explicitados:

1. Mobilidade
2. Espaços Verdes
3. Cultura
4. Assistência Extra-Escolar e Creches
5. Bairros
6. Economia
7. Energia
8. Integração de Estrangeiros
9. Lixos
10. Integração Social
11. Formação
12. Biodiversidade
13. Condições de Trabalho
14. Desporto e Turismo
15. Bilinguismo
16. Família
17. Património
18. Saúde
19. Norte-Sul

http://www.fr.ch/ville-fribourg/informations/agenda21/pre_etude.htm

Segundo uma abordagem mais adaptada à realidade do interior português, a estrutura temática da AL21 pode incluir os seguintes tópicos:

- a) Base Económica
- b) Emprego e Desemprego
- c) Localização de Serviços e Comércio
- d) Demografia
- e) Educação
- f) Desporto e Cultura
- g) Saúde e Segurança Social
- h) Participação Cívica
- i) Segurança pública
- j) Habitação
- k) Património Natural e Edificado
- l) Transportes e Comunicações
- m) Ambiente e energia

Após apresentação de temáticas incluídas em algumas ALs21, retoma-se seguidamente a questão dos princípios subjacentes a este instrumento de desenvolvimento.

VIII - PRINCÍPIOS

Sendo a AL21 um processo complexo deverá ser enquadrada por princípios que contribuam para que todos os actores envolvidos na sua implementação adoptem posturas convergentes que permitam superar os problemas surgidos.

Como se verá abaixo não existe uniformidade sobre esta matéria, pois cada país, cada território, cada cidade deve adequar sua Agenda à respectiva realidade e às suas diferentes situações e condições (por vezes muito heterogéneas mesmo no interior de um região).

Assim para uns os princípios gerais a considerar são os seguintes:

- participação e cidadania;
- respeito pelas comunidades e diferenças culturais;
- integração;
- melhoria do padrão de vida das comunidades;
- diminuição das desigualdades sociais;
- mudança de mentalidades.¹⁸

Já para outros autores os princípios sugeridos, adequadas a territórios com características diferentes são os seguintes:

Parcerias: é indispensável que haja um grupo de parceiros representativo dos elementos da comunidade, e que possa estabelecer alianças para a responsabilidade colectiva, tomada de decisões e planeamento, sendo definido com clareza qual é o contributo de cada um desses parceiros.

Participação e transparência: todos os sectores da sociedade devem estar envolvidos no planeamento para o desenvolvimento sustentável e todas as informações relativas ao processo de planeamento da A21L devem ser de fácil acesso ao público em geral.

Enfoque sistémico: é importante que o processo de Agenda 21 Local esteja ligado ao processo oficial de planeamento do município. Para isso, é útil instituir comités inter-secretariais e grupos de trabalho para tratar de todos os aspectos do processo de planeamento dentro do município.

Preocupação com o futuro: os planos e acções para o desenvolvimento sustentável referem-se a tendências e necessidades de curto e longo prazo. Portanto, é essencial que estas soluções de longo prazo sejam incluídas nos Planos de Acção da A21L.

¹⁸ ver <http://www1.uol.com.br/ecokids/agenda21/local.htm>

Responsabilidade: a vontade política é essencial para o lançamento da Agenda 21 Local, de forma a que seja integrada nas estruturas, políticas e planos municipais, permita facilitar o envolvimento e a tomada de decisões por parte da comunidade aumentando o senso de responsabilidade em relação ao processo.

Equidade e justiça: o desenvolvimento deve ser ambientalmente seguro, socialmente justo e economicamente bem distribuído.

Limites ecológicos: Todos os cidadãos devem aprender a viver dentro da capacidade de suporte do planeta. Para isso, é essencial educar o público, a equipe municipal e os vereadores para aumentar a consciência sobre os limites ecológicos, além de estabelecer e monitorar indicadores de desempenho - sempre envolvendo o público no processo.¹⁹

¹⁹ Adaptado de <http://www.agenda21local.com.br/con5a.htm>

IX - POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DAS AL21²⁰

São 3 os traços que reflectem a importância dos processos designados por AL21, porque esses processos:

- Representam experiências concretas para lidar com os diversos problemas ambientais, económicos e sociais associados ao desenvolvimento territorial;
- Na generalidade são desenvolvidos e dirigidos localmente e contam com mais recursos locais do que externos;
- Apoiam a "boa governança" para o desenvolvimento sustentável, verificando-se que os casos mais bem sucedidos se encontram associados a decisores públicos identificados com as práticas democráticas, com a transparência no uso de recursos e com parcerias firmadas com organizações comunitárias e não-governamentais.

As Agendas 21 Locais podem ainda contribuir para a superação das limitações do planeamento local e da gestão ambiental, especialmente quando cidadãos e ONGs sentem que o processo incentiva sua participação e que, as suas necessidades estão bem representadas. As Agendas Locais também contribuem para a integração das intervenções territoriais ao evidenciar preocupações ambientais, o que geralmente se mostra difícil no processo convencional de planeamento

Porém, esses processos apresentam as três seguintes grandes limitações principais:

- A sua eficácia depende de governos locais transparentes, actuantes e com *accountability* (apesar de muitas vezes servirem justamente para promover estas qualidades), sendo que a maioria dos governos nacionais é renitente em proporcionar aos governos locais poder e recursos suficientes para que estes possam ser efectivamente actuantes;
- Muitas Agendas 21 Locais deparam-se em alguns territórios, com dificuldades de suscitar atenção suficiente para as questões ambientais menos óbvias tais como a transferência de custos para outras pessoas e/ou outros ecossistemas, tanto no presente como no futuro;
- Muitas também se deparam com dificuldade de mobilizar os segmentos populacionais menos favorecidos, apesar destes normalmente se encontrarem em situações de risco no que concerne ao fornecimento de serviços como água, saneamento, acesso a serviços de básicos carácter social e outros.

²⁰ (Adaptado de Kranz, s.d.)

Debruçando-se sobre os principais desafios com que a Agenda 21 se depara no Brasil, Eloísa Argerich (2004), aponta os quatro seguintes tópicos:

- ✓ Desnívelamento do conhecimento e de informações sobre os entraves à sustentabilidade e, também quanto às potencialidades do País para construir o caminho de um novo modelo de desenvolvimento;²¹
- ✓ Dificuldades impostas pelas mensagens da cultura dominante no Ocidente, que não deixam perceber o mundo a partir de sectorialidades e/ou de reivindicações de casos particularizados ou seja, dificuldade de criar sonhos comuns para um horizonte de tempo que vá além da vida de cada indivíduo;
- ✓ Transposição de obstáculos que permitam criar e estabelecer planos comuns e futuros, num país com reivindicações regionais específicas e, enormes desigualdades a serem reduzidas no plano internacional.
- ✓ Desenvolvimento do processo participativo num país de dimensões continentais e sem nenhuma tradição nesse tipo de actividade de elaboração de políticas públicas;

Algumas destas dificuldades podem ser identificadas através dos processos de avaliação e monitorização, matéria abordada no ponto que se segue.

²¹ A autora refere que a dificuldade de informações se deve à diversidade socioeconómica e cultural, fruto da grande desigualdade social ainda prevalecente no Brasil.

X - PLANO DE MONITORIZAÇÃO / SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

A experiência colhida com as intervenções que têm sido concretizadas mostrou que é de toda a conveniência proceder à monitorização e avaliação dos planos plurianuais e anuais.

O plano de monitorização ou seguimento consiste basicamente na designação de responsáveis pela vigilância da consecução das actividades e tarefas programadas no plano de acção plurianual, e nos planos de actividades anuais, assim como no acompanhamento da evolução dos indicadores que meçam quer o grau de êxito da consecução dessas actuações, quer o estado de uma variável específica (por exemplo, qualidade da água, qualidade atmosférica, emprego, etc.). Este plano inclui a listagem dos Indicadores seleccionados, responsável pelo plano, periodicidade da monitorização.

O plano de avaliação, inclui por sua vez tópicos tais como o tipo de avaliação, momentos de avaliação, responsável pelo processo.

No ponto seguinte aborda-se a problemática dos indicadores, de forma a proporcionar uma abordagem à importância e funções de tão indispensáveis instrumentos.

No ponto seguinte aborda-se a problemática dos indicadores, de forma a proporcionar uma abordagem à importância e funções de tão indispensáveis instrumentos.

XI - INDICADORES REFERENTES AO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

Em diversas circunstâncias e para diversas finalidades cada território tem de seleccionar os indicadores que permitam conhecer a realidade local e a respectiva evolução, bem como a realidade circundante.

No caso da AL21 os indicadores são utilizados para: i) efectuar a caracterização e diagnóstico, ii) traçar metas, iii) efeitos de monitorização, e iv) efeitos de avaliação.

Os indicadores têm assim como finalidade proporcionar a leitura e análise da situação do território e da envolvente, através da quantificação de variáveis ou fenómenos pertinentes.

Na fase de diagnóstico os dados recolhidos sobre o território e envolventes, devem ser analisados e resumidos ao essencial, proporcionando a informação chave significativa e agrupada em indicadores adequados.

Posteriormente os indicadores permitem quantificar a evolução da situação do território, apontando tendências e permitindo efectuar as correcções a introduzir.

Outro importante papel dos indicadores consiste na avaliação comparativa (Benchmarking) com a situação de outros territórios, prática que permite aclarar pontos fortes e fracos, e estabelecer com uma maior segurança quais devem ser os objectivos sustentáveis do território.

Em algumas AL21 os indicadores utilizados foram agrupados nos conjuntos que se seguem:

1. Redução de desperdício de recursos (naturais, financeiros, humanos)
2. Controle e prevenção da degradação ambiental;
3. Redução do volume de lixo e tratamento do mesmo;
4. Melhoria nas condições de habitação, saneamento e provisão de água;
5. Melhoria no nível de saúde (higiene e prevenção) e educação básica;
6. Oportunidades para cultura, lazer e recreação;
7. Promoção de oportunidades de trabalho;
8. Acesso a informação e aos processos de tomada de decisão.

Como tal, para alguns autores o Plano de Acção deve acolhe como indicadores de relevância os seguintes: i) Indicadores de Participação (que espelham o nível do relacionamento e da participação social, e, o grau de empenhamento dos participantes nas comissões para o desenvolvimento da al21) e, ii) os Indicadores de Qualidade (que reflectem a qualidade ou padrão dos planos, e as possibilidades e oportunidades decorrentes das acções implementadas)

Porém actualmente existem orientações no sentido de serem considerados no decurso do processo dois tipos de indicadores de sustentabilidade:

- *Indicadores comuns europeus*
- *Indicadores locais específicos*

Estes tipos de indicadores são descritos nos pontos seguintes

Indicadores comuns europeus

Embora a metodologia para o desenvolvimento dos indicadores comuns propostos pela União Europeia não esteja ainda totalmente precisada (encontrando-se a ser aperfeiçoada por representantes de 84 cidades europeias), são adoptados por alguns municípios os seguintes:

Quadro XI.1. – Indicadores comuns europeus adoptados nas AL

A	INDICADORES PRINCIPAIS (obrigatórios)
1	Satisfação dos cidadãos com a comunidade local Satisfação geral dos cidadãos com vários aspectos do município
2	Contribuição local para a mudança climática global Emissões de CO2 (a longo prazo, quando se tenha desenvolvido uma metodologia simplificada, este indicador se centrará nas repercussões ecológicas)
3	Mobilidade local e transporte de passageiros Transporte diário de passageiros, distâncias e modos de transporte
4	Existência de zonas verdes públicas e de serviços locais Acesso dos cidadãos a zonas verdes e serviços básicos próximos
5	Qualidade do ar na localidade Número de dias em que se regista uma boa qualidade do ar
B	INDICADORES ADICIONAIS (voluntários)
6	Deslocação das crianças entre a casa e a escola Modo de transporte utilizado pelas crianças nas deslocações entre a casa e a escola
7	Gestão sustentável da autoridade local e das empresas locais Percentagem de organizações públicas e privadas que adoptam e utilizam procedimentos de gestão ambiental e social
8	Contaminação sonora Percentagem da população exposta a níveis de ruído ambiental prejudiciais
9	Utilização sustentável do solo Desenvolvimento sustentável, recuperação e protecção do solo e dos parajes del município
10	Produtos que fomentam a sustentabilidade Percentagem do consumo total de produtos com etiqueta ecológica, e de produtos biológicos ou objecto de práticas comerciais leais.

Os indicadores podem ainda ser agrupados em 3 conjuntos, de acordo com cada um dos aspectos condicionantes do desenvolvimento sustentável:

1º conjunto - indicadores ambientais (A)

2º conjunto - indicadores sociais (S) e económicos (E),

3º conjunto - indicadores institucionais (I).

Na grelha de apresentação, os indicadores são numerados pela ordem por que constam, e podem ter associado o sufixo R caso seja considerado pertinente a avaliação de assimetrias regionais. Assim o indicador identificado por A01 representa um indicador **A**mbiental avaliado à escala nacional **-0-** cujo número de ordem é **1**, ao passo que o indicador S01R representa um indicador **S**ocial que, além de ser avaliado à escala nacional **-0-**, poderá ser medido do ponto de vista da sua variação à escala **R**egional, sendo o seu número de ordem também igual a **1**.

Mais abaixo aborda-se esta questão mediante apresentação da tipologia dos indicadores em questão, segundo o modelo da OCDE Pressão-Estado-Resposta (PER), bem como as fontes de referência, onde são listadas as entidades nacionais e internacionais responsáveis pela produção, obtenção ou divulgação da informação.

Indicadores locais específicos

São os seleccionados em função da realidade local. Na mensuração desta realidade deve ter-se em consideração, pelo menos, as seguintes questões:

- Qual é a informação pertinente a ser recolhida? (em função das problemáticas recenseadas)
- Quais os tipos de informação a recolher (disponível / provocada)
- Como é recolhida? (consulta a documentação; aplicação de inquéritos)
- Quem recolhe e quem é o responsável ou responsáveis (pessoa, equipa técnica, organismo, etc.)?
- Com que temporalidade se actualiza? (anual, decenal)

A informação seleccionada permitirá através do menor número de indicadores locais específicos (que integram uma lista o mais adequada possível), conhecer tanto a situação ambiental, económica e social do município, como o cumprimento ou não dos objectivos constantes no plano de acção do município.

Esses indicadores locais específicos constituem portanto a informação indispensável sobre um local, que se torna necessário recolher, tratar e analisar para que se possa intervir, devendo ser coerente e organizada num sistema de indicadores, o qual tem como finalidade:

- Orientar a obtenção de dados específicos que permitam o adequado seguimento da situação ambiental, económica e social de um município assim como conhecer o grau de êxito do plano de acção que se tenha implantado.
- Favorecer a obtenção de informação de maneira rápida e eficaz.

- Determinar o grau de implicação dos agentes no Plano de Acção.
- Ajudar a gestão municipal na tomada de decisões políticas.
- Obter uma visão integral das necessidades predominantes no município.

A lista de indicadores de estado do município, é obtida a partir das conclusões extraídas dos resultados do diagnóstico integral realizado, do qual se retiram portanto ilações, sobre os aspectos considerados mais preocupantes no município ou seja dos aspectos que devem merecer uma maior vigilância por parte dos actores locais.

A lista deve incluir indicadores que meçam o estado de variáveis essenciais para a qualidade de vida dos cidadãos (muitas delas ambientais), e mesmo que as condições dessas variáveis sejam satisfatórias, requerem uma vigilância constante dada a sua importância, estas variáveis podem ser, por exemplo, a qualidade da água, a qualidade do meio atmosférico, etc.

A lista de indicadores de estado, anteriormente assinalados, deve ser complementada com indicadores derivados da implantação do Plano de Acção Local, que permitem avaliar o êxito das actuações concretas. Muitos destes indicadores coincidirão com os anteriores, pelo que ao final deve conformar-se uma lista final de indicadores unificados.

Para que os objectivos dum sistema de indicadores possam ser atingidos, então os indicadores que o integram devem ser:

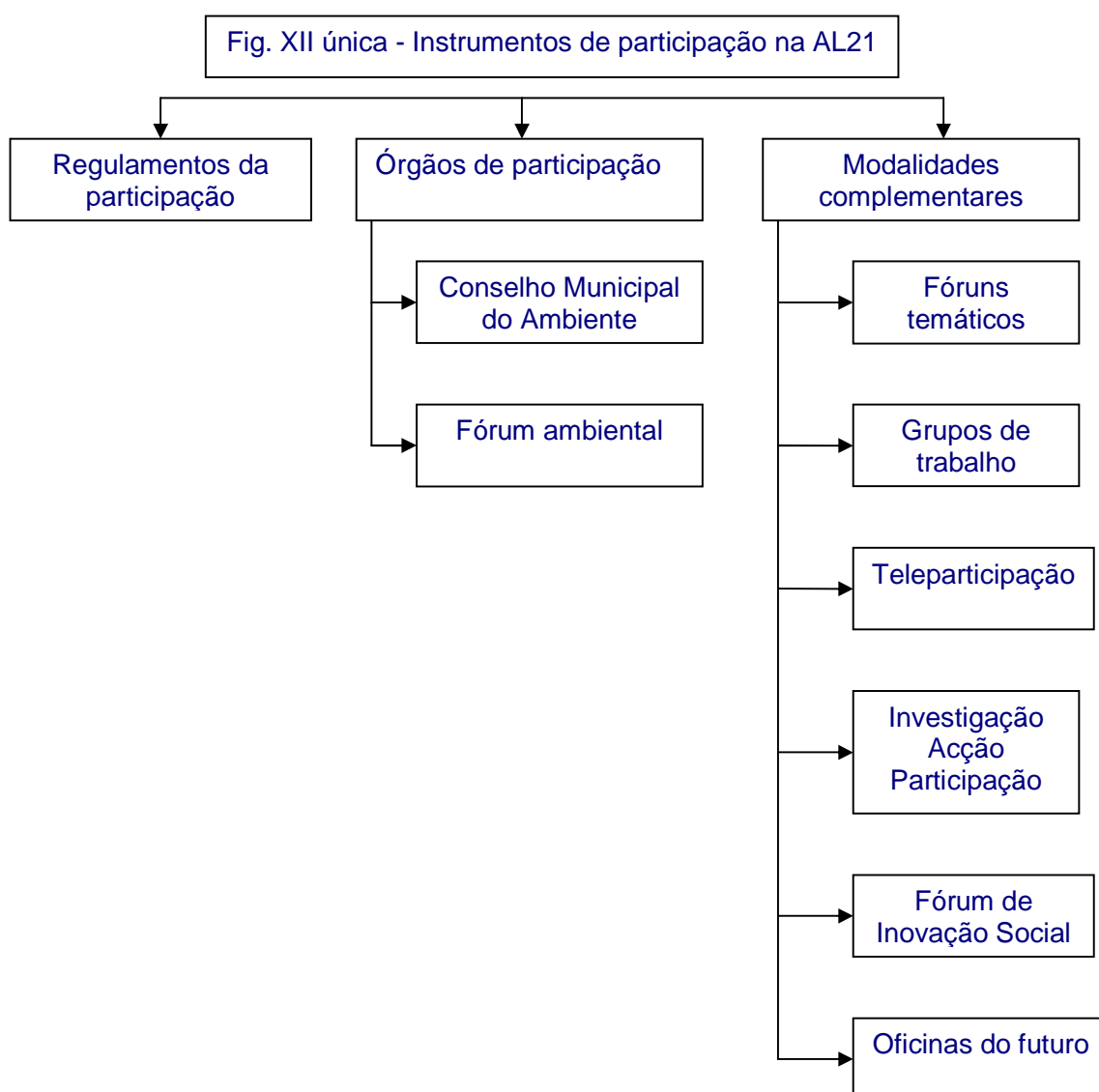
- Exactos, inequívocos e específicos.
- Compreensíveis e fáceis de interpretar.
- Acessíveis e fáceis de obter.
- Sensíveis às mudanças.
- Válidos, verificáveis e reprodutíveis.
- Úteis para proporcionar uma visão rápida da situação integral da realidade municipal.

Face à sua importância, aborda-se no ponto seguinte a problemática da participação no âmbito das ALs²¹.

XII - PARTICIPAÇÃO DOS ACTORES

Ao nível de um município a participação dos cidadãos pode revestir-se de dois tipos: directa e indirecta, enquadradas no modelo que abaixo se apresenta.

A participação directa, na linha da democracia de base em que qualquer cidadão pode pronunciar-se sobre as questões em discussão, geralmente em Assembleias Plenárias. A participação indirecta, na linha da democracia representativa, na qual os cidadãos se envolvem elegendo os seus representantes, com a possibilidade de acompanhar os trabalhos dos eleitos.



Fonte: <http://www.diputacionavila.es/medioambiente/agenda21/>

Neste último caso podem ser criados mecanismos de comunicação de acordo com os recursos e a capacidade de iniciativa e imaginação. Audiências públicas, com datas pré-fixadas ao longo do ano e o acesso a meios de comunicação social, podem ser um importante instrumento de participação. Por outro lado a publicação de folhetos informativos e a realização de programas de rádio também são meios de divulgação dos trabalhos dos órgãos da Agenda 21. Uma recente possibilidade interessante e democrática de comunicação, é a que pode ocorrer através de terminais de computador públicos. Neste exemplo, qualquer cidadão ou cidadã deverá ter acesso a um banco de dados com informação diversa e com os trabalhos de órgãos da AL21.

Esta proposta aponta para uma tendência mais recente que se verifica em toda a Europa (a dos métodos interactivos) a qual prevê a passagem gradual dos processos tradicionais de decisão baseados num exercício vertical do poder, caracterizados por decisões "top-down", associados à prática da democracia representativa para um novo paradigma, baseado no conceito de democracia participada.

Visa envolver nos processos de tomada de decisão e na gestão e resolução de conflitos ambientais, tanto quanto possível, todas as partes interessadas, conferindo-lhes influência e co-responsabilidade. Esta abordagem traduz o reconhecimento da necessidade de uma distribuição de poder mais horizontal, adequando a resposta ao cariz da maior parte dos problemas com que as sociedades actuais se deparam.

Esta dinâmica permitiu já o desenvolvimento de várias metodologias que promovem a participação de todos os actores em processos de planeamento ambiental, como medida de prevenção de conflitos, em caso de conflito manifesto, tem-se recorrido à mediação ambiental que tem conhecido uma crescente aplicação, um pouco por toda a Europa.

Constata-se que estas novas formas de participação têm trazido mais valias aos processos de intervenção em geral e à resolução de problemas ambientais em particular, nomeadamente a nível local. Dos grandes números das audiências públicas já em fases finais do processo de planeamento tem-se optado, cada vez mais, por uma participação mais seleccionada e dirigida, envolvendo actores-chave, em fases iniciais do mesmo.

Os métodos interactivos têm contribuído para uma integração efectiva dos interesses e valores das comunidades, identificando e dando resposta a aspirações e preocupações das populações envolvidas. Esses métodos carregam mais valias para o processo e com frequência evitam controvérsias dispensáveis que frequentemente atrasam, ou mesmo impedem decisões cruciais.

Verifica-se portanto que o clima de credibilidade mútua, gerado com a utilização destas novas metodologias, não só contribui para a identificação da comunidade com a acção, como também facilita a sua implementação. Daqui se conclui que a identificação de problemas atempadamente, e propostas adequadas para soluções geradas em contextos de participação interactiva, favorecem melhores processos de decisão, que beneficiam frequentemente de propostas inovadoras desenvolvidas em colaboração.

XIII - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Como se pode visualizar na figura anterior, o processo de implementação da AL21 requer a constituição e funcionamento de órgãos que desempenham funções complementares devidamente articuladas. Os mais comuns são o Fórum, a Coordenadora e Grupos de trabalho²².

O Fórum da Agenda 21, também designado por Fórum 21, é um espaço político do planeamento sócio-económico-ambiental participativo, e é constituído por representantes de órgãos do governo local, de organizações sem fins lucrativos, de organizações com fins lucrativos e tem importantes atribuições tais como:

1. Representar os interesses da comunidade;
2. Propor grupos de trabalhos temáticos;
3. Apresentar sugestões aos órgãos de governo local sobre a formulação de políticas públicas;
4. Sugerir a afectação de recursos;
5. Elaborar, apresentar e divulgar o Relatório das suas actividades;
6. Acompanhar as auditorias efectuadas no município.

A Coordenadora é constituída por um número reduzido de membros, designados pelo Fórum que dão seguimento e preparam decisões desse órgão.

Os Grupos de Trabalho, com existência temporária ou permanente, que são constituídos por membros também designados pelo Fórum ou pela Coordenadora, debruçam-se sobre questões específicas (saúde, educação, ambiente, ...) preparando a informação necessária à decisão dos outros órgãos).

²² Sobre este assunto ver C. Arieiro (2008), p. 77.

XIV - FUNDAMENTAÇÃO

A fundamentação do lançamento e aceitação da AL21 encontra-se por um lado muito baseada em questões ambientais.

Repare-se por exemplo no conteúdo dos seguintes excertos:

“A sua origem é determinada por dois factores. Em primeiro lugar pela crescente utilização, a um ritmo cada vez maior, dos recursos naturais, da má gestão dos mesmos, e de um interesse inicialmente nulo na minimização de resíduos da sociedade no seu conjunto. Em segundo lugar, devido à pressão, às vezes silenciosa e às vezes nem tanto, de cidadãos cada vez mais informados, que através dos seus votos vão condicionando a acção dos seus dirigentes. “

“Apesar de, por um lado, nos últimos anos, o consumo de recursos naturais ter aumentado de forma notória, diversos movimentos, tanto governamentais como não governamentais, têm levantado as suas vozes de alarme sobre impactos ambientais da actividade humana. A corrente actual foca a gestão ambiental em direcção a um balanço dos aspectos do meio ambiente através de critérios económicos, políticos, culturais e sociais.”²³

Por outro lado e estreitamente associado à questão ambiental encontra-se também o facto de, por exemplo na União Europeia a 15, cerca de 80% da população viver em cidades e povoações, sendo as áreas urbanas desses 15 Estados Membros, os lugares onde geralmente os problemas do meio ambiente, e os problemas sociais, mais afectam a qualidade de vida dos respectivos habitantes.

Inferre-se assim, segundo a mesma fonte que, do ponto de vista teórico, o processo de Agenda 21 Local tem como fundamento o princípio da sustentabilidade local, que procura integrar a justiça social, uma economia sustentável e, um ambiente e capital natural duradouro, para alcançar por conseguinte um equilíbrio sustentável que, se traduza numa melhoria da qualidade de vida da população de um determinado território. (<http://students.fct.unl.pt/users/fnf/al21/>)

²³ Fonte: (<http://students.fct.unl.pt/users/fnf/al21/>)

XV - ARTICULAÇÃO COM OUTROS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO

No nosso país a AL21 de um município tem de se articular com outros instrumentos de planeamento / intervenção a longo ou médio prazo que já estejam em vigor no local ou que influam sobre o local.

1. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)²⁴
2. Plano Nacional Acção para a Inclusão (PNAI)²⁵
3. Programas Operacionais Sectoriais²⁶
4. Programas Operacionais Regionais²⁷
5. Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)
6. Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT)
7. Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP)
8. Plano Integrado de Desenvolvimento Distrital (PIDD)
9. Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP)
10. Plano Estratégico (da cidade ou do concelho) (PE)
11. Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), que inclui o Plano Director Municipal (PDM), o Plano Geral de Urbanização (PGU), e o PP (Planos de Pormenor)
12. Plano de Desenvolvimento Social (PDS) concelhio
13. Carta Educativa concelhia
14. Orçamento Participativo

A AL21 de um município deve inspirar os Planos de Actividades da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, das Escolas do 1º, 2º e 3º ciclos, Jardins de Infância, colectividades em geral e Organizações Sem Fins Lucrativos.

Sucedem que alguns municípios existem já em vigor instrumentos de intervenção acima referidos, que pela sua proximidade com a AL21 requerem uma especial abordagem. Nos pontos seguintes apresenta-se alguns desses instrumentos de intervenção, nomeadamente: o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano Estratégico, o Plano Municipal de Ordenamento do Território

²⁴ Ver em: www.iambiente.pt

²⁵ Ver em: <http://www.pnai.pt/>

²⁶ Ver em: <http://www.qca.pt/main.html>

²⁷ Ver também o endereço anterior

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL²⁸

Significado

A elaboração do PDS, considerado como um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção das condições de vida dos habitantes de um território, incumbe à Rede Social²⁹. Esse plano incide não só sobre a concretização de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas igualmente sobre os efeitos preventivos, decorrentes de acções de animação das comunidades e da indução de processos de mudança.

O Plano de Desenvolvimento Social espelha o retrato de uma situação social desejável, mas também realista dos Concelhos e Freguesias sobre as quais incide, e acolhe uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.

Finalidade do Plano de Desenvolvimento Social

Enquanto instrumento que orienta as respostas às necessidades individuais e colectivas, a finalidade do PDS consubstancia-se no conjunto de todas as intervenções que num concelho visam a promoção do desenvolvimento social, quer sejam elaboradas no âmbito da operacionalização do plano pelo CLAS (através do Plano de Acção), quer sejam propostas fora do âmbito do CLAS. Pode assim afirmar-se que o Plano de Desenvolvimento Social procura vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de actuação tem repercussões no desenvolvimento social ao nível concelhio.

O Plano de Desenvolvimento Social como processo de Planeamento Estratégico

O PDS encontra-se inserido num processo de planeamento estratégico que visa proporcionar uma adequada resposta às rápidas transformações que ocorrem nas sociedades modernas, e que implica:

1. Planear de forma integrada, tendo em conta todas as dimensões dos problemas que têm que ser consideradas nas soluções;
2. Planear não só os objectivos a alcançar mas dar igual importância às formas de os alcançar, assegurando a participação efectiva de todos aqueles que nele estarão implicados ou por ele serão afectados, tendo em conta os recursos humanos, materiais, o calendário para a implementação, etc.. Para tal é necessário contratualizar: i) Uma visão conjunta da situação e das transformações mais urgentes

²⁸ Retirado de IDS (2002)

²⁹ A Rede Social foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro, da Declaração de Rectificação n.º 10-O/98, do Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro e, posteriormente, foi regulamentada através do Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho.

- e possíveis a desencadear pelo Plano; ii) As atribuições de cada um dos parceiros na fase de implementação; iii) O modo como serão afectados os recursos comuns e de cada um dos parceiros; iv) O modo como será feita a gestão da implementação do Plano de Desenvolvimento Social, e v) A participação na avaliação dos resultados da intervenção.
3. Planear tendo em conta não só, a realidade presente, mas as oportunidades e ameaças que se poderão colocar no processo de implementação do plano, de modo a prever formas de tirar partido delas ou de as contornar respectivamente. Tal supõe: i) Conhecer as forças e os obstáculos internos da parceria e prever formas de as potenciar ou minorar, respectivamente; ii) Antecipar as ameaças e as oportunidades externas, prevendo formas alternativas de funcionar para tais cenários, e iii) Articular o Plano de Desenvolvimento Social com outros planos, tentando perspectivar as mudanças que serão produzidas noutros sectores ou a outros níveis de intervenção.
 4. Planear identificando dimensões prioritárias e mais susceptíveis de produzir mudança na realidade dos concelhos em que se intervém.

As vantagens de um Plano de Desenvolvimento Social

Por se traduzir num esforço de articulação entre vários sectores e vários parceiros, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social proporciona para o território que abrange, importantes vantagens tais como:

- ◆ Permite integrar no local as medidas e políticas definidas nos vários níveis da Administração local, regional, nacional nos vários sectores e ainda ao nível da União Europeia, favorecendo a sua adequação aos contextos locais potenciando as respectivas complementaridades e detectando as suas fragilidades;
- ◆ Permite a racionalização e a adequação de recursos e das iniciativas em curso numa dada comunidade, através da articulação dos serviços e das organizações;
- ◆ Permite rentabilizar os saberes e o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações locais na identificação dos problemas e soluções e na definição de estratégias mais adequadas para a sua resolução;
- ◆ Permite encontrar soluções inovadoras que a flexibilidade das estruturas mais pequenas e em contacto com as populações possibilitam.

Para além destas, o P.D.S. permite conseguir outras vantagens que decorrem do facto de acolher preocupações nas pessoas e comunidades para as quais se trabalha, permitindo:

- ◆ Conceber intervenções continuadas e sustentáveis, dando continuidade a “boas práticas” já implementadas, procurando minorar os efeitos da contingência dos financiamentos a projectos e assegurando a sustentabilidade de percursos no sentido da inclusão e das expectativas legitimamente criadas pelas populações alvo de tais projectos;

- ◆ Proporcionar respostas às causas e não só às manifestações dos problemas e contribuir para o desenvolvimento de actuações preventivas das situações de exclusão ou do seu agravamento.
- ◆ Implicar progressivamente as populações a quem se dirige, na procura de soluções adequadas às situações;

Ainda do ponto de vista das instituições envolvidas, o P.D.S. permite alcançar mudanças assinaláveis como por exemplo:

- ◆ Modificar as culturas institucionais no sentido da introdução de hábitos de planeamento e avaliação e do aprofundamento do trabalho em parceria;
- ◆ Facilitar o acesso a recursos e informação suportar as suas intervenções, contribuindo algumas das desigualdades existentes;
- ◆ Valorizar atribuições específicas, pelo reconhecimento e integração num projecto de conjunto.

Actores envolvidos na elaboração e implementação do plano

Que actores devem estar envolvido no plano? Como podem ser envolvidos? São as duas questões abordadas neste ponto e às quais abaixo se dá resposta

Que actores devem estar envolvido no plano?

Para além dos parceiros mais frequentes no C.L.A.S.,³⁰ devem integrar este órgão:

- Os que potencialmente poderão estar envolvidos na *implementação* dos planos (representantes, técnicos e voluntários de Instituições Sem Fins Lucrativos e de projectos em curso que venham a ser incorporados no Plano, etc.);
- Os responsáveis pela *gestão* e o acompanhamento da implementação do Plano (que podem ser ou não os parceiros obrigatórios do C.L.A.S.);
- Os *beneficiários* dos planos (membros dos grupos alvo; outros participantes p. ex. animadores comunitários
- Os informantes privilegiados, ou seja, aqueles que pela sua experiência, pelo seu, conhecimento ou interesse na comunidade têm contribuições a dar (activistas comunitários, estudiosos, associações várias que se formaram no seio da comunidade, etc.).

Como podem ser envolvidos esses actores (como deve ser feita a mobilização? sob que modalidades é que se pode organizar a participação? quem é que se vai responsabilizar pela tarefa de elaborar os documentos de base, das primeiras recolhas até aos documentos finais?)

³⁰ Representantes de organismos públicos tais como: representante da Câmara Municipal (que geralmente coordena e preside), representantes de Juntas de Freguesia, da Segurança Social, do IEFP, da Saúde, da Educação, das Forças Militarizadas (PSP e/ou GNR).

Existem várias estratégias para envolver os participantes que se considerem fundamentais na elaboração do Plano, como por exemplo: promover um dia aberto com *workshops*; um conjunto de reuniões de consulta com grupos específicos; um pedido de apreciações escritas. Poderá ser muito proveitosa a combinação de estratégias em função dos objectivos e das fases do trabalho. Importa definir, adequar e explicitar:

- **Objectivos** destas sessões (por exemplo, recolher ideias diferentes sobre possíveis soluções a encontrar através de um *brainstorming*; apresentar um documento já trabalhado sobre o qual se pretende obter sugestões que não terão que ser consensuais, ou pelo contrário, obter consensos relativamente a problemas prioritários);
- **Tipo de registos ou documentos** que devem resultar das consultas em função dos objectivos (grelhas temáticas, listas de prioridades, votações, *nuvens* ou *árvores de problemas*, *árvores de objectivos*, etc.);
- **Composição dos grupos**, é importante definir se se pretende que os grupos presentes sejam heterogéneos nas funções e níveis hierárquicos ou mais homogéneos; se os grupos serão alargados ou se será mais produtivo que sejam mais restritos.

Seguidamente apresenta-se o PDS de Grândola, o PDS de Famalicão,³¹ o PE de Vendas Novas e o PE de Évora, com a finalidade de proceder posteriormente a um exercício de comparação e de articulação com a AL21.

³¹ Considerados de referência na 1ª geração de PDS.

O PDS de Grândola

Este PDS assenta em 3 eixos, subdivididos em sub-objectivos, operacionalizados por sua vez em projectos, conforme consta no quadro seguinte

Quadro XV.1. – Síntese do Plano de Desenvolvimento Social de Grândola

Eixos	Sub-objectivos	Projectos
A. Integração Territorial	A.1. Melhorar as acessibilidades intra-concelhias	A.1.1. Estradas com Qualidade
	A.2. Promover a valorização do património cultural e edificado	A.1.2. Transportes de Qualidade
B. Qualificação das pessoas e das organizações	B.1. Promover uma ligação mais estreita das organizações com as pessoas	A.2.1. À descoberta do Concelho
	B.2. Articular a formação com as necessidades do mercado de trabalho	B.1.1. Gabinetes e Fóruns do Cidadão
C. Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social	C.1. Criar condições de suporte à prestação de cuidados e potenciação de respostas programadas para a população idosa, dependente ou portadora de deficiência	B.1.2. Conselho Económico e Social do concelho
	C.2. Promover uma intervenção integrada ao nível do desenvolvimento educativo e social das crianças e jovens do concelho	B.2.1. Formação e Inserção
		C.1.1. Intervenção articulada à população Idosa e/ou Dependente
		C.1.2. Novos serviços de protecção social
		C.2.1. Conviver para Crescer

Fonte: PDS de Grândola

Esquemáticamente, os eixos de intervenção do PDS em análise podem ser visualizados na figura seguinte.

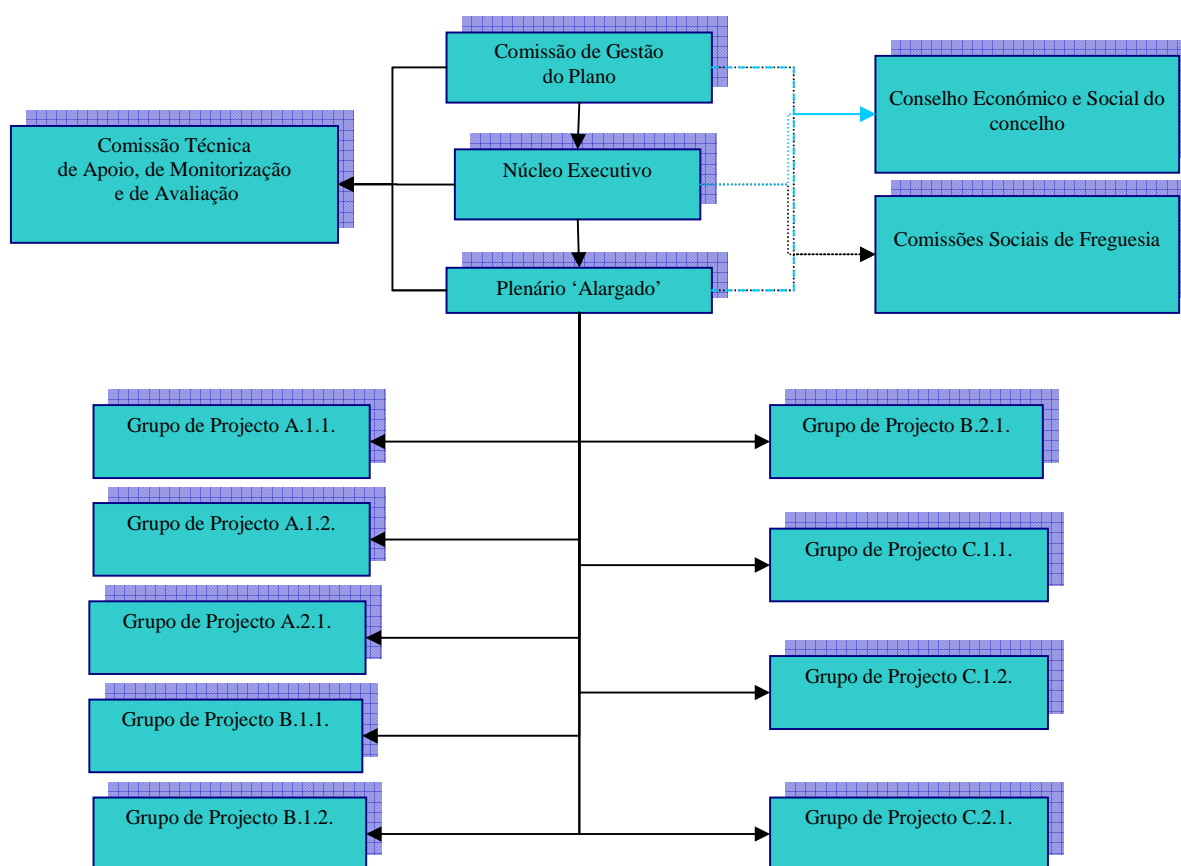
Figura XV.1. - Eixos de intervenção do PDS de Grândola



Fonte: PDS de Grândola

Para responder aos desafios enfrentados e levar a cabo as orientações traçadas pelos órgãos da Rede Social foi adoptado o seguinte modelo organizacional.

Figura XV.2. - Modelo Organizacional para Implementação e Monitorização do PDS de Grândola



Fonte: PDS de Grândola

Conforme referido “as formas organizativas propostas dizem respeito não apenas à elaboração do Plano de Desenvolvimento e Plano de Acção mas também a monitorização do processo de concretização desses mesmos planos e de desenvolvimento da Rede Social em Grândola. É também considerado que uma estrutura participada - de decisão e monitorização da acção- permitirá aumentar a eficácia e eficiência do processo de execução e que a distribuição

equilibrada de responsabilidades permitirá que todos, e cada um, saiba qual o seu papel na estrutura global.

Assim, no PDS de Grândola é apresentada uma estrutura constituída pelos seguintes órgãos:

- **Comissão de Gestão do Plano** onde estão representadas as entidades promotoras e a quem compete o nível de decisão estratégica sobre a condução da rede Social. Esta comissão é coadjuvada pelo:
- **Núcleo Executivo**, com competências técnicas, e a quem compete a orientação e gestão quotidiana do processo. Não se trata de criar uma nova estrutura na medida em que essa já existe em termos da estrutura interna da Rede Social, mas apenas de a situar no processo de gestão do PDS de Grândola;
- **Plenário Alargado** no qual estarão presentes todos os mandatados pelos serviços, instituições e grupos de população envolvidos pelo Plano de Desenvolvimento social (Plenário aberto a outros actores);
- **Grupos de Projecto** constituídos pelas entidades promotoras dos projectos, têm como função assegurar a execução dos projectos definidos no PDS e concretizar os planos de acção por projecto.

No Plano considera-se ainda de grande utilidade a organização dos outros 2 seguintes órgãos:

- **Conselho Económico e Social do Concelho**, que não é uma estrutura própria do Plano de Desenvolvimento Social, mas antes teria uma representação do conjunto de projectos e programas que, de forma mais estruturante, estão a ser executados no Concelho. Há todo o interesse que esta comissão represente, não apenas os vários interesses socio-políticos mas também as várias facetas do desenvolvimento: forças económicas, sociais, culturais, ambientais, etc. É uma estrutura que está contemplada enquanto projecto, na medida em que implica o envolvimento e trabalho conjunto de actores provindos das mais diversas áreas do social.
- **Comissão Técnica de Apoio, Monitorização e Avaliação**: a esta comissão estariam cometidas as funções técnicas de organização da formação e da avaliação do percurso da rede e dos seus Planos de Acção. Essa pode incluir elementos dos outros órgãos da Rede Social e peritos externos.

É ainda referido que há outras estruturas da rede, que até ao momento ainda não foram implementadas, mas sobre as quais urge reflectir sobre a sua constituição, e que são as **Comissões Sociais de Freguesia**. Propõe-se que estes órgãos podem começar a ser dinamizados através dos Fóruns do Cidadão, previstos no Projecto B.1.1., e devem funcionar como elos de ligação dos actores sociais com a população residente em cada um

dos territórios. Acrescenta-se ainda que as Comissões Sociais de Freguesia “Não são estruturas que impliquem custos, mas apenas capacidade organizacional que caberá, a nível interno, discutir acerca das suas condições de implementação. Estas Comissões deverão, igualmente, estabelecer um elo de ligação com outras estruturas propostas, nomeadamente, a Comissão Técnica de Apoio, Monitorização e Avaliação do Plano, o Conselho Económico e Social do Concelho e o Plenário Alargado. Caberá a estas comissões darem conta das dinâmicas sócio-territoriais emergentes, assim como validar a pertinência das propostas inseridas no PDS de Grândola. Funcionarão como ‘antenas de alerta’ sobre situações de risco de pobreza e exclusão, procurando introduzir medidas de excepção e de correcção ao Plano a desenvolver”.

O PDS de Famalicão

Este instrumento de intervenção acolheu a seguinte finalidade: Criar novas dinâmicas de cooperação/parceria para um território de qualidade social.³²

Como estratégias para prosseguir a finalidade referida, “o Plano de Desenvolvimento Social pretende assentar numa nova estratégia local de luta contra a pobreza e exclusão, a partir da qual se afirma o desenvolvimento social como fim da acção social, a educação como valor essencial, a família como meio a preservar e valorizar, e a formação e o emprego como vitais áreas de inserção. Por sua vez, pelo Plano de Desenvolvimento Social se afirma a estratégia do desenvolvimento local e comunitário”. Também como referido no documento, “a formatação do PDS teve por base e espera ver privilegiadas, entre outras, as seguintes estratégias:

- Explorar sinergias, articulações e integrações com medidas de âmbito regional e nacional;
- Privilegiar a actuação em rede, numa complementaridade de recursos;
- Apostar em acções com capacidades de produzir efeitos multiplicadores;
- Descentralizar competências e responsabilidades com base no princípio de responsabilidade partilhada;
- Potenciar os recursos endógenos;
- Valorizar a família;
- Desenvolver atitudes de confiança, de escuta e interligação mútua entre os “saberes técnicos” e os “saberes locais”.

³² Tendo presente, conforme referido no documento “as finalidades de planos nacionais e regionais, e tomando por base os pressupostos do desenvolvimento sustentável”

De notar que a prossecução da finalidade do plano assentou no seguinte conjunto de linhas transversais a todas as acções a realizar:

- Qualidade e inovação;
- Articulação e cooperação;
- Sociedade da informação e do conhecimento.

Este PDS “foi estruturado tendo por base os seguintes objectivos intermédios:

- Fomentar a articulação e actuação intersectorial e interinstitucional;
- Valorizar pontos de inovação organizacional;
- Promover a multifuncionalidade dos equipamentos e serviços;
- Equilibrar e concertar o desenvolvimento social do território;
- Promover a diversificação do mercado de trabalho;
- Fomentar a actuação por projectos, objectivos e avaliações.

Como objectivos orientadores da acção local rumo ao objectivo final de colocar Vila Nova de Famalicão como um território de qualidade social, inovação e participação, foram seleccionados os seguintes quatro eixos prioritários:

Eixo 1 – Reforçar as capacidades e potencialidades das organizações e agentes locais.

Eixo 2 – Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

Eixo 3 – Actuar activa e preventivamente sobre territórios e populações vulneráveis.

Eixo 4 – Promover competências de empregabilidade e iniciativa económica e a transição para a vida activa.

Entre estes eixos existe uma complementaridade conforme se ilustra no quadro seguinte:

Quadro XV.2. – Articulação entre os eixos do PDS de Famalicão

	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4
	Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.	Actuar activa e preventivamente sobre territórios e populações vulneráveis.	Promover a transição para a vida activa, a empregabilidade e a iniciativa económica
Eixo 1– Reforçar as capacidades e potencialidades das organizações e seus agentes.			
Eixo 2 – Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.			
Eixo 4 – Promover a transição para a vida activa, a empregabilidade e a iniciativa económica			

Complementaridade e articulação forte



Complementaridade e articulação menos forte



Assim a estrutura do PDS de Famalicão assenta em 4 eixos, subdivididos em medidas e submedidas, conforme se pode ver nas linhas seguintes

Eixo 1 – Reforçar as capacidades e potencialidades das organizações e seus agentes

- Medida 1.1 – Formação para o desenvolvimento
- Medida 1.2 – Rede para o desenvolvimento
- Medida 1.2.1 - Ligação informática em rede dos vários serviços
- Medida 1.2.2. Dinâmicas de cooperação para o desenvolvimento local
- Medida 1.2.2 - Reforço do papel do Concelho Local de Acção Social

Eixo 2 – Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais

- Medida 2.1 - Melhorar e qualificar a rede de equipamentos e serviços
- Medida 2.1.1. Plano director para a instalação de equipamentos e serviços sociais e comunitários
- Medida 2.1.2. Promover a implementação do Sistema de Certificação de Qualidade dos Serviços Sociais
- Medida 2.1.3 - Melhorar e qualificar os acessos para a primeira infância
- Medida 2.1.4 - Rede do Pré-Escolar
- Medida 2.1.5 - Ocupação dos tempos livres das crianças e jovens
- Medida 2.1.6 - Protecção e Apoio à Terceira Idade
- Medida 2.2 - Descentralizar os acessos aos serviços públicos
- Medida 2.3 - Novos projectos na área da saúde.
- Medida 2.4 – Mediação familiar e de menores
- Medida 2.4 - Abertura à Comunidade

Eixo 3 – Actuar activa e preventivamente sobre territórios e populações vulneráveis

- Medida 3.1 - Actuação integrada em territórios vulneráveis
- Medida 3.2 - Sistemas integrados para trabalho com grupos específicos.
- Medida 3.2.1 - Protecção da mulher vítima de violência e em risco
- Medida 3.2.2 - Protecção e inserção de crianças e jovens em risco
- Medida 3.2.3 - Inserção social dos sem-abrigo e imigrantes clandestinos.
- Medida 3.2.4 - Inserção social dos toxicod dependentes e alcoólicos.
- Medida 3.2.5 - Inserção social da pessoa portadora de deficiência

Eixo 4 – Promover a transição para a vida activa, a empregabilidade e a iniciativa económica

- Medida 4.1 - Acções pré-profissionalizantes na escolaridade obrigatória
- Medida 4.2 - Melhorar a empregabilidade e as oportunidades de integração económica dos grupos vulneráveis

PLANOS ESTRATÉGICOS

Conforme refere A. Oliveira das Neves³³ "o conceito de planeamento estratégico apresenta-se como um conjunto de procedimentos sistemáticos que têm em vista gerir a mudança sócio económica em contextos de incerteza e de competitividade acentuada, através de escolhas e actuações que conduzam à criação do melhor futuro possível para as organizações no desenvolvimento do seu ciclo de vida".

³³ Ver Isabel Guerra, 2000, p. 167

Já para J. M. Pinotes “Um plano estratégico é um instrumento que resulta de um processo amplo de análise, consultas e busca de consensos entre os diferentes actores locais e que permite desenhar uma visão do futuro desenvolvimento, definindo as grandes prioridades e os objectivos do que queremos para o nosso território, tendo em conta a sua situação actual, as suas forças e fraquezas e as ameaças e oportunidades existentes para concretizar os objectivos de curto, médio e longo prazos aí estabelecidos.

Nos pontos seguintes constam os planos Estratégicos de Vendas Novas e Lisboa

O PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DE VENDAS NOVAS³⁴

O documento encontra-se estruturado como segue:

- ❖ Apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas (pelo então presidente da C.M.V.N. (João Teresa Ribeiro)
- ❖ Metodologia de elaboração do plano
- ❖ Processo de participação
- ❖ Estratégia de desenvolvimento de Vendas Novas
- ❖ Políticas por domínio estratégico
- ❖ Os projectos
- ❖ Financiamento e execução do plano
- ❖ Marketing do plano
- ❖ Sistema de gestão do plano estratégico

Prescinde-se aqui da apresentação do Financiamento e execução do plano e do Marketing do plano.³⁵

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas tem por finalidade e por objectivo geral / ideal “ajudar a transformar Vendas Novas num concelho cada vez mais solidário, culto, desenvolvido, atraente e melhor para viver”.

Este Plano aponta metodologias, estratégias, orientações, caminhos, propostas, programas, projectos e acções, cuja implementação e execução concreta irão certamente ajudar a materializar aquele seu objectivo.

A riqueza e a grande importância do Plano Estratégico para a população de Vendas Novas decorre das seguintes razões:

Primeira, é o resultado de um amplo e empenhado processo de participação, que durou dois anos, motivou e envolveu a população, actores e agentes de desenvolvimento concelhios e

³⁴ Texto transcrito de uma publicação do autor sobre Planeamento Estratégico

³⁵ Tópicos que podem ser consultados na publicação do autor sobre Planeamento Estratégico

regionais, públicos e privados, quer individualmente considerados quer organizados através das mais diversas formas de participação, que tornou o Plano Estratégico propriedade e pertença de todo o concelho e não apenas as suas instituições e entidades

Segunda, porque contém designadamente:

a) Uma descrição resumida da estratégia para Vendas Novas, englobando uma síntese do diagnóstico efectuado, uma indicação e descrição dos objectivos, geral e estratégicos, de desenvolvimento de Vendas Novas e um quadro síntese da estratégia a prosseguir;

b) Uma sistematização das estratégias sectoriais a implementar, através da organização de “dossiers de política por domínio estratégico de desenvolvimento”, correspondentes a cada um dos Grupos de Discussão Temática, a saber:

Actividade industrial, logística, e infra-estruturas de comunicação

Ordenamento do território e qualificação urbana

Comércio, serviços e turismo

Sector agro-florestal

Áreas sociais e cultura

c) Uma descrição dos projectos incluídos no respectivo Plano Estratégico devidamente hierarquizados, de acordo com a sua importância para a viabilização e realização da estratégia de desenvolvimento estabelecida, num conjunto de informação devidamente estruturada que foi classificada de “dossiers de projectos”.

d) Uma previsão de financiamento e de execução do Plano Estratégico através dos respectivos plano de financiamento e programa de execução com a indicação das suas várias componentes – montante financeiro do investimento, distribuição por entidades, por fontes de financiamento e por ano e cronograma de execução.

...

e) Estrutura institucional de gestão do Plano Estratégico (Gabinete do Plano) que terá a complexa e difícil missão de criar as condições necessárias e indispensáveis à implementação e à viabilização de uma boa taxa de execução do Plano Estratégico, através de acções e iniciativas de sensibilização, de representação, de persuasão, de mobilização e de fazer sugestões, reivindicações e recomendações aos diferentes agentes locais e regionais e às várias entidades institucionais e locais, regionais, nacionais e comunitárias.

Terceira, é (deverá ser) uma referência obrigatória e um guia para a acção e intervenção de todos os agentes e entidades que pretendem efectivamente “ajudar a transformar Vendas Novas num concelho cada vez mais solidário, culto, desenvolvido, atraente e melhor para viver” e muito em especial de todas as entidades institucionais, Governo e todos os seus serviços

desconcentrados e órgãos autárquicos do concelho, que têm obrigações e responsabilidades, constitucionais e legais, de intervir directamente no território de Vendas Novas e promover o seu desenvolvimento sustentável em benefício do bem estar das respectivas populações – única razão de ser da sua existência.

Condições para o êxito e cumprimento do Plano Estratégico

O êxito do plano estará dependente da vontade, da parceria, da cooperação e da solidariedade de todos os agentes e entidades, públicas e privadas que têm responsabilidade no apoio, no co-financiamento e na execução dos projectos e acções de desenvolvimento contidas no Plano, em particular do Poder Central (Governo e seus serviços), dos Gestores e Unidades de Gestão do III QCA / PORALENTEJO e do Poder Local (Órgãos Autárquicos do Concelho).

Pois tais instituições são responsáveis por 85,5% (16 650 800 contos) do financiamento do investimento total do Plano que é de 19 414 000 contos distribuídos pelos seus 80 projectos e cujo horizonte temporal de execução é de uma década: 2001 a 2010.

...

Atendendo ao exposto, conclui-se que só será possível cumprir o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas se todas as instituições e entidades executarem os projectos, acções e iniciativas que lhe estão atribuídos pelo Plano, em especial:

a) Se o governo, qualquer que seja(m) a(s) força(s) política(s) que o sustente(m) em termos partidários e institucionais, tiver a vontade, a coragem, o bom senso e a inteligência para utilizar o PIDDAC/Orçamento do Estado anual e os recursos financeiros afectos ao actual III QCA na realização de uma verdadeira política activa de combate e de correcção efectiva das desigualdades de desenvolvimento, e consequentemente, de promoção e de concretização da coesão económica e social entre os diferentes Concelhos e Regiões do País conforme determina a própria Constituição da República.

b) Se a própria Câmara Municipal assumir efectivamente as responsabilidades que lhe estão atribuídas, fazendo o esforço financeiro que lhe é exigido pelo Plano Estratégico, durante os dez anos da sua execução e vigência.

Pois são estas duas instituições (Governo e Municipal) que estão atribuídas as responsabilidades de financiar 85,8% do total do investimento no Plano em apreço.

...

METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

De acordo com o texto publicado pela CMVM assentou nas seguintes apostas:

- A utilização de uma abordagem claramente estratégica e prospectiva;
- Um envolvimento contínuo e programado dos “actores” no processo do Plano;

- A criação de “fóruns” temáticos de discussão e participação na elaboração do plano (p. 16)

Incluiu-se desde o início do processo de planeamento estratégico da cidade e concelho de Vendas Novas, a utilização das ferramentas inerentes às metodologias de planeamento estratégico, que garantiram que este se revestisse de um carácter inequivocamente:

- Prospectivo: contendo uma visão a longo prazo, e que de forma voluntarista contribua para o aproveitamento eficaz das oportunidades que se depararão ao território e para a minimização das ameaças internas e externas ao sistema, que sobre ele se farão sentir;
- Participado: prevendo um desenvolvimento metodológico que permitiu conhecer e incorporar a vontade dos diferentes intervenientes e beneficiários do desenvolvimento urbano e municipal, e através disso os sensibilizou e mobilizou para as tarefas de implementação do Plano;
- Integrado: prevendo formas de articulação entre os domínios económico-social e territorial do desenvolvimento, e entre as diferentes componentes do planeamento necessárias à compreensão e intervenção na referida área; procedendo a uma integração quer ao nível territorial ou das várias escalas de análise espacial, quer temporal, recorrendo sempre que necessário a análises de âmbito retrospectivo e prospectivo;
- Selectivo: dos domínios analisados e aprofundados, das acções levadas a cabo para atingir os fins desejados e dos meios financeiros a utilizar.

Assim, procedeu-se a uma análise preliminar, integrada e prospectiva da inserção da área em estudo no seu contexto exterior, a nível regional, nacional ou internacional, que possibilitou a escolha dos Domínios Estratégicos de Desenvolvimento, enquadratório das análises sectoriais elaboradas.

Foi também essencial a audição sistemática dos principais actores de Vendas Novas, no sentido de conhecer as suas estratégias individuais, a avaliação da área de intervenção e expectativas relativamente ao futuro, e proceder à necessária motivação para a participação no Plano.

A determinação de um diagnóstico prospectivo rigoroso, tendo em conta as principais ameaças que se colocarão ao desenvolvimento da cidade e respectivo concelho, as oportunidades que se irão deparar ao território em questão, e as principais especificidades funcionais que este poderá desfrutar num futuro próximo às várias escalas territoriais, constituiu etapa fundamental da elaboração deste estudo.

A selecção, hierarquização e priorização das acções e projectos do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas, de acordo com os objectivos e estratégia definidos, através da construção de matrizes de impacte, preenchidas em sessões técnicas multidisciplinares, constituiu também decisiva actuação de carácter eminentemente estratégico.

O envolvimento de diversos actores locais e regionais na fase de elaboração do Plano foi uma constante, tendo os responsáveis pelo processo partido do princípio que a participação dos actores do desenvolvimento no processo de planeamento é uma das condições fundamentais para o seu sucesso, pois, conforme acrescentam, de nada vale um bom plano se este não for levado à Prática, e para que tal venha a acontecer é necessário que os responsáveis pela sua implementação (os actores do desenvolvimento de Vendas Novas, no caso) estivessem mobilizados para o efeito.

E tal só seria possível, se desde o início do processo do PEVDN, estes actores fossem não só directa e proficuamente envolvidos na sua realização como ainda responsabilizados pelas opções e soluções que o Plano consagra.

Esta participação foi efectiva, porque os diferentes intervenientes se confrontaram com opções que de forma clara, seleccionada e organizada, se articulavam com os seus interesses individuais.

No caso do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas, esta questão da participação foi tão fulcral para os resultados obtidos quanto a própria qualidade da direcção técnica do estudo.

Assim especificamos algumas questões da metodologia de envolvimento dos actores do desenvolvimento da cidade e concelho de Vendas Novas, no contexto deste Plano:

A realização, numa fase inicial do trabalho, de entrevistas aos principais actores, no sentido não só de fazer uma sua caracterização breve e conhecer a respectiva estratégia individual como ainda proceder a uma prévia avaliação da Área de Intervenção na óptica da entidade que representavam;

A execução também numa primeira fase do estudo, de um inquérito à opinião a personalidades com interesse para o desenvolvimento sub-regional, no sentido de conhecer, por parte da sensibilidade e interesses regionais, qual a avaliação que faziam de Vendas Novas e principalmente quais as expectativas, perspectivas e principais soluções para o desenvolvimento municipal;

A formação de um Gabinete Estratégico, englobando os principais agentes de desenvolvimento local, com capacidade para seguir o processo de elaboração do plano e para decidir periodicamente sobre as soluções que sucessivamente foram sendo escolhidas pelo plano;

A criação de Grupos de Discussão Temática, permitiu, como veremos seguidamente com maior detalhe, a participação directa dos actores dos Domínios Estratégicos de Desenvolvimento de Vendas Novas, na elaboração do Plano;

A produção periódica de documentos de divulgação de resultados ou propostas do Plano.

Grupos de discussão temática

Foram criados grupos sectoriais, correspondentes aos Domínios Estratégicos de intervenção do Plano, com uma função não apenas de acompanhamento do Plano mas principalmente de discussão das suas diferentes etapas e proposição de modelos e estratégias de intervenção.

Esses grupos possibilitaram não só uma participação directa dos principais actores concelhios na elaboração do Plano Estratégico, como permitiram o confronto, ao longo de todo o processo, de opções, objectivos e projectos, nos principais Domínios de intervenção na vida e desenvolvimento da Cidade e Concelho. A identificação destes grupos e respectiva composição, foi levada a cabo imediatamente após a elaboração do Diagnóstico Preliminar, através do qual se determinaram os Domínios Estratégicos do Desenvolvimento de Vendas Novas.

A participação destes grupos foi particularmente activa em quatro momentos da elaboração do Plano: i) Na elaboração e posterior discussão dos diagnósticos parcelares nas respectivas áreas de intervenção; ii) Na discussão da proposta geral de Estratégias de Desenvolvimento para o seu concelho e cidade, e na avaliação do seu reflexo e impactes ao nível de cada um dos Domínios Estratégicos de Intervenção; iii) Na apreciação dos quadros estratégicos de intervenção, respectiva avaliação e propostas de actuação sectoriais, e iv) Na proposição dos projectos que consubstanciam a estratégia, sua caracterização e articulação.

Faseamento do plano

Tendo em atenção a aposta metodológica definida, foi desenvolvido um faseamento compatível das principais tarefas de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas.

Assim, no diagrama que se apresenta na página seguinte, sistematizaram-se por ordem cronológica de elaboração do Estudo, as suas principais fases e etapas de execução, tentando evidenciar as inter-relações que se estabeleceram entre a concretização dos documentos técnicos do Plano, os instrumentos de trabalho necessários à sua elaboração, e os momentos de discussão e aprovação dos trabalhos. Consideraram-se duas fases para a elaboração do estudo, uma primeira essencialmente de diagnóstico e que terminou com uma proposta de estratégia de desenvolvimento para Vendas Novas e uma segunda, de formalização do Plano Estratégico.

A primeira fase do trabalho, destinada à elaboração de uma proposta de desenvolvimento para a cidade e Concelho de Vendas Novas, compreendeu fundamentalmente 3 etapas:

Um diagnóstico preliminar, baseado numa análise da inserção de Vendas Novas no contexto nacional e regional, e que visou essencialmente dois objectivos: i) fornecer as bases para a proposta de desenvolvimento, tendo em conta a especificidade e vocações funcionais de Vendas Novas às diferentes escalas territoriais e, ii) identificar os Domínios Estratégicos de Desenvolvimento de Vendas Novas, que deram origem aos Grupos de Discussão Temática, peça fundamental da metodologia de elaboração do Plano;

Um Diagnóstico Prospectivo, também resultante das análises, retrospectivas e prospectivas dos Domínios Estratégicos de Desenvolvimento entretanto efectuadas, de uma avaliação da estratégia individual dos actores de desenvolvimento de Vendas Novas, e dos diagnósticos parcelares elaborados em conjunto com os diferentes Grupos Temáticos de Discussão. Efectuou-se ainda, um seminário/workshop para explicação da metodologia de trabalho a todas as pessoas envolvidas na elaboração do plano e preparação do trabalho dos Grupos Temáticos de Discussão;

A última etapa desta fase, constou da elaboração da proposta Estratégica de Desenvolvimento de Vendas Novas, em que, tendo por base os diagnósticos elaborados, se propuseram as Grandes Linhas, os Objectivos e os Vectores de Desenvolvimento Estratégicos para a cidade e concelho de Vendas Novas.

Seguiu-se uma fase de discussão da estratégia proposta, quer com o Gabinete do Plano Estratégico, quer com os Grupos de Discussão Temática, bastante participada e profícua, uma vez que se tratava do momento determinante do Plano em termos das opções fundamentais relativamente ao futuro desenvolvimento de Vendas Novas.

A segunda fase do Estudo englobou também três etapas de realização.

A correspondente à elaboração do denominado Quadro Estratégico de Desenvolvimento, que contém na generalidade, a reformulação da estratégia de desenvolvimento, após as discussões havidas, e uma listagem das Acções e Projectos para a concretização da estratégia adoptada.

A elaboração do documento Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas, que aprofundou e planificou a Estratégia de Desenvolvimento escolhida. Assim, para além da indicação dessa estratégia, base de opções e decisões dos diferentes actores de Vendas Novas com destaque para a Câmara Municipal, o Plano contém: i) dossiers de políticas por domínio estratégico; ii) uma caracterização fichada de todas as acções e projectos do Plano; iii) um Programa de Execução; iv) um Plano de Financiamento; v) uma proposta de estrutura

institucional para acompanhamento e gestão do Plano; vi) um dossier de intervenções estruturantes, e vii) indicações para um Plano de Marketing de Vendas

Após o período destinado à discussão do documento, seguiu-se a última etapa, em que se procedeu aos ajustamentos provenientes da discussão, produzindo a Versão Final do Plano, aprovado pelo Gabinete do Estratégico de Vendas Novas.

Quadro XV.3. – Faseamento do Plano Estratégico de Vendas Novas

FASES	ETAPAS	CONTEÚDO TÉCNICO	INSTRUMENTOS DE TRABALHO	PRODUTOS
ESTRATÉGIA	Diagnóstico Preliminar			
	Discussão			
	Diagnóstico Prospectivo			
	Proposta de Estratégia de Desenvolvimento			
Discussão				
PLANO	Quadro Estratégico de Desenvolvimento			
	Discussão			
	Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas			
	Discussão			
	Ajustamentos e Aprovação			

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas, 2001

O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

Ao longo do processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas (que se processou entre Fevereiro de 1999 e Outubro de 2000), no cumprimento da metodologia proposta pela equipa técnica do plano AO/Intersismet, aprovada pela Câmara Municipal de Vendas Novas, foi possível assegurar a participação de um elevado número de agentes económicos, sociais e culturais do concelho de Vendas Novas.

Igualmente, em diferentes momentos e fases do desenvolvimento dos trabalhos, às mais diversas instituições, entidades locais e regionais foi possível participar e dar o seu contributo para o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas. As forças políticas mais representativas do concelho, CDU, PS e PSD, tiveram ocasião aos mais diferentes níveis, político/partidário e autárquico, de analisarem e contribuírem com as suas propostas para a elaboração do PEDVN.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE VENDAS NOVAS

Para elaboração da estratégia partiu-se dos resultados a que se chegou de acordo com os tópicos constantes no quadro seguinte

Quadro XV.4. – Base considerada na elaboração da estratégia para Vendas Novas

		DIAGNÓSTICO GERAL	DIAGNÓSTICO SECTORIAL				
			ACTIVIDADE INDUSTRIAL, LOGÍSTICA E INFRA-ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO	ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO URBANA	COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO	SECTOR AGRO-FLORESTAL	ÁREAS SOCIAIS E CULTURAIS
DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO	Pontos Fortes						
	Pontos Fortes						
DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO	Oportunidades						
	Ameaças						

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas, 2001

A estratégia de desenvolvimento de Vendas Novas acolhe os objectivos estratégicos de desenvolvimento traçados em função das etapas anteriores

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO

Incluem 3 tipos de objectivos: um objectivo geral, um objectivo estratégico principal, e 4 objectivos estratégicos, seguidamente especificados.

Objectivo geral

Ajudar a transformar Vendas Novas num concelho cada vez mais solidário, culto, desenvolvido, competitivo, atraente e melhor para viver

Objectivo estratégico principal

Promover o crescimento económico do concelho, baseado no desenvolvimento qualificado do sector industrial

Objectivos estratégicos (específicos)

Consolidação da vocação industrial do concelho, baseada na qualificação do parque industrial e no desenvolvimento da articulação intermodal e de transportes;

Qualificação urbanística e desenvolvimento funcional e social da cidade de Vendas Novas;

Desenvolvimento, diversificação, e qualificação do tecido empresarial concelhio;

Valorização do espaço rural e dos recursos florestais do concelho;

A síntese da estratégia foi transposta para um quadro tal como o que consta abaixo

Quadro XV.5. – Síntese da estratégia adoptada para Vendas Novas

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS (PRINCIPAL E ESPECÍFICOS)	OBJECTIVO ESTRATÉGICO PRINCIPAL: PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÓMICO DO CONCELHO, BASEADO NO DESENVOLVIMENTO QUALIFICADO DO SECTOR INDUSTRIAL			
VECTORES ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO	Consolidação da Vocação Industrial do Concelho, baseada na Qualificação do Parque Industrial e no Desenvolvimento da articulação intermodal de transportes	Qualificação Urbanística e Desenvolvimento funcional e social da cidade	Desenvolvimento, diversificação e qualificação do tecido empresarial concelhio	Valorização do espaço rural e dos recursos florestais do Concelho
MARKETING TERRITORIAL				
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DAS PARCERIAS				
EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO				
INOVAÇÃO E DINAMIZAÇÃO EMPRESARIAL				
DINAMIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS				
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO				

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas, 2001

POLÍTICAS POR DOMÍNIO ESTRATÉGICO

Os domínios estratégicos considerados no PEDVN são, relembre-se, os seguintes: i) Actividade industrial, logística e infra-estruturas de comunicação; ii) Ordenamento e qualificação urbana; iii) Comércio, serviços e turismo; iv) Sector agro-florestal, e v) Áreas sociais e culturais.

Por cada um destes domínios foram traçadas políticas conforme sucintamente se explicita abaixo:

ACTIVIDADE INDUSTRIAL, LOGÍSTICA E INFRA-ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO

Afirmar o parque industrial como infra-estrutura de excelência para o desenvolvimento empresarial

Incrementar a articulação intermodal de transportes

Desenvolver e qualificar espaços de localização empresarial

Fomentar o relacionamento institucional e as parcerias locais e regionais

Promover a inovação empresarial e o desenvolvimento tecnológico

Apoiar o desenvolvimento de pequenas empresas industriais e de serviços

Definir e implementar um quadro de actuação no domínio da formação profissional

Promover uma estratégia de marketing territorial

Garantir elevados níveis de qualidade ambiental, na produção de espaços industriais

Desenvolver um sistema local de informação económica

ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO URBANA

Qualificar a imagem e funcionalidade da Cidade

Promover a activação dos mecanismos previstos para o tratamento dos resíduos (líquidos e sólidos) do concelho

Reforçar os instrumentos de planeamento e gestão da Cidade

Preservar as estruturas ecológicas do concelho

Controlar a oferta de habitação na Cidade, ao nível dos custos e dos padrões de qualidade

COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO

Reivindicar a instalação de serviços de carácter público em Vendas Novas

Desenvolver os transportes colectivos

Desenvolver a oferta turística qualificada para apoio às actividades económicas e turísticas

Qualificar e melhorar o ambiente da área comercial da cidade

Qualificar a restauração e criar um sistema de certificação dos restaurantes

Promover a concentração comercial no centro da cidade

Modernizar o aparelho comercial e a gestão das empresas comerciais

Promover o desenvolvimento do turismo rural

Articular a estratégia de desenvolvimento turístico com os concelhos vizinhos

Apostar na especialização gastronómica do concelho

SECTOR AGRO-FLORESTAL

Desenvolver e qualificar o sector transformador agro-florestal

Promover o desenvolvimento rural

Preservar a qualidade da floresta e melhorar as práticas da sua exploração

Apoiar e fomentar o associativismo agrícola

Promover as produções locais

Consolidar e desenvolver as instituições locais de apoio à actividade agrícola

Desenvolver as práticas agrícolas de regadio

ÁREAS SOCIAIS E CULTURAIS

Promover a formação e qualificação profissional

Melhorar as condições de saúde do concelho

Promover o desporto como factor de desenvolvimento e projecção de Vendas Novas

Incentivar o associativismo desportivo e cultural

Incentivar a criação cultural e artística

Reforçar as relações de cooperação efectiva e intersectorial

OS PROJECTOS

São considerados os seguintes tipos de projectos

Projectos Estruturantes (PE)

Projectos Estratégicos de Impacte Elevado (PEIE)

Projectos Estratégicos de Menor Impacte (PEMI)

No plano Estratégico procede-se a uma profunda caracterização de cada um dos Projectos elencados, tendo em conta:

Enquadramento do projecto no contexto da Estratégia do Plano

A descrição do Projecto e das acções nele inseridas

Os objectivos a atingir com o Projecto e os efeitos esperados com a sua implementação

Sinergias com outros projectos

Entidades envolvidas e responsáveis pela concretização do Projecto

Calendário de execução

Distribuição anual do investimento

Fontes de financiamento

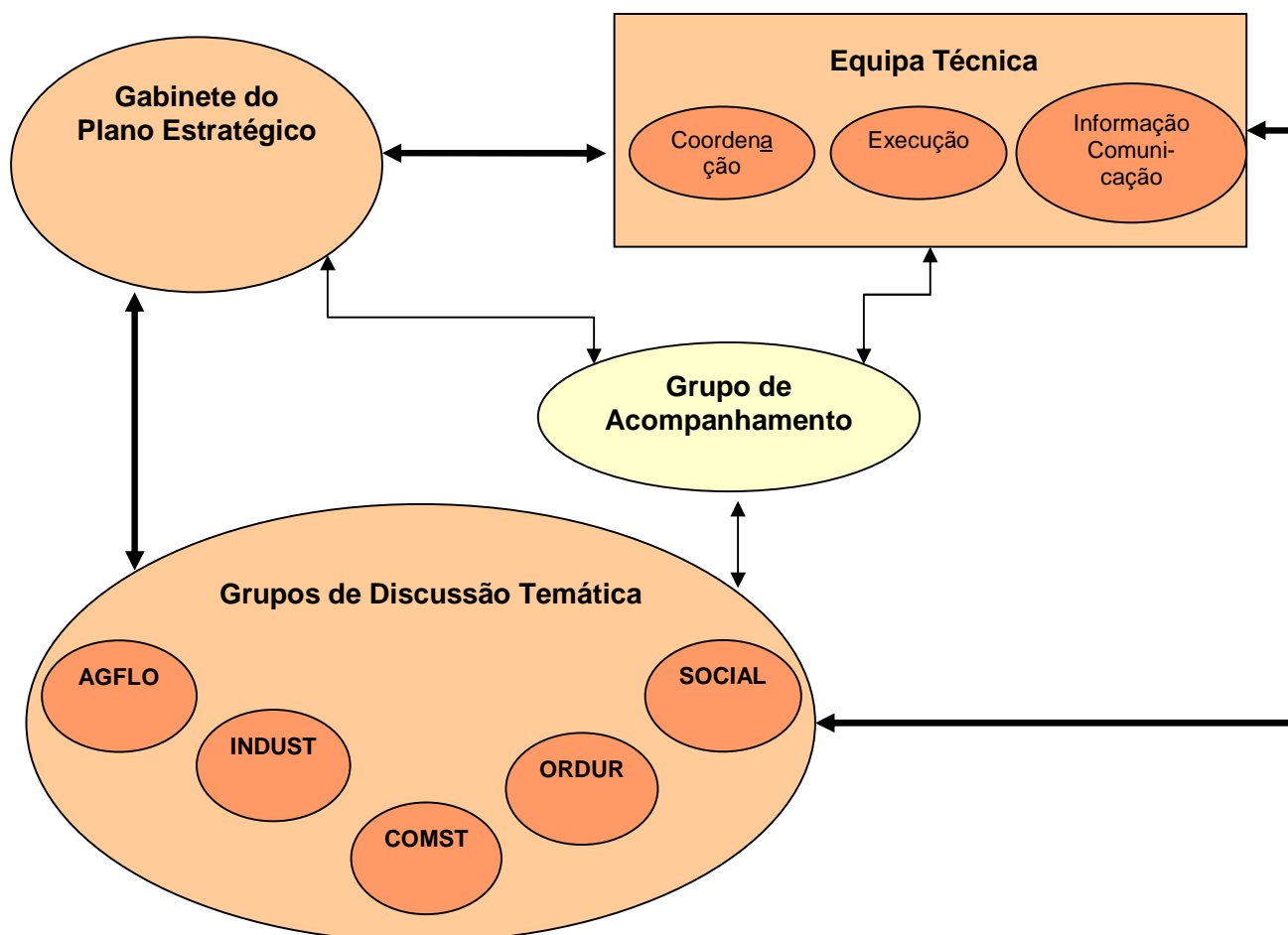
ESTRUTURA ORGÂNICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A estrutura orgânica para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Estratégicos de Vendas Novas foi constituída pelos seguintes órgãos:

- Gabinete do Plano Estratégico
- Equipa Técnica Consultora
- Grupos de Discussão Temática
- Grupo de Apoio e Acompanhamento

Figura XV.3. – Estrutura orgânica adoptada para elaboração do PE de Vendas Novas

Estrutura Orgânica



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento de Vendas Novas, 2001

O CASO DE ÉVORA

O plano estratégico de Évora: metodologia de faseamento

A elaboração do programa de acção seguiu, em traços gerais, as fases seguintes:

1. Organização e preparação:

- Decisão sobre a estrutura orgânica e preparação do trabalho – criação do Gabinete da Cidade e elaboração de um documento “Plano estratégico para a Cidade de Évora – Documento Preliminar”

2. Formulação do Plano:

- caracterização geral – elaboração de um documento para discussão: “Construir um futuro para as cidades de média dimensão”;
- diagnóstico de prospectiva geral e objectivos e principais orientações – elaboração de um documento para discussão: “Uma estratégia para a cidade de Évora – áreas de intervenção e objectivos”;
- caracterização da cidade e dos objectivos específicos – elaboração do documento “Um olhar sobre Évora”;
- diagnóstico prospectivo e objectivos – elaboração pelo Gabinete da cidade de um documento para discussão pública “Uma estratégia para a cidade de Évora”.

Antes de finalizar esta fase de formulação do plano, cabe ao Gabinete da Cidade elaborar e aprovar os planos de execução e de financiamento da proposta.

Para Silva, (1995) “os debates que o Gabinete conduziu, no seu seio, ao longo dos dois últimos anos, reflectiram uma preocupação central: a de como envolver as restantes instituições e os habitantes, por um lado, no conhecimento do plano, e, por outro, como integrar as suas contribuições, de forma a fazer-lhes sentir que o plano lhes pertence também, como um produto que seja factor de mobilização de vontades e de criação de novas energias para o progresso futuro.

O primeiro documento de prospectiva, intitulado “Évora ano 2000”, elaborado em 1990, ainda antes do processo de planeamento estratégico se iniciar, e apresentado no seminário internacional de cidades europeias de Speyer, constituiu, no entanto, um primeiro diagnóstico, sumário é certo, da cidade, e um ponto de vista sobre as suas tendências de desenvolvimento.

É na sequência deste trabalho desenvolvimento de vários agentes socioeconómicos e instituições que o **Gabinete da Cidade** toma forma. O qual aprova a constituição de uma

comissão para a elaboração e coordenação dos trabalhos do plano, composta por **dois quadros técnicos** indicados por **cada uma das seis entidades**. E a contratação de **uma equipa externa de especialistas** que produziram um vasto conjunto de documentos.

No seio do Gabinete da Cidade, e pela análise que fizemos das actas das reuniões de trabalho, pudemos aperceber-nos de que houve uma interessante troca de ideias sobre aquilo que cada uma das seis entidades pensava da cidade e da envolvente externa (regional, nacional e supranacional) para o que teve importância decisiva o questionário a que as mesmas entidades produtoras do plano responderam no início do seu trabalho.

A produção do documento teórico denominado “Construir um futuro para as cidades de Média Dimensão”, tratou-se de uma abordagem sobre as políticas seguidas em relação às cidades médias e os novos desafios que se lhes colocam.

O documento “Uma Estratégia para a cidade de Évora – Domínios de Intervenção e Objectivos” foi detalhadamente avaliado no seio dos órgãos do plano, tendo em conta a abordagem das ideias fortes nele propostas para a cidade, os domínios estratégicos de intervenção, o objectivo geral, e a ideia de Plano como factor de dinamização das condições de desenvolvimento da cidade. Tratou-se, na prática, do principal documento de trabalho produzido, e que veio marcar todo o seu desenvolvimento subsequente.

O debate no seio dos órgãos do plano provocou naturais modificações, resultantes da diversidade de interesses, competências e conhecimento de cada interveniente, daí resultando a assinatura formal do documento-base, e a sua divulgação junto de todos os actores urbanos e população, em geral, como ponto de partida para o debate público.

O Gabinete da Cidade abriu o projecto de documento final às contribuições da população e restantes instituições e grupos de interesses, que questionaram as ideias fortes, os objectivos gerais e específicos, bem como um conjunto de acções exemplificativas a empreender. Houve a preocupação expressa, não de “defender” mas de “explicar” a proposta, estimulando a crítica, tanto quanto possível, as contribuições institucionais e individuais.

Produziu-se uma conferência de Imprensa, a organização de nove debates temáticos, que tiveram a presença média de 60 participantes, reuniões directas com um conjunto de representantes de autoridades públicas, a publicação do documento-base, a edição de 5000 exemplares de uma brochura de divulgação das propostas, e a publicação de seis números de um jornal semanal com tiragem média de 3000 exemplares

Este jornal resumia cada sessão, publicava testemunhos pessoais de participantes no processo de planeamento, população e outros convidados da redacção.

É reconhecido, todavia, até pelos órgãos do plano, que as sessões havidas não trouxeram contribuições de grande profundidade, estando em aberto a realização de nova ronda de debates, mais restritos às áreas temáticas da Cultura, Desporto, Lazer, Turismo e das indústrias de transformação.

Quanto ao processo de planeamento, talvez tivesse sido aconselhável a **produção e divulgação de um diagnóstico prospectivo geral e sectorial profundo**, para suportar convenientemente as propostas do plano e dar-lhe maior rigor prospectivo. O que não foi feito. De facto, a qualidade de um diagnóstico pode estar na base do êxito ou do fracasso do projecto de plano estratégico. E o debate público teria sido, porventura, até mais rico se acompanhado da produção de tal documento.

O envolvimento dos agentes económicos e sociais teria sido, porventura, mais produtivo do que foi. Ter-se-ia avaliado, com mais detalhe, as “estratégias dos actores”, as suas funções, meios, objectivos e projectos de actuação, os seus problemas específicos e os estrangulamentos. No que respeita ao Centro Histórico, e tendo em conta o agravamento da sua desertificação humana, o envelhecimento na base e no topo da sua população residente, a tercerização acelerada, associada à expulsão de moradores, a degradação de uma parte significativa do tecido físico, a especulação imobiliária, a paralisia de certo comércio local tradicional, este estudo teria permitido esclarecer melhor certas prioridades de actuação nestes domínios, no plano dos objectivos específicos.

Também quanto ao “estado do município”, no que respeita aos constrangimentos, competências, atribuições e recursos, a multiplicidade, dimensão e complexidade das funções, papel desempenhado pelos órgãos autárquicos e estrutura organizacional municipal, importaria avaliar as suas disfunções, necessidades de reformas e alterações pontuais e de fundo.

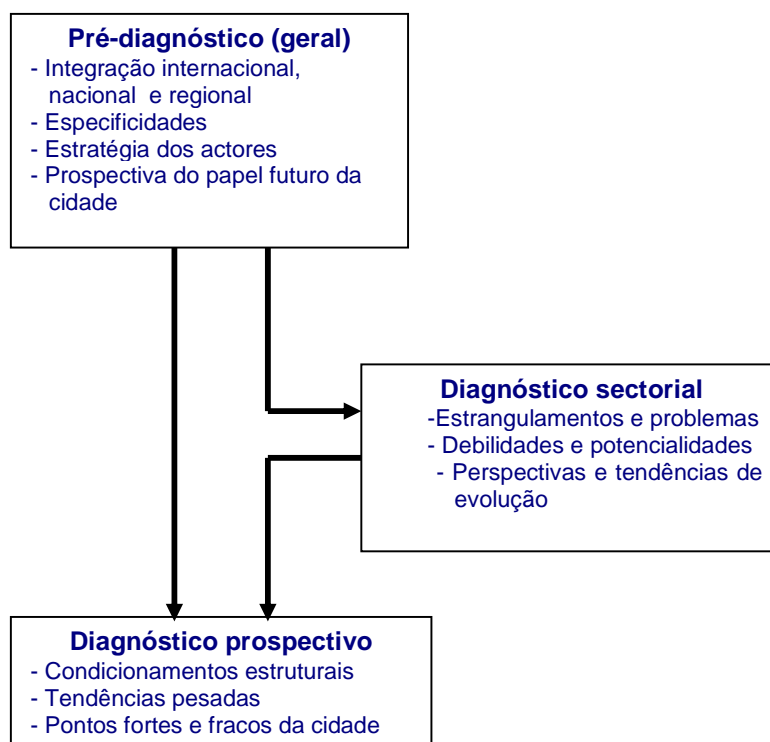
Isto não quer dizer que os intervenientes no plano, em particular a Câmara Municipal, não tenham uma noção do terreno que pisam. Mas ter-se-ia melhor conhecimento do sistema urbano e porventura abertas frentes de debate mais enriquecidas (Silva, 1995, 129-134)

O diagnóstico

Importa relembrar que a qualidade do diagnóstico pode estar na origem do sucesso ou do fracasso de todo o processo de Planeamento Estratégico. Esta fase exige muito cuidado ao nível do rigor técnico, grau de aprofundamento e procedimento científico.

A figura seguinte permite identificar as aproximações sucessivas como método do diagnóstico.

Figura XV.4. – fases do diagnóstico para as cidades



Fonte: Adaptado de CABRAL João *et al* (1994), *Guia para elaboração de planos estratégicos para cidades médias*, p. 54

Importa referir que, o diagnóstico de uma cidade, tendo em vista a concretização do seu Plano estratégico, não requer as mesmas características que aquele que se realiza tradicionalmente para a elaboração de outro tipo de projectos. “A necessidade de generalização e integração de matérias com vista à obtenção da informação nuclear ao prosseguimento dos trabalhos exige uma metodologia específica que normalmente se baseia **numa aproximação por fases** ao resultados final.

Procura-se com esta aproximação sucessiva ao diagnóstico:

- Obter um **resultado sistematizado**, simples e essencial sem perder o acesso e o rigor que só o aprofundamento de algumas matérias, sectorialmente, permitirá fazer;
- Conjuguar correctamente os **níveis macro e micro**;
- **Orientar e seleccionar as matérias do diagnóstico** sectorial através de um pré-diagnóstico, evitando (como é frequente), o dispersar do levantamento e tratamento da

informação por um número indiscriminado de assuntos sem interesse para o resultado prático final;

- Recolher organizadamente o **contributo de técnicos generalistas e especializados**.

Tecnicamente esse processo exige:

- Uma **coordenação técnica** de projecto clara, activa, motivada e motivadora;
- Um **núcleo duro multidisciplinar** coeso e com capacidade de prospectiva;
- A possibilidade de recurso a **técnicos especializados**;
- A construção de uma **base de dados especificamente estruturada** que permita a avaliação permanente da caracterização e diagnóstico efectuado;
- **Rigor quantitativo** e capacidade de **análise qualitativa** (Cabral, 1995, 52).

As características referidas são reveladoras da importância da equipa técnica principal que coordena o Plano Estratégico.

No caso particular da cidade de Évora, Silva (1995) recorda que, “a **metodologia** seguida para a elaboração do plano estratégico da cidade de Évora foi sofrendo ajustamentos ao longo do processo. Évora lançou uma instância de elaboração do plano a que chamou Gabinete da Cidade e uma Comissão de Coordenação, de carácter técnico-político, composta por doze responsáveis, dois por cada um dos organismos presentes naquele gabinete, que era composto por:

- CÂMARA MUNICIPAL, como agente dinamizador,
- CENTRO DRAMÁTICO DE ÉVORA-CENDREV
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO-CCRA
- UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO ÉVORA-CGTP/IN
- UNIVERSIDADE DE ÉVORA
- NÚCLEO EMPRESARIAL REGIÃO DE ÉVORA-NERE.

Não foi criado qualquer Conselho Consultivo do plano, que pudesse representar, durante todo o processo, um conjunto de múltiplas opiniões da cidade, em diversas áreas ou domínios do plano. Em nossa opinião, teria sido conveniente a sua existência, desde o princípio, e durante os quase dois anos em que a “ideia” de plano, e a sua “produção”, não saiu do núcleo de planeamento responsável. A intenção de lançar, à partida, um Conselho do plano, constava, aliás, de um “documento preliminar” de trabalho elaborado pela Câmara, no início do processo de organização.

Évora, encontrou, assim, uma solução singular, na organização e estrutura de planeamento. Não obstante a iniciativa haver pertencido ao município, este, sendo suporte e motor do plano, colocou-se, aparentemente, em pé de igualdade com os restantes intervenientes. Foi uma

solução orgânica “exterior” ao município, mas com uma presença importante deste, e com apoio dos seus serviços internos” (Silva, 1995, 127).

Debilidades e potencialidades identificadas na cidade de Évora

Segundo Silva (1995), o plano estratégico de Évora, identifica sinteticamente um conjunto de debilidades, não sem relevar, em primeiro lugar, as **duas questões fundamentais** com que se debate a cidade, como qualquer outra cidade de média dimensão implantada em meio rural, e que são:

1ª. Como ultrapassar a tendência para associar o desempenho da cidade a um papel de mero pólo regional, dada a sua posição hierárquica na rede urbana regional e nacional e o nível de equipamentos e funções?

2ª. Como evitar que, dada a crise profunda de ajustamento estrutural que a região envolvente actualmente sofre, a cidade de Évora se transforme numa pequena ilha, porventura dinâmica, mas cercada por uma vasta área de que tende definitivamente a descolar?

De acordo com o plano, a visão convencional de cidade média aplicada aos dias de hoje reduziria Évora a um □ ta de uma região em crise e com a qual estabelece, em muitos domínios, laços cada vez menos intensos.

Vejamos, na sequência disso, o conjunto de **debilidades** inventariados:

- Debilidade do tecido empresarial e fraca tradição industrial;
- Empresas maioritariamente de muito pequena dimensão;
- Fraco potencial de crescimento das indústrias presentes na região;
- Inadequação dos recursos humanos às actividades económicas;
- Fraca reprodução dos fluxos financeiros gerados a nível local;
- Inexistência da Região Administrativa;
- Carência de grandes equipamentos desportivos e culturais;
- Integração numa região com problemas estruturais e conjunturais – crise na agricultura, despovoamento e envelhecimento das populações rurais.

E quanto às **potencialidades** considerou-se:

- Cidade classificada como património da Humanidade;
- Existência de património histórico e cultural bem conservado e intensa vida cultural;
- Existência de Universidade;
- Existência de estabelecimentos de ensino e formação profissional diversificados;
- Qualidade do ambiente urbano;
- Parque industrial e tecnológico;

- Nível de desenvolvimento das telecomunicações avançadas;
- Existência de equipamentos de apoio à actividade económica, nomeadamente centros de inovação e transferência, sede de núcleo empresarial, Instituto Português de Qualidade;
- Existência de infra-estruturas básicas, com capacidade de resposta para os desafios de desenvolvimento a médio prazo;
- Localização estratégica relativamente às ligações com Lisboa e Madrid e boas acessibilidades (IP7, IP2, Aeródromo);
- Desempenho do papel de pólo regional;
- Importante centro administrativo e existência de sector terciário desenvolvido;
- Participação em projectos e redes europeias internacionais;
- Boa imagem mediática;
- Existência de cooperação institucional para o desenvolvimento;
- Associativismo local nos domínios cultural, desportivo e social;
- Existência de recursos e potencialidades naturais na região capazes de alimentar sectores produtivos importantes, como o turismo, a indústria extractiva e transformadora de rochas ornamentais, as agro-indústrias e indústrias ligadas à fileira florestal;
- Boa capacidade hoteleira.

O plano considera que a afirmação de Évora, ao longo dos tempos, se efectuou com base em duas funções fundamentais: a de capital administrativa e a de sede económica de uma região agrícola; às quais, recentemente se adicionaram outras duas: a de cidade universitária e centro histórico-cultural.

Os domínios de intervenção que o plano identifica, sugerem, como se verá mais à frente, desígnios exigentes, tensões inevitáveis. Mas esse é o caminho a percorrer, quando entre a realidade de hoje e o futuro desejado se ergue um vasto campo de incerteza e indeterminação.

O papel que a cidade de Évora terá que desempenhar é múltiplo e diversificado. Papel múltiplo porque decorre das opções estratégicas assumidas, da qualidade e intensidade das relações que se estabelecerem com a região, as outras áreas do país e no plano internacional, considerando mesmo que essas relações vão reflectir as opções e ao mesmo tempo condicionar o leque de possibilidades de desenvolvimento da cidade.

No plano do aprofundamento e diversificação das relações de integração já existentes actualmente o plano estratégico propõe que o conceito de pólo regional deva ser repensado.

Assim, não obstante ter que se ter presente que Évora será sempre um pólo natural da área em que se localiza, mesmo que essa situação não se deva tanto a mérito próprio da cidade (pela

qualidade e diversidade dos equipamentos e serviços que possui ou presta) mas antes à fragilidade da região, é necessário erradicar do conceito de pólo regional qualquer intenção de hegemonia regional (Geoideia, 1993). Neste domínio, a afirmação da cidade deve efectuar-se tendo como referência os seguintes aspectos:

1. A centralidade de Évora e os equipamentos e funções existentes garantem a ocorrência de limiares mínimos de massa crítica impossíveis de serem alcançados noutras localidades da região;
2. O desenvolvimento da cidade impõe estratégias de cooperação com outros centros da região, numa óptica de funcionamento em rede que proporcione estruturas multipolares (não só o exemplo da colaboração recente da Universidade de Évora com os politécnicos de Beja e Portalegre, como outras acções coordenadas inter-municípios ou outros agentes socioeconómicos);
3. A crise profunda que a área envolvente actualmente reflecte e as tendências de centrifugação e consequente perda de coesão interna que acompanham essa crise, tornam imprescindível uma solidariedade activa de Évora com a área envolvente, no sentido de repor e garantir a necessária integração territorial. (Geoideia, 1993).

Ainda de acordo com Silva, (1995) foram identificadas **oportunidades** e **ameaças** decorrentes de uma maior aproximação funcional às vizinhas regiões espanholas, segundo o plano, estando identificadas, sugerem que Évora (e o lado português em geral) apenas beneficiará significativamente dessa maior permeabilidade fronteiriça se conseguir preparar uma estratégia alargada (do ponto de vista dos actores e das sub-regiões envolvidas) e ofensiva (com objectivos bem definidos e concertados) que confirmem um estatuto equilibrado ao relacionamento entre os dois lados da fronteira. A não ser assim, essa permeabilidade constituirá mais um factor de segmentação e centrifugação das potencialidades e dos recursos locais. A recente cooperação cultural entre o município de Badajoz e Lisboa, “saltando” por cima das cidades alentejanas, é um factor a ter em conta, no futuro, sobretudo pelo efeito de tenaz que se manifesta com o maior dinamismo e atracção das regiões fronteiriças do lado espanhol e da área metropolitana de Lisboa.

O plano considera que a participação de diversas instituições de Évora, em redes internacionais (Universidade, Câmara Municipal, CCRA, e, de alguma forma, o CENDREV e a União dos Sindicatos) é ainda pouco estruturada e evidencia sobretudo a dificuldade de se encontrar, localmente, um número suficiente de protagonistas disponíveis, qualificados e eficazes e, de meios financeiros, reflexo de regiões com tecidos □ tal-produtivos frágeis.

Aos aspectos focados, da crescente permeabilização das fronteiras e da presença em redes internacionais, considera o plano que se devem adicionar as transformações decorrentes da criação das infra-estruturas estruturantes de Alqueva, A6, IP7 e IP2, e os projectos de terminal de carga geral do porto de Sines e do terminal de carga geral do aeródromo de Beja.

O plano não ignora, ainda, aquilo a que chamou de “alterações (im)prováveis”. E diz-nos que, no quadro de possibilidades de inserção geo-estratégica da cidade de Évora, a maior incógnita prende-se com o futuro relacionamento desta cidade (e região envolvente) com a Área Metropolitana de Lisboa. O cada vez maior encurtamento da distância/tempo, entre Évora e Lisboa, a eventual redinamização económica da península de Setúbal, a construção, para 1998, da nova ponte do rio Tejo, no Montijo, a requalificação da zona oriental de Lisboa (Expo-98) e a provável transferência do aeroporto internacional de Lisboa para a margem sul, são factores de impactes significativos sobre Évora. Neste contexto, poderá ser legítimo afirmar que Évora tenderá a integrar-se num espaço organizado a partir de Lisboa e, a ser assim, podemos estar perante uma nova fonte de segmentação e centrifugação da realidade da cidade e da sua área envolvente (Silva, 1995, 93).

Objectivos estratégicos do plano

O processo de definição de objectivos para o Plano e para a cidade constitui o primeiro exercício de índole essencialmente criativa e estratégica. Normalmente o período para a sua realização segue-se imediatamente à conclusão do diagnóstico.

Segundo Cabral (1995), “tal prática, adoptando um método meramente sequencial, poderá prejudicar a interactividade necessária entre os dois processos. A análise e diagnóstico não deverão se vistos como um fim em si, mas como uma forma de conhecimento do universo onde se pretende intervir. Assim, a rede de objectivos deverá também ser definida progressivamente, ao longo desta primeira fase do Plano, sendo desejável proceder periodicamente à sua reapreciação, alteração e aprofundamento, à medida que o diagnóstico é também aperfeiçoado (aproximações sucessivas)” (Cabral, 1995, 53.).

Ideias-chave e estratégias de intervenção

A formulação dos quatro grandes objectivos estratégicos, de que nos ocuparemos a seguir, partem da identificação pelo Gabinete da Cidade de **seis ideias-chave** para mobilizar a cidade:

4. Évora, cidade cultural, património da humanidade;
5. Évora, cidade universitária;
6. Évora, cidade aberta à inovação;

7. Évora, cidade com qualidade ambiental;
8. Évora, cidade solidária;
9. Évora, cidade internacional e de congressos.

Um objectivo geral:

Criar uma atmosfera cultural e inovadora capaz de transformar Évora numa cidade socialmente justa, com prestígio internacional e bem integrada na sua região.

Façamos, então, o percurso pelo conteúdo do plano, transcrevendo os quatro grandes domínios considerados estratégicos e os objectivos específicos que lhes conferem substância:

Quatro estratégias de intervenção e quinze objectivos específicos:

Consolidação dos factores de identidade e pertença territorial;

- Desenvolver o espírito de cidadania e de relacionamento na vida urbana
- Redescobrir a cidade, a sua história e a sua vocação académica
- Promover a imagem e as potencialidades da cidade

Melhoramento e valorização da qualidade ambiental e condições de vida;

- Generalizar a qualidade do ambiente urbano
- Valorizar e (re)criar o património construído
- Encorajar as actividades culturais e científicas e a criatividade artística
- Promover a solidariedade e a integração social

Criação de uma base económica sustentável;

- Diversificar as actividades económicas e introduzir padrões de qualidade
- Expandir as capacidades de educação, da formação profissional, da ciência e da tecnologia
- Consolidar redes de equipamento e apoio à actividade económica
- Promover a economia de Évora nos mercados internacionais

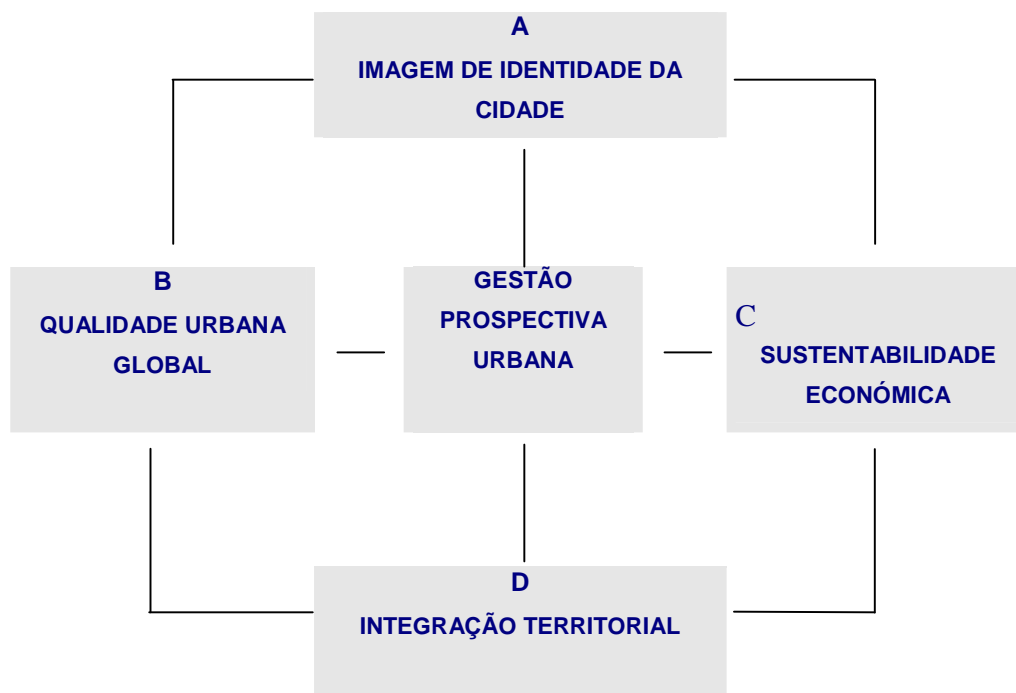
Intensificação e consolidação dos processos de integração em espaços mais vastos

- Reforçar os elos existentes com a área envolvente
- Intensificar a cooperação interurbana com os centros vizinhos
- Reforçar as relações no espaço ibérico
- Cultivar a abertura de Évora ao mundo (Cabral, 1995, 53).

Importa relembrar que, a definição dos objectivos é uma tarefa desenvolvida pelo “núcleo duro” da elaboração do Plano, coincidente parcial ou totalmente com o respectivo “grupo de prospectiva” (grupo técnico político).

As propostas elaboradas serão testadas tecnicamente pelo processo interactivo descrito (sub-ponto 2.2), sendo política e publicamente avaliadas através do sistema de participação do Plano.

Figura XV.5. – Plano Estratégico de Évora: Condições de desenvolvimento urbano – Um modelo analítico



Fonte: Adaptado de CABRAL João et al, *Guia para elaboração de planos estratégicos para cidades médias*, 1995, 54

XVI - A SITUAÇÃO ACTUAL

Actualmente são já muitas centenas os governos locais, que em conjunto com as respectivas associações nacionais e internacionais, se encontram empenhados em actividades de planeamento da Agenda Local 21. Em países como o Brasil, Colômbia, Finlândia, Suécia, Dinamarca, Alemanha, Reino Unido, Países Baixos, China, Japão, Austrália e Nova Zelândia foram desencadeadas campanhas nacionais para a implementação da Agenda Local 21.

Paralelamente vários governos locais em articulação com a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, criada em 1994, estabeleceram por sua própria iniciativa processos de planeamento da Agenda Local 21 em países como o Peru, Equador, Estados Unidos, Canadá, Polónia, Alemanha, Áustria, Hungria, Bulgária, Itália, Espanha, Grécia, Senegal, Uganda, Tanzânia, Zimbabué, África do Sul, Índia, Tailândia e Papua Nova Guiné.

Por outro lado, e com o apoio de organizações como o Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros Holandês, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos e outras fontes, foi levado a cabo pelo ICLEI, um Programa Internacional de Pesquisa para documentar e avaliar estes esforços de desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda Local 21. A iniciativa designada por Programa de Comunidades Modelo da Agenda Local 21, decorre da colaboração entre catorze governos locais para desenvolver os padrões, métodos, e directivas para o planeamento do desenvolvimento sustentável ao nível local.

XVII - ANTECEDENTES QUE PRECEDERAM A AL21

A PARTIR DE 1992 (INCLUSIVÉ)

Consubstanciam-se numa série de conferências promovidas pela ONU na década de 90, através das quais procurou sensibilizar os responsáveis governamentais e dinamizar iniciativas que contribuíssem para minimizar ou erradicar os problemas enfrentados pela Humanidade na década de 80 do século XX, e pela sua importância

Destaca-se os seguintes alguns dos quais desenvolvidos nos parágrafos posteriores:

- Cimeira da Terra – 1992
- Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: "Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade" em Thessaloniki (Grécia), na qual foi aprovada a Declaração de Thessaloniki)³⁶ -1997
- Declaração de Nairobi- 1997
- Declaração de Malmö – 2000
- Reunião Internacional de especialistas em Educação Ambiental, em Santiago de Compostela, reunião promovida pela UNESCO e Xunta de Galicia, da qual resultou um documento propondo novas acções, que levassem a enfrentar, com êxito, os desafios ambientais do novo milénio – 2000
- Cimeira do Milénio das Nações Unidas - Setembro de 2000
- Conferência de Joanesburgo / Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10, Estocolmo + 30) - Agosto de 2002
- 2ª Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural - 2003 (Salzburgo - Áustria)

Uma das iniciativas mais marcantes foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ou CNUMAD também designada por Cimeira da Terra), no Rio de Janeiro, em 1992,³⁷ na qual foi adoptado por representantes de 150 países, o conceito de Agenda 21, com o significado de um plano de acção para o desenvolvimento sustentável no século XXI, abarcando temas económicos, sociais, culturais e de protecção do meio ambiente,

³⁶ Neste encontro foi reconhecido que, passados cinco anos da Conferência Rio, o progresso da E.A. foi insuficiente. Entretanto esse encontro foi beneficiado pelos numerosos encontros internacionais que lhe antecederam: na Índia, Tailândia, México, Cuba, Brasil, Grécia entre outros. O Brasil apresentou o documento "Declaração de Brasília para a Educação Ambiental", consolidado após a I conferência Nacional de Educação Ambiental. Reconhece que a visão de educação e consciência pública foi enriquecida e reforçada pelas conferências internacionais e que os planos de acção dessas conferências devem ser implementados pelos governos nacionais, sociedade civil (incluindo ONGs, empresas e a comunidade educativa), a ONU e outras organizações internacionais (<http://www.aspea.org/>)

³⁷ Convocada a 22 de Dezembro de 1989, na reunião plenária número 85, da Assembleia Geral das Nações Unidas

e incluindo estratégias adequadas bem como um conjunto de medidas integradas para contrariar e inverter os efeitos da degradação ambiental que se vinha agudizando, e para promover em todos os países um desenvolvimento que se impunha compatível com o meio ambiente, e sustentável.

A Cimeira da Terra de 1992 foi o maior encontro de Chefes de Estado jamais realizado, e os seus produtos foram:

Declaração do Rio de Janeiro sobre o Ambiente e o Desenvolvimento

Convenção sobre as alterações climáticas

Declaração de princípios sobre florestas

Convenção sobre Diversidade Biológica

Agenda 21 Global (acima referida)

Porém a Agenda 21 (Global) foi, e é considerada sem qualquer dúvida, o seu produto mais relevante, tendo então sido reconhecido o seu papel indispensável para a definição de políticas e da acção, dirigidas para segmentos populacionais tais como mulheres, crianças e jovens, minorias étnicas, comunidade científica e técnica, agricultores e industrias, e de organizações como ONG, sindicatos, empresas, e governos locais.

Este documento acolheu princípios e acções sobre a gestão ambiental para o século XXI e nele se propõe que cada cidade elabore a sua Agenda 21 Local, com a participação de toda população.

A agenda 21 Global está dividida em 40 capítulos, aglutinado nas 4 seguintes secções:

Secção 1 - Dimensões Sociais e Económicas

- Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável em países desenvolvidos;
- Combatendo a pobreza
- Mudando padrões de consumo
- Dinâmica demográfica e sustentabilidade
- Protegendo e promovendo a saúde humana
- Promovendo assentamentos humanos sustentáveis
- Elaborando política para o desenvolvimento sustentável

Secção 2 - Conservação e Administração de Recursos para o Desenvolvimento

- Protegendo a atmosfera: fazendo a transição energética
- Uma abordagem integrada do uso de recursos do solo
- Combatendo o desmatamento
- Detendo a expansão dos desertos

- Protegendo os ecossistema de montanhas
- Atendendo às necessidades agrícolas sem destruir o solo
- Sustentando a diversidade biológica
- Administração ambiental sustentável da biotecnologia
- Salvaguardando os recursos oceânicos
- Protegendo e administrando os recursos de água doce
- Uso seguro de produtos químicos tóxicos
- Administrando resíduos perigosos
- Buscando soluções para os problemas do lixo sólido
- Administração de resíduos radioactivos

Secção 3 - Fortalecendo o Papel dos Grandes Grupos;

- Acção para mulheres: desenvolvimento sustentável e equipamento
- Parceiros sociais para o desenvolvimento sustentável

Secção 4 - Meios de Implementação

- Recursos e mecanismos financeiros
- Tomando tecnologia ambientalmente sustentável disponível a todos
- Ciência para o desenvolvimento sustentável
- Promovendo a consciencialização ambiental
- Construindo a capacidade nacional para o desenvolvimento sustentável
- Fortalecendo as instituições para o desenvolvimento sustentável
- Instrumentos e mecanismos legais internacionais
- Eliminando o desfasamento na informação

Como se pode depreender cada uma dessas estabelece conceitos e propostas, a nível global, para os mais diferentes problemas e convida ao planeamento de acções concretas, para melhorar a qualidade do meio ambiente, que levem em consideração seguintes princípios:

- Participação e cidadania;
- Respeito às comunidades e diferenças culturais;
- Integração
- Melhoria do padrão de vida das comunidades;
- Diminuição das desigualdades sociais;
- Mudança de mentalidade.

Quando os representantes dos 170 países presentes na reunião, aprovaram a Agenda Global, assumiram diversos compromissos, alguns exemplos são:

- Manter as florestas e nascentes dos rios preservadas;

- Aperfeiçoar substitutos para os cfcs e outras substâncias que destroem a camada de ozono;
- Combater as doenças relacionadas com as águas, controlar os materiais que são atirados ao mar (rios) por navios, proibir a prática de pesca destrutiva;
- Usar energia com maior eficiência e desenvolver novas fontes de energia renováveis;
- Encontrar combustíveis e meios de transporte alternativos;
- Reduzir o lixo, modificando padrões de produção e consumo;
- Desenvolver novos conceitos de riqueza e prosperidade que permitam padrões de vida mais altos, com estilos de vida diferentes e menos dependentes dos recursos finitos da terra;
- Elaborar planos de administração e desenvolvimento integrados, entre outros.

Ficou porém assente que para tornar realidade os compromissos assinados no Rio em 1992 seria necessário que diferentes actores cumprissem a sua parte, mudando a relação de cada ser humano com a natureza, com seu espaço individual e colectivo, exigindo um processo educativo de correcção de metas, de transformação de atitudes, que não podia ser feito à escala do globo, aparecendo aqui a Agenda 21 Local para ligar assuntos locais e globais. A Agenda 21 Global identificou a assim participação do poder local como factor crucial para mobilizar o público no apoio ao desenvolvimento sustentável, pois são os município quem supervisiona o planeamento, mantêm infra-estrutura, estabelecem regulamentações ambientais e ajudam na implementação de políticas nacionais.

Para proporcionar aos actores intervenientes no processo de implementação das AL21 um quadro de referência que lhes permitisse actuar de forma eficaz foram identificados dez princípios norteadores da defesa local do ambiente em sentido lato. Esses princípios podem aplicar-se, com certas adaptações, tanto a grandes cidades como a pequenos aglomerados e são os seguintes: i) Salvar a água; ii) Pensar Verde; iii) Poupar energia; iv) Respirar melhor; v) Diminuir o ruído; vi) Economizar tempo; vii) Cultivar memórias; viii) Saúde e segurança para todos; ix) Combater as exclusões e x) Conviver

Uma breve abordagem de cada em desses princípios é apresentada nos pontos que se seguem.

1. Salvar a água

Princípio que propugna como grandes objectivos a atingir os seguintes: i) melhoria do atendimento público, ii) utilização sustentável de água doce, iii) defesa da biodiversidade e das condições de vida em meio fluvial e marinho e iv) redução da poluição de águas doces superficiais e subterrâneas.

2. Pensar Verde³⁸

Implica uma atitude que envolve a conservação da natureza e a defesa de práticas sustentáveis na gestão de resíduos, por forma a salvaguardar a saúde pública e os recursos naturais. É portanto o desígnio da educação e formação ambiental, e implica: i) Aprender e observar, pois para pensar verde são precisos novos hábitos, novos conceitos, novas maneiras de encarar e medir a realidade; ii) Conservar a natureza, para que não deixemos o planeta destruído para as próximas gerações, temos a obrigação de conservar a natureza; iii) Reduzir, Reciclar, Reutilizar.

3. Poupar Energia

Pois verifica-se que em diversas actividades humanas ocorrem desperdícios desnecessários que não só conduzem a uma insustentabilidade a prazo, como contribuem também para o aumento dos níveis de poluição.

4. Respirar melhor

Para o que é imprescindível salvaguardar a qualidade do ar, em especial nas zonas de concentração urbana, onde são mais elevadas as emissões poluentes.

5. Diminuir o ruído

De modo a evitar situações críticas para a saúde pública e para o agravamento do stress, fenómenos associados à concentração de actividades em meio urbano.

6. Economizar tempo

Proporcionando à população facilidades que permitam gerir melhor o seu tempo, como por exemplo as que se referem ao aumento das acessibilidades e mobilidade.

7. Cultivar memórias

De acordo com o acolhido na nova geração de direitos fundamentais, que inclui o “direito à memória” (conjuntamente com o direito ao ambiente e ao desenvolvimento), tendo em atenção que o património construído, com a sua carga cultural, é um valor indissociável da qualidade ambiental.

8. Saúde e segurança para todos

O que exige a identificação e combate aos problemas críticos e principais riscos para a saúde pública (rios poluídos, lixeiras, actividades industriais insalubres, resíduos tóxicos)

9. Combater exclusões

Conforme necessidade claramente explicitada na conferência do Rio do combate à pobreza e à exclusão social como um dos princípios da construção de modelos de desenvolvimento

³⁸ Refira-se que em 2007 a OIT promoveu uma iniciativa sobre "empregos verdes" (rumo ao trabalho decente num mundo sustentável com baixas emissões de CO₂), trabalho que surgiu a partir duma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Confederação Sindical Internacional (CSI). A Organização Internacional de Empregadores (OIE), que reúne o patronato, aderiu à Iniciativa Empregos Verdes em 2008.

sustentável, tendo em especial atenção: i) Crianças; ii) Idosos; iii) Deficientes; iv) Exclusões sociais, e v) Cooperação Internacional

10. Conviver

Possibilitando aos habitantes de um município o acesso à fruição de tempos livres e momentos de lazer e de cultura e mesmo de ciência, durante os quais partilhem de trocas de ideias e conhecimentos que os enriqueçam emocional e intelectualmente.

À Cimeira da Terra seguiram-se outras conferências,³⁹ promovidas por diversas instâncias, de entre as quais há a destacar:

O V Programa Quadro de Acção da U.E sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1993), com preocupações referentes à melhoria da informação pública sobre o Ambiente e Educação Ambiental.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo 1994);

A Cimeira do Desenvolvimento Social (Copenhaga 1995);

A Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres (Pequim 1995);

A Cimeira das Cidades (Habitat II) que teve lugar em Istambul (Turquia), em Junho de 1996.

A Carta de Lisboa ou Plano de Acção de Lisboa (1996), da U.E. onde teve lugar a concretização em onze pontos do trabalho teórico e de princípios elaborado em Aalborg, tendo-se estabelecido o *Forum* Local Agenda 21 para a participação e o consenso,

A 1ª conferência Europeia sobre o desenvolvimento rural (em Cork – Inglaterra)

A Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: "Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade" em Thessaloniki (Grécia), que decorreu em 1997, de onde resultou a Declaração de Thessaloniki. Neste encontro os participantes reconheceram que volvidos cinco anos após a Conferência Rio, o progresso da Educação Ambiental tinha de ser considerado insuficiente. O encontro de Thessaloniki constituiu o culminar de numerosos encontros internacionais que o antecederam em países tais como: Índia, Tailândia, México, Cuba, Brasil, e Grécia entre outros. O Brasil apresentou o documento "Declaração de Brasília para a Educação Ambiental", consolidado após a I conferência Nacional de Educação Ambiental. Reconhece que a visão de educação e consciência pública foi enriquecida e reforçada pelas conferências internacionais e que os planos de acção dessas conferências devem ser implementados pelos governos nacionais, sociedade civil (incluindo ONGs, empresas e a comunidade educativa), a ONU e outras organizações internacionais.

Recapitulação Rio+5, em Nova Iorque, a 11 de Dezembro

³⁹ Texto redigido com base nas seguintes fontes: http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_sustent%C3%A1vel

Declaração de Sevilla (1999), da U.E., onde é emitido um chamamento aos cidadãos e suas associações para uma maior implicação na A21.

Declaração de Hannover (2000), da U.E., onde é divulgado um chamamento às instituições para uma maior envolvimento na Agenda política.

A Reunião Internacional de especialistas em Educação Ambiental, que teve lugar em Santiago de Compostela no ano 2000. Esta reunião foi promovida pela UNESCO e Xunta de Galicia, tendo os participantes um documento propondo novas acções, que levassem a enfrentar, com êxito, os desafios ambientais do novo milénio.

A Cimeira do Milénio das Nações Unidas, que teve lugar em Setembro de 2000, na qual 147 dirigentes mundiais chegaram a acordo sobre um conjunto de objectivos de desenvolvimento, a alcançar dentro de prazos concretos, essenciais para a realização das metas da Agenda 21.

Conferência de Joanesburgo / Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10, Estocolmo + 30), em Agosto do ano 2002, da qual resultaram dois documentos: uma declaração Política e um Plano de Acção.

A 2ª Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural que ocorreu em 2003 na cidade de Salzburgo (Áustria)

No seu conjunto tais iniciativas reflectem uma mudança nas prioridades da ONU no que se refere ao conceito de desenvolvimento que agora se centra nas pessoas, e adopta critérios de sustentabilidade.

A cimeira Habitat II, em particular, iniciativa onde os poderes locais e representantes das ONGs foram dos participantes mais activos, contribuiu para salientar a importância da Agenda Local 21, quer porque os relatórios preparados a montante para a Cimeira das Cidades já salientavam a influência da Agenda Local 21 nas políticas nacionais, quer porque os processos de Agenda Local 21 foram considerados como instrumentos indispensáveis para a implementação a jusante das resoluções da Habitat II.

Em 2004 é realizada a Conferência Aalborg +10 - Inspiração para o futuro, na qual é formulado um apelo a todos os governos locais e regionais da Europa para participar na assinatura do compromisso de Aalborg e se associarem à Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis e Cidades.

A 11 de Janeiro de 2006 é publicada a Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu referente à Estratégia temática sobre o ambiente urbano, a qual constitui uma das sete estratégias do Sexto Programa de Acção Ambiental para o Ambiente da União Europeia, Programa este desenvolvido com o objectivo de: i) contribuir para uma melhor qualidade de vida através de uma abordagem integrada e centrada nas zonas urbanas e, ii) tornar possível um

elevado nível de qualidade de vida e bem-estar social para os cidadãos, proporcionando um ambiente em que níveis da poluição não têm efeitos adversos sobre a saúde humana e o ambiente assim como promover o desenvolvimento urbano sustentável.

No ano de 2007 é publicada a Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis.

Ainda em 2007, tem lugar a Cimeira de Bali, visando concretizar um sucessor do Protocolo de Quioto, com metas mais ambiciosas e mais exigente no que diz respeito às alterações climáticas.

Em Julho de 2009 é divulgada a Declaração de Gaia, através da qual é avançada a noção de Condomínio da Terra no I Fórum Internacional do Condomínio da Terra.

ANTECEDENTES ANTERIORES A 1992

São referidos os que contam abaixo, desenvolvidos nos parágrafos que se lhe seguem:

- Criação do Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido -1968
- Conferência da Biosfera em Paris, em 1968
- Criação do Clube de Roma – 1968
- Instituição do Dia da Terra (Earth Day) –1970, 22 de Abril
- Lançamento do relatório "Os Limites do Crescimento Económico" elaborado por Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores – 1972
- Declaração de Estocolmo – 1972
- Declaração de Cocoyok que resultou de uma reunião da Confederação das Nações Unidas Sobre o Comércio-Desenvolvimento e Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas. Nesta Declaração foram reforçados os argumentos expendidos no *Relatório Que Faire* apresentado pela *Fundação Dag-Hammarskjold*, no final de 1974. Este relatório aborda a interferência dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento, nomeadamente no que se refere ao campo da preservação ambiental, apontando a promoção da autoconfiança e da autonomia dos países pobres, como um dos caminhos para a mudança. No entanto o radicalismo das suas propostas desencadeou a hostilidade da classe científica e política tendo sido fortemente contestado. – 1974
- Conferência Habitat I, promovida pela ONU, em Vancouver - 1976
- Publicação da Estratégia Mundial para a Conservação, elaborado sob patrocínio e supervisão do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, da UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e do WWF - Fundo Mundial para a Natureza - 1980

- Reunião comemorativa do 10º aniversário da Conferência de Estocolmo que teve lugar em Nairobi, no Quênia, sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e na qual se procedeu à avaliação dos resultados alcançados e ao exame da mudança de percepção da problemática ambiental - 1982
- Criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Comissão Brutland) - 1983
- Assinatura da Convenção de Viena para a protecção da camada de ozono – 1985
- Conferência de Ottawa, na qual foram relevados os seguintes cinco factores com vista a reequilibrar a situação preocupante que se vivia no planeta: i) integração da conservação e do desenvolvimento, ii) a satisfação das necessidades humanas básicas, iii) alcance da equidade e da justiça social, iv) provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural e v) manutenção da integridade ecológica - 1986
- Assinatura do Acto Único Europeu no qual se estipulou que as exigências de protecção do ambiente teriam de ser integradas na definição e na realização de todas as políticas da Comunidade - 1986
- Publicação pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do protocolo "Nosso Futuro Comum", mais conhecido como a declaração Brutland - 1987
- Convocação pela ONU duma "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)", a decorrer em 1992 no Rio de Janeiro – 1989
- Cimeira de Dublin (Irlanda), onde os Chefes de Estado e do Governo da Comunidade Europeia se comprometera a intensificar os esforços com o objectivo de proteger e potenciar o meio natural da comunidade e do planeta - 1990
- Criação pela Comissão Europeia de um Grupo de Peritos do Meio Ambiente Urbano, e realização na Florida (USA) dum Encontro sobre Mulheres e Meio Ambiente – 1991

Embora remonte a Platão, na Grécia antiga, a primeira referência sobre o desenvolvimento não sustentável, só em 1968 é criado o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido. Neste mesmo ano, surge o Clube de Roma que, em 1972, edita o relatório "Os Limites do Crescimento Económico" elaborado por Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores que estudaram acções para se obter, no mundo, um equilíbrio global como a redução do consumo tendo em vista determinadas prioridades sociais, tendo em consideração as seguintes teses:

1 - Permanecendo as tendências de crescimento que se verificavam à data, em 100 anos teria lugar um declínio súbito e incontrolável tanto da população quanto da capacidade industrial.

2 - Seria possível modificar essas tendências, estabilizando a economia e a ecologia, atendendo simultaneamente à satisfação das necessidades básicas humanas igualmente.

3 - Quanto mais cedo começasse esse equilíbrio, mais êxito se obteria.

Em 1970, a 22 de Abril, é instituído o Dia da Terra (Earth Day), porém o início formal contemporâneo do processo teve lugar há 25 anos, também no ano de 1972, aquando da conferência sobre o meio humano das Nações Unidas em Estocolmo na qual se abordaram várias questões sobre o uso dos recursos naturais, tendo-se dado então especial ênfase aos aspectos de pressão sobre o meio natural provocados pelo crescimento económico e pela poluição industrial, reflexo dos problemas que começaram a aflorar com relativa importância nos países industrializados, pelo que em conformidade esta conferência teve como objectivo consciencializar os países sobre a importância de se promover a limpeza do ar nos grandes centros urbanos, a limpeza dos rios nas bacias hidrográficas mais povoadas e o combate à poluição marinha.

Os principais resultados formais do encontro constituíram a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo que expressa a convicção de que "tanto as gerações presentes como as futuras, vejam reconhecidas, como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado" (Tamanes - 1977). De entre os aspectos mais relevantes desta conferência destaca-se os seguintes:

- Confronto entre os países desenvolvidos preocupados com a poluição industrial, a escassez dos recursos energéticos, etc... e os países não desenvolvidos preocupados com a pobreza;
- Adopção do lema "uma Terra só";
- Proposta do conceito de Ecodesenvolvimento (definido por Maurice Strong - primeiro director executivo do PNUMA);
- Ainda como resultado da Conferência de Estocolmo, neste mesmo ano, foi criado pela ONU um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, sedado em Nairobi.

Ainda no ano de 1972, diversos países da Europa, na cimeira de Paris, deram início a política concertada sobre o meio ambiente. Em 1986, o Acto Único Europeu estipulou que as exigências de protecção do ambiente teriam de ser integradas na definição e na realização de todas as políticas da Comunidade.

Em 1974 é emitida a Declaração de Cocoyok que resultou de uma reunião da Confederação das Nações Unidas Sobre o Comércio-Desenvolvimento e Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas, na qual foram discutidos os seguintes temas: a explosão demográfica, pobreza;

a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina, resultado da pobreza, e se sublinhou que os países industrializados contribuem para os problemas de subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo.

Em 1976 teve lugar em Vancouver a Conferência Habitat I, promovida pela ONU.

Em 1980 é publicado em Nova Iorque o documento intitulado A Estratégia Mundial para a Conservação, elaborado sob patrocínio e supervisão do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, da UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e do WWF - Fundo Mundial para a Natureza;

Em 1983 é criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Comissão Brutland);

Em 1985 é assinada a Convenção de Viena para a protecção da camada de ozono;

Em 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, publicou o protocolo "Nosso Futuro Comum", mais conhecido como a declaração Brutland.⁴⁰

Este protocolo pode considerar-se como ponto de partida para afirmação actualmente aceite do conceito de desenvolvimento sustentável, que propugna a protecção do ambiente a longo prazo para que este, por sua vez, permita e estimule o desenvolvimento económico.

A publicação do relatório Brutland desencadeou um processo de debate, que conduziu a que, no ano de 1989, as Nações Unidas convocassem uma "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)", no Rio de Janeiro, para Junho de 1992.

Anteriormente, em 1990, na cimeira de Dublin (Irlanda), os Chefes de Estado e do Governo da Comunidade Europeia afirmaram: "Reconhecemos a nossa responsabilidade particular em matéria de meio ambiente tanto diante dos nossos próprios cidadãos como diante do Mundo. Comprometemo-nos a intensificar os nossos esforços com o objectivo de proteger e dar potencialidades ao meio natural da comunidade e do planeta a que pertence. Propomos que a acção da Comunidade e dos Estados membros se efectue coordenadamente e baseando-se nos princípios do desenvolvimento sustentável e da prevenção... Os objectivos desta acção têm de consistir numa garantia aos cidadãos de que têm direito a um meio ambiente limpo e saudável... O cumprimento deste objectivo tem de constituir uma responsabilidade compartilhada" pedindo à Comissão que incorporasse estas propostas no Quinto Programa de Acção sobre o meio ambiente. No ano seguinte, em 1991, a Comissão Europeia criou o Grupo de Peritos do Meio Ambiente Urbano. Neste mesmo ano tem lugar na Florida (USA) um Encontro sobre Mulheres e Meio Ambiente

⁴⁰ Assim designado por ter sido elaborado por uma Comissão das Nações Unidas, chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, a Sr.^a Gro Harlem Brundtland.

XVIII - A AGENDA 21 ESCOLAR (A21E) – UM CASO PARTICULAR DA AGENDA 21 LOCAL⁴¹

Significado

Entretanto em algumas escolas são adaptadas as orientações que constam no capítulo 36 da Agenda21 de forma a estreitar e tornar o mais harmoniosa possível relação entre a escola e a comunidade em que se insere tendo em conta, naturalmente, o contexto social, cultural, ambiental e económico da respectiva comunidade educativa. Será a partir dessa relação que se irão elaborar de forma consensual, entre todos os parceiros da comunidade educativa, os princípios de sustentabilidade e os respectivos indicadores para a implementação dos programas e projectos de educação ambiental estabelecendo linhas de melhoria de hábitos e comportamentos sócio-ambientais. Estes devem ser definidos, não apenas considerando o contexto escolar, mas toda a comunidade educativa.

Defende a ASPEA que a comunidade educativa constitui um modelo simplificado da sociedade sendo por isso o local privilegiado para promover uma educação para a cidadania e, conseqüentemente, um lugar de referência para o desenvolvimento de estratégias que promovam o respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável, devendo ter em conta as solicitações do exterior onde as crianças e os jovens começam a definir as suas orientações e áreas de intervenção. Deve a escola, desta forma, apelar para uma intervenção crítica por parte dos jovens e apelar para a aplicação dos princípios da A21 em contexto escolar.

Perante tal perspectiva, a A21E, segundo os responsáveis daquela organização, deve constituir um plano de acção estruturado, e muito prático, orientado para a resolução dos problemas sócio-ambientais da comunidade educativa, de acordo com as prioridades definidas no âmbito do diagnóstico efectuado, tendo assim como base problemas identificados a nível local, problemas esses que poderão traduzir-se em problemas globais ou poderão ser resultado de outros problemas globais.

Pela natureza do seu objecto e objectivos genéricos, a A21E exige a mobilização dos diferentes actores sociais, que devem corresponsabilizar-se no processo de construção da sustentabilidade a nível local.

Objectivos

Com a A21E os respectivos promotores visam atingir os seguintes objectivos:

- Contemplar a relação de uma escola com a comunidade em que se insere;

⁴¹ Adaptado de <http://www.aspea.org/>

- Constituir um plano de acção estruturado, prático e orientado para a resolução dos problemas sócio-ambientais da comunidade educativa;
- Estabelecer linhas de melhoria de hábitos e comportamentos ambientais através da elaboração consensual de indicadores de sustentabilidade entre todos os agentes sociais da comunidade educativa;
- Promover o respeito pelos princípios de sustentabilidade, tendo em atenção que a escola é um local privilegiado para o desenvolvimento de estratégias que conduzam à concretização deste objectivo;
- Aplicar os princípios da A21 no contexto escolar, tendo em conta a oportunidade que representa o facto da comunidade educativa constituir um modelo simplificado de sociedade

A A21 E de Aveiro

Conforme refere Joaquim Ramos Pinto da direcção da ASPEA e Coordenador Regional Aveiro da A21E, o Guia para a Agenda21 Escolar de Aveiro é um projecto colectivo, onde todos têm a sua quota-parte de responsabilidade e constitui, simultaneamente, um desafio e uma oportunidade para a escola e para a própria comunidade educativa. Nele poderão encontrar-se conteúdos no âmbito da Agenda21 e informações de grande interesse para a preparação da Agenda21 Escolar.

O mesmo autor acrescenta que aquele Guia foi pensado de uma forma lúdica e utilitária, e materializa a intenção do Grupo de Trabalho para a Implementação da Agenda21 Escolar de Aveiro (GTIA21EA), abrindo o caminho para uma co-responsabilização entre a autarquia e comunidade educativa. Realça ainda J. R. Pinto que se pretende que este projecto tenha o ritmo de acordo com as suas possibilidades e/ou recursos, assente em processos participativos, para que se possa estabelecer um plano de acção com compromissos concretos relativamente à escola e ao seu meio envolvente. Por conseguinte o processo de elaboração da Agenda21 Escolar convida à participação e implicação cívica, constituindo, assim, um marco de referência no percurso educativo e uma forma de motivação para novas práticas educativas, bem como para se assumirem compromissos na realização de acções promotoras de um desenvolvimento sustentável.⁴²

⁴² O autor termina com a convicção de que o projecto constitui um convite à participação de todos na resolução de problemas, reforçando o papel da Educação Ambiental para uma sustentabilidade local, sendo assim imperativo que a resposta a este convite não se faça esperar, contando com o papel de todos os cidadãos, entidades públicas, privadas e políticos na construção do processo, proposto para a implementação efectiva da Agenda21 Escolar de Aveiro, sendo proporcionados às escolas a orientação e os recursos indispensáveis.

Fase de Planeamento / Operacionalização

Para esta fase são propostas as seguintes etapas: i) Promoção dos debates preparatórios onde o maior número de actores sociais representativos das comunidades educativas devem intervir; ii) Amadurecimento consolidação e sistematização de todo o trabalho de pesquisa e documental criado a partir da participação de todos os intervenientes; iii) Constituição de uma equipa multidisciplinar que elaborará o documento base que servirá de apoio à implementação da Agenda21 Escolar; iv) Fase de coesão e amadurecimento a nível da clarificação dos conceitos e referentes teóricos no âmbito do desenvolvimento sustentável e processos de participação em que se vão situar; v) Definição clara dos compromissos a assumir a nível individual e institucional e quais as expectativas em relação aos outros, aos processos e aos resultados, e, vi) Negociação das prioridades a nível das propostas do plano de acção para a preparação de uma implementação coerente e eficiente da Agenda21 Escolar

No processo de implementação da Agenda21 Escolar, podem ser consideradas as duas seguintes fases

Uma fase de planeamento/operacionalização que se traduz na promoção de momentos de discussão e participação, fase esta em que o maior número de actores sociais representativos das comunidades educativas são chamados a intervir, para traçar então as linhas orientadoras que deverão ser assumidas localmente a nível político pela autarquia, mas também por ministérios como por exemplo os do Ambiente e da Educação, de forma a poderem proporcionar respostas adequadas a projectos a implementar no âmbito da Agenda21 a nível local e em contexto escolar.

Uma segunda fase em que tem lugar o aprofundamento, amadurecimento, consolidação e sistematização de todo o trabalho de pesquisa bibliográfica, e de recolha de informação com base em inquéritos aplicados a informantes chave e outros intervenientes mobilizados até então, com a finalidade de ser erigida uma estrutura consistente (e sustentável) que permita dar às escolas, comunidade educativa, comunidade científica, as respostas adequadas e oportunas no processo de implementação do Plano de Acção.

No que se refere à Agenda21 Escolar de Aveiro, baseada no modelo da Agenda21 Escolar de Barcelona, foi elaborada por uma equipa multidisciplinar, metodologia esta considerada como a mais eficiente a adoptar para os efeitos pretendidos, tendo em conta os pressupostos de participação social definidos pela Agenda21 (os quais indicam que devem ser contemplados os diferentes actores sociais da comunidade educativa, assim como dos diferentes grupos multiculturais e socialmente desfavorecidos.

A filosofia de actuação aponta para que, após a constituição do referido grupo de trabalho deva ser percorrido sem qualquer precipitação um caminho que permita proporcionar à equipa uma coesão e um amadurecimento a nível da clarificação dos conceitos e referentes teóricos no âmbito do desenvolvimento sustentável e processos de participação em que se vão situar.

A mesma filosofia de actuação aponta também para que se deva, posteriormente, definir claramente de que forma é que cada um dos intervenientes se pode comprometer a nível individual e institucional e quais as expectativas em relação aos outros, aos processos e aos resultados.

Após ter-se percorrido este percurso, deve então negociar-se, democraticamente, as prioridades a nível das propostas do plano de acção para a preparação de uma implementação coerente e eficiente da Agenda21 Escolar, tendo em conta todos os intervenientes da comunidade educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AL21 prefigura-se como na actualidade como um dos instrumentos mais consistentes e generalizáveis mundialmente, conducentes à melhoria de condições de vida dos habitantes de um território.

Apesar da designação comum, o conteúdo das AL21 pode assumir particularidades distintas de acordo com diferentes realidades sociais, económicas, ambientais e institucionais de cada território.

Em Portugal durante vários anos persistiram desafios que dificultaram a implementação generalizada das AL21, desde o reduzido empenho governamental e de alguns autarcas, passando pela escassa ou inexistente cultura de participação das populações na condução dos seus destinos, e pela insuficiente disponibilidade de recursos, nomeadamente financeiros. Tal não obsta a que em vários municípios se tivesse já iniciado a experiência de concretização do processo, embora por vezes sem a devida visibilidade, nomeadamente nível local.

Num panorama como o descrito, procura-se com este texto contribuir para uma maior divulgação desse importante instrumento que é a AL21.

Para o efeito proceder-se-á a algumas actualizações em tópicos que o justifiquem, e à elaboração e divulgação de textos complementares para aprofundamento de temas específicos, cuja pertinência o justifique.

REFERÊNCIAS FUNDAMENTAIS

Publicações Impressas

ARGERICH, Eloísa Nair de Andrade (2004). *Desenvolvimento Sustentável*. Direito Ambiental e Bioética: Legislação, Educação e Cidadania. Caxias do Sul: EDUCS

CABRAL, João et al (1996), *Guia para elaboração de planos estratégicos de cidades médias*, Lisboa, ISBN, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

CLAS DE GRÂNDOLA (2002), *Plano de Desenvolvimento Social*, Grândola, CLASG

CLAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO (2001), *Plano de Desenvolvimento Social*, Vila Nova de Famalicão, CLASVNF

ECHEBARRIA MIGUEL, Carmen; AGUADO MORALEJO, Itziar (2004) "Agenda 21 Local: estúdio bibliográfico y análisis de una experiência", *Ciudad y Territorio*, Vol. XXXVI, nº 139 (Primavera 2004), pp. 67-88

GEOIDEIA (1992), *Uma Estratégia para a Cidade de Évora*, policopiado

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*, Lisboa, IDS

PINOTES, José Manuel (2002), *Guia prático para desenhar e formular projectos a nível local*, s.l., Programa DelNet

RIEGO ARTIGAS, Pelayo (2004), *La Agenda 21 Local*, Madrid, Mundi-Prensa Libros, S.A.

SILVA, Celino Rodrigues (1995), *Planeamento Estratégico, Natureza, Problemas, Estudos de caso*, Évora, Universidade de Évora

Textos disponíveis na Internet

Com autor referenciado

ALLEGRETTI, Giovanni; ALVES, Mariana Lopes. (2010). *Concepção, Gestão e Avaliação de Orçamentos Participativos*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais-(Coimbra –Portugal)
http://www.op-portugal.org/downloads/MaterialModuloAvaliacaoOP/Avaliacao_de_OPs_Giovanni_Mariana.pdf

ÁLVARES, Maria Manuela de Carvalho. (2009). *A Agenda 21 Local Nos Municípios Portugueses* (Tese de Mestrado em Administração Pública), Braga, Universidade do Minho / Escola de Economia e Gestão
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9796/1/tese.pdf>

ARIEIRO, Carlos Manuel Figueiredo. (2008). *Contributos para uma Comparação de Metodologias entre a Agenda 21 Local e a Rede Social* (Dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências e Tecnologia / Departamento de Ambiente.
http://run.unl.pt/bitstream/10362/2055/1/Arieiro_2008.pdf

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE ÉVORA (s/d). *Projecto "DITAL 21"*, Évora, AMDE
http://www.amde.pt/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=452592#453222

COELHO, Alana Dias. (2010). *Análise do Planeamento e da Gestão Turística: estudo de caso do Concelho de Odemira* (Dissertação de Mestrado em Gestão do Território), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa
http://run.unl.pt/bitstream/10362/5296/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado_%20_An%C3%A1lise%20do%20Planeamento%20e%20da%20Gest%C3%A3o%20Turistica_%20Caso%20de%20Estudo%20do%20Concelho%20de%20Odemira_.pdf

GOMES, João Carlos Serra e Moura. (2009). *Programa Eco-Escolas: um contributo para a sua avaliação* (tese de Mestrado em Mestrado em Estudos Ambientais: cidadania e participação), Lisboa, Universidade Aberta
http://www.abae.pt/programa/EE/documentacao/tese_joao_gomes.pdf

JUNTA DE EXTREMADURA (2004). *Guía de Implantación de Agenda 21 en Extremadura*, Badajoz, Consejería de Desarrollo Rural
http://www.auladesne.net/ReferenciaBibliografica/Global/ReferenciaBibliografica0000143/AGENDA_21.pdf

KRANZ, Patricia (s.d.), *Agendas 21 Locais - Panorama no Brasil* (Artigo para a Rede Dlis),
http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=titulo

MACEDO, Marta et al. (2011). *Agenda 21 Local em Portugal: Balanço realizado com base na comunicação através da internet*, Lisboa, Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa
www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task

PINTO Joaquim Ramos (s/d). *Agenda21 Escolar: Da responsabilidade individual ao compromisso colectivo*, s.l., s.e.
http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_7/FICH_PT_20.pdf

SCHMIDT, Luísa; GUERRA, João. (2007). "Cidadania e Governança no take off do Desenvolvimento Sustentável", *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, 29 de Maio a 1 de Junho, GT 23 – Sociedade e Ambiente.
www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com...task

SILVESTRE, José. (2006). "Introdução à Agenda 21 Local: um guia para eleitos e técnicos em perguntas e respostas", *Internet Archive / Community Books*
http://archive.org/details/A21L_guia_estrutura.proposta

SOUSA, Maria José Almeida Dias de. (2009). *Agenda 21 Local. O Caso de Estudo do Norte Alentejano* (Mestrado em Ciências e Tecnologias do Ambiente), Lisboa, Universidade de Lisboa / Faculdade de Ciências / Departamento de Biologia Animal
repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2366/1/ulfc080807_tm_MJ_Sousa.pdf

Sem autor referenciado

Passo a Passo da Agenda 21 Local

<http://www.pt->

[pr.org.br/documentos/pt_pag/Governo%20Lula/Meio%20Ambiente/Passo%20a%20Passo%20da%20Agenda%2021%20Local.pdf](http://www.pt-pr.org.br/documentos/pt_pag/Governo%20Lula/Meio%20Ambiente/Passo%20a%20Passo%20da%20Agenda%2021%20Local.pdf)

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Agendas 21 (territoriais e escolares) em curso

Brasil

Baixada Santista

<http://www.novomilenio.inf.br/baixada/bs001d6.htm>

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperjv

<http://www.comperjagenda21.com.br/agenda-21-comperj/o-comperj>

Cubatão 2020 "O vôo do guará-vermelho"

<http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/agenda21.htm>

Litoral Norte

<http://www.agenda21litoralnortesp.org/index.php?limitstart=5>

Paranhana 2020

<http://www.paranhana.org.br/agenda.php#1etapa>

São Francisco do Sul

<http://www.agenda21sfs.com.br/index.cfm?fuseaction=Temas>

Portugal

Alentejo (Baixo)

Barrancos

<http://www.cm-barrancos.pt/noticias/Agenda%2021%20Local%20Barrancos%20-%20Relat%F3rio%20Executivo.pdf>

Ferreira do Alentejo

http://www.ferreirasustentavel.com/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=15

Alentejo (Central)

Alandroal

<http://www.cm-alandroal.pt>

Borba

www.cm-borba.pt/pt/conteudos/agenda+21+local/

Estremoz

<http://www.cm-estremoz.pt>

e

http://www.cm-estremoz.pt/ad_conteudos//anexos/fls6_210910145357.pdf

Évora

http://www2.cm-evora.pt/agendaXXI/images/Dossier%20de%20Leitura%20Estrat%20Egico%20-%20Vers%20%20Preliminar%20_2_.pdf

e

<http://www2.cm-evora.pt/agendaxxi>

e

<http://www2.cm-evora.pt/agendaXXI/relatorio%2021.pdf>

e

<http://www2.cm-evora.pt/agendaXXI/Dossier%20de%20Leitura%20Estrat%20C3%A9gica-novo.pdf>

Montemor-o-Novo

<http://www.cm-montemornovo.pt>

Mora

<http://www.cm->

[mora.pt/pt/conteudos/agenda%2021/Agenda%2021%20Local%20de%20Mora%20-%20Aplicacao%20de%20um%20Sistema.htm](http://www.cm-mora.pt/pt/conteudos/agenda%2021/Agenda%2021%20Local%20de%20Mora%20-%20Aplicacao%20de%20um%20Sistema.htm)

Mourão

www.cm-mourao.pt/pt/conteudos/atividade.../agenda+21+local/

Portel

www.cm-portel.pt/pt/conteudos/agenda21local/

Redondo

<http://www.cm->

[redondo.pt/pt/conteudos/atividade%20municipal/planeamento%20e%20desenvolvimento/Agenda%2021%20Local.htm](http://www.cm-redondo.pt/pt/conteudos/atividade%20municipal/planeamento%20e%20desenvolvimento/Agenda%2021%20Local.htm)

Reguengos de Monsaraz

<http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/conteudos/areas/A21L/>

Vendas Novas

<http://www.cm-vendasnovas.pt/agenda21-vn/>

e

<http://www.cm-vendasnovas.pt/agenda21-vn/Volume%202%20-%20Relat%20C3%B3rio%20de%20Leitura%20dos%20Documentos%20de%20Refer%20C3%A7a%20Estrat%20C3%A9gica.pdf>

e

[http://www.cm-vendasnovas.pt/agenda21-vn/Volume%203%20-%20Diagn%20C3%B3stico%20Sint%20C3%A9tico%20Landeira%20%20\(1\).pdf](http://www.cm-vendasnovas.pt/agenda21-vn/Volume%203%20-%20Diagn%20C3%B3stico%20Sint%20C3%A9tico%20Landeira%20%20(1).pdf)

e

<http://www.cm-vendasnovas.pt/agenda21-vn/Volume%204%20-%20Relat%20C3%B3rio%20do%201%20C2%BA%20F%20C3%B3rum%20de%20Participa%20C3%A7%20C3%A3o%20P%20C3%BAblica.pdf>

Viana do Alentejo

<http://www.cm-vianadoalentejo.pt>

Alentejo (Litoral)

Ourique

http://www.agenda21-ourique.com/uploads/cms/20110314165145_Relatorio_Nao_Tecnico_do_Diagnostico_para_a_Sustentabilidade.pdf

Alentejo (Norte)

Elvas

<http://www.cm-elvas.pt/a21/a21elvas.html>

Gavião

http://www.cm-gaviao.pt/agenda_21_local/documentos/Relatorio_1_Forum_Gaviao.pdf

Marvão

http://www.cm-marvao.pt/camara/agenda21local/agenda21local_ficheiros/Quadro%20Programático%20de%20Actuações%20e%20Fichas%20de%20Acção%20-%20Proposta%20Preliminar%20Marvão.pdf

Nisa

<http://www.cm-nisa.pt/agenda21local.html#agenda21>

Outras regiões de Portugal

Águeda – Águeda 21

<http://agueda21.wordpress.com/category/agenda-21-local/>

Arganil 2020

<http://62.28.98.58/agenda21local/docs/Actividades%20realizadas/2.%C2%AA%20Sess%C3%A3o%20do%20F%C3%B3rum%20Participativo.pdf>

Aveiro

(Agenda escolar)

http://www.cm-aveiro.pt/www/Template/GenericDetails.aspx?id_object=27662&divName=138s472s657&id_class=657

<http://www.cm-aveiro.pt/www/cache/imagens/XPQ5FaAXX7975aGdb9zMjjeZKU.pdf>

Batalha

http://www.cm-batalha.pt/docs/planeamento/agenda21/proposta_vectores_estrategicos.pdf

Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte

<http://agenda21local.cimpin.pt/>

Cascais

<http://www.geracao-c.com/Agenda-21.aspx?ID=357>

Maia

<http://www.ambiente.maiadigital.pt/cidadania/agenda21>

Melgaço

http://www.cm-melgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/Agenda_21_local

Nordeste 21

<http://ecoguia.cm-mirandela.pt/index.php?oid=28>

Ponta Delgada

http://www.agenda21local.info/images/stories/MM/2009/rel.final_pd_2009.pdf

S. João da Madeira

<http://www.agenda21sim.org/>

Outras referências (portais, organizações, etc.)

Brasil

Banco do Brasil

<http://www.agendasustentavel.com.br/images/pdf/000415.pdf>

Consórcio Intermunicipal do Estado do Acre (CONDIAC)

http://condiac.org/?option=com_docman&task=cat_view&gid=28&mosmsg=Voc%25EA+est%25E1+tentando+acessar+de+um+dom%25EDnio+n%25E3o+autorizado.+%2528www.google.pt%2529

Rede Brasileira de Agendas 21 Locais (REBAL)

<http://rebal21.ning.com/>

Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz

http://www.vitaecivilis.org.br/default.asp?site_Acao=MostraPagina&PaginaId=2003

Portugal

Agenda 21 Local e Municípios Portugueses

http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_a21&Itemid=73

GLOCAL – Conferência Agenda 21 Local

<http://www.glocal2010.org/apresenta%C3%A7%C3%A3o/como-surgiu-a-glocal/>

Planeta Azul – O portal do ambiente e da sustentabilidade

<http://www.planetazul.pt/edicoes1/planetazul/desenvArtigo.aspx?c=2360&a=16488&r=37>

Portal Agenda 21 Local Portugal

<http://www.agenda21local.info/index.php>

Guia Agenda 21 Local: Requisitos para a implementação

http://www.cascaisenergia.org/Files/Billeder/Agenda21/Glocal/Apresentacoes/dguia_agenda21_local_Glocal09.pdf